

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM

ÉRICA REIS JEFFERY FERREIRA

**ENQUADRAMENTOS DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL NO JORNAL
NACIONAL: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS EM UMA ANÁLISE
TELEVISUAL**

GOIÂNIA

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese

2. Nome completo do autor

Érica Reis Jeffery Ferreira

3. Título do trabalho

ENQUADRAMENTOS DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL NO JORNAL NACIONAL: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS EM UMA ANÁLISE TELEVISUAL

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Professora do Magistério Superior, em 29/04/2020, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por ERICA REIS JEFFERY FERREIRA, Usuário Externo, em 03/05/2020, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1303558 e o código CRC E3EFC68C.

ÉRICA REIS JEFFERY FERREIRA

**ENQUADRAMENTOS DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL NO JORNAL
NACIONAL: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS EM UMA ANÁLISE
TELEVISUAL**

Trabalho apresentado para a Defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, nível Mestrado, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito de defesa da Dissertação.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Carolina da Rocha Pessoa Temer.

**GOIÂNIA
2020**

Ferreira, Érica Reis Jeffery
Enquadramentos da imigração venezuelana no Brasil no
Jornal Nacional: cidadania e direitos humanos em uma
análise televisual. Goiânia, 2020. 149 p.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Rocha Pessôa
Temer.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC),
Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia,
2020.

1. Imigração; 2. Venezuela; 3. Telejornalismo; 4. Jornal
Nacional; 5. Cidadania



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 10/2020 da sessão de Defesa de Dissertação de **Érica Reis Jeffery Ferreira**, que confere o título de Mestre(a) em **Comunicação**, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos dois de março de dois e mil e vinte, a partir das dezessete horas, na Sala de Webconferência do CIAR, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"ENQUADRAMENTOS DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL NO JORNAL NACIONAL: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS EM UMA ANÁLISE TELEVISUAL"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (PPGCOM/FIC/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Mohammed Elhajji (PPGCOM/ECO/UFRJ)**, membro titular externo; cuja participação ocorreu através de videoconferência; Professor Doutor **Magno Luiz Medeiros da Silva (PPGCOM/FIC/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professora Doutora **Ana Carolina Rocha Pessoa Temer**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos dois de março de dois e mil e vinte.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Professor do Magistério Superior**, em 02/03/2020, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 02/03/2020, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mohammed Elhajji, Usuário Externo**, em 02/03/2020, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1189578** e o código CRC **9567A874**.

ÉRICA REIS JEFFERY FERREIRA

**ENQUADRAMENTOS DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL NO JORNAL
NACIONAL: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS EM UMA ANÁLISE
TELEVISUAL**

Trabalho apresentado para a Defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, nível Mestrado, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito de defesa da Dissertação, defendido e aprovado em 02 de março de 2020 pela seguinte banca examinadora:

Prof^a Dra. Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

Programa de Pós-Graduação em Comunicação/ Universidade Federal de Goiás
Professora – orientadora

Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva

Programa de Pós-Graduação em Comunicação/ Universidade Federal de Goiás
Professor Convidado

Prof. Dr. Mohammed ElHajji

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professor Convidado

Para Márcia Lopes Reis, minha mãe

A realização de uma dissertação de mestrado é um processo, ao mesmo tempo, solitário e coletivo, que certamente não teria sido possível sem o apoio de tantas pessoas queridas ao longo dessa caminhada.

Agradeço a Deus por ter me capacitado, inclusive nos momentos em que pensei que não seria capaz...

Agradeço à minha mãe, Márcia, pelo grande exemplo de vida e por sempre ter me apoiado, no sentido mais amplo que a palavra pode ter. Agradeço ainda ao meu padrasto, Sidonio.

Ao meu pai, Mário, agradeço por ser quem é, pois me tornou quem sou.

À minha irmã, Ana Paula, por sempre estar por perto e melhorar minha vida com seus conselhos, piadas e jeito prático de encarar a vida, me trazendo de volta para a „terra firme“ sempre que necessário.

Ao meu amado marido, Eduardo, pelo apoio incondicional, pelos abraços nas noites de insônia causada pela preocupação com prazos, datas e qualis; pela mão estendida sempre que tropecei e por generosamente modificar a própria vida para se adequar à minha, sobretudo ao longo deste processo.

À tia Mary, Paulo, Marina, vó Zenaide e vô Nelson, por serem minha família e das poucas certezas de porto seguro diante das inconstâncias da vida.

À minha querida orientadora, Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, pela generosidade inenarrável, pelo amor com que desempenha brilhantemente sua profissão e por ter sido muito mais que uma acadêmica, mas uma orientadora de vida. Aos demais professores do PPGCom, por terem sido disponíveis e prontos a auxiliar sempre que necessário e aos componentes da banca, Mohammed ElHajji e Magno Medeiros, pela atenção e carinho nas sugestões, que muito contribuíram para o trabalho.

Ao vô Joel, vó Geni, tio Sérgio, tia Rosana e Gabriel, por serem uma parte tão importante da minha identidade.

Aos enteados Felipe e Guilherme, aos cunhados José e Silze, à sogra Terezinha, aos sogros Pio e Carla e todos os demais pelos momentos de descontração que também muito colaboram no processo de produção acadêmica.

Aos amigos queridos da graduação, Vitória, Julia, Renata, Carol, Natália, Lucas, Luiz Fernando; aos amigos do mestrado, Lucas, Denise, Amanda e Karen e toda a turma 1/2018. Aos queridos da Universitat Autònoma de Barcelona, Leila, Bárbara e Jota, pelo apoio e ensinamentos durante meu período fora do país. Às

amigas de São Paulo, em especial à Débora; às de Brasília, e a todos os outros amigos e amigas que não caberiam neste espaço, mas que, com certeza, cabem no coração!

Aos amigos da Comunicação Social do TJGO; Geovane, Marilu, Aline Leo, Lilian Cury, Aline Caê, Bela, Cecília, Lilica, Flávio, Marcos, João Paulo, João Carlos e Bruno.

E a todos aqueles que passaram pela minha vida e não permaneceram, mas me ensinaram, seja pelo amor ou pela dor, tornando-se, dessa forma, parte dessa história também.

RESUMO

Este trabalho investiga como se delineia a relação entre Direitos Humanos, cidadania e imigração em produtos jornalísticos veiculados pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, acerca da imigração venezuelana no Brasil. O recorte selecionado compreende o período entre julho e setembro de 2018, ápice da entrada dos imigrantes no Brasil naquele ano e dos conflitos entre estes e os moradores locais. A base deste pesquisa é a compreensão de que a mídia é produto e produtora de sentidos e tem grande influência na construção da realidade social. Optou-se pelo estudo de natureza qualitativa, com ferramentas a análise do enquadramento amparada em Porto (2001) e a análise televisual, amparada em Becker (2012), combinada com análise dos gêneros jornalísticos amparada em Assis e Marques de Melo (2016).

Palavras-chave: Imigração, Venezuela, Telejornalismo, Jornal Nacional, Cidadania.

ABSTRACT

Este trabalho a investiga como se delineia a relação entre Direitos Humanos, cidadania e imigração em produtos jornalísticos veiculados pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, acerca da imigração venezuelana no Brasil. O recorte selecionado compreende o período entre julho e setembro de 2018, ápice da entrada dos imigrantes no Brasil naquele ano e dos conflitos entre estes e os moradores locais. A base deste pesquisa é a compreensão de que a mídia é produto e produtora de sentidos e tem grande influência na construção da realidade social. Optou-se pelo estudo de natureza qualitativa, com ferramentas a análise do enquadramento amparada em Porto (2001) e a análise televisual, amparada em Becker (2012), combinada com análise dos gêneros jornalísticos amparada em Assis e Marques de Melo (2016).

Keywords: Imigração, Venezuela, Telejornalismo, Jornal Nacional.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – “Foto chocante de menino morto revela crueldade de crise migratória”.....	21
Imagem 2 – Busca realizada no site do Jornal Nacional hospedado na Globoplay.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação de gêneros jornalísticos e suas funções proposta por Assis e Marques de Melo (2016).....	34
Tabela 2 – Gêneros e formatos jornalísticos propostos por Assis e Marques de Melo (2016).....	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
 CAPÍTULO I – POR QUE QUE A GENTE É ASSIM: CONSIDERAÇÕES SOBRE TELEVISÃO, JORNALISMO E JORNAL NACIONAL.....	26
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, TÉCNICOS E SOCIAIS DO TELEJORNALISMO NO BRASIL.....	26
1.2 O OBJETO: PERCURSO HISTÓRICO DO TELEJORNAL NO BRASIL E O JORNAL NACIONAL.....	27
1.3 GÊNEROS E FORMATOS TELEJORNALÍSTICOS.....	33
1.4 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA PRÁTICA JORNALÍSTICA.....	36
 CAPÍTULO II – IDAS E VINDAS: ALTERIDADE E SEUS MEANDROS.....	44
2.1 MIGRAÇÃO: MÍDIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS.....	44
2.2 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	47
2.3 DIREITOS HUMANOS E SOBERANIA NACIONAL.....	53
2.4 DIREITOS HUMANOS, IMIGRAÇÃO E CIDADANIA NO BRASIL: CORRENTES MIGRATÓRIAS.....	55
2.5 IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL.....	64
 CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	69
 CAPÍTULO IV – ANÁLISES.....	76
4.1 ANÁLISE DAS REPORTAGENS SOBRE IMIGRANTES VENEZUELANOS.....	76
4.2 ANÁLISE DAS REPORTAGENS SOBRE A VENEZUELA.....	102
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
 REFERÊNCIAS.....	116
 APÊNDICE.....	124

APÊNDICE A – AULA PÚBLICA DENISE COGO: QUAL A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS MIGRAÇÕES? (PART. 1).....	124
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 1 – O SURTO DE SARAMPO QUE ATINGE O ESTADO DE RORAIMA CHEGOU AO AMAZONAS.....	128
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 2 – DEPOIS DE BOA VISTA, AGORA É MANAUS QUE TAMBÉM SENTE NAS RUAS O IMPACTO DA ONDA IMIGRATÓRIA DE VENEZUELANOS.....	129
APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 3 – VENEZUELANOS DEIXAM RORAIMA E VÃO PARA OUTROS QUATRO ESTADOS.....	131
APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 4 – JUSTIÇA FEDERAL EM RORAIMA DETERMINA VACINAÇÃO COMPULSÓRIA DE VENEZUELANOS.....	132
APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 5 – TRF ANULA DECISÃO DE JUIZ E FRONTEIRA COM A VENEZUELA É REABERTA.....	134
APÊNDICE G – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 6 – ABRIGO DE VENEZUELANOS É ATACADO EM RORAIMA APÓS ASSALTO A COMERCIANTE.....	135
APÊNDICE H – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 7 – GOVERNO DE RORAIMA PEDE AO SUPREMO SUSPENSÃO DE ENTRADA DE VENEZUELANOS.....	137
APÊNDICE I – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 8 – APÓS CONFLITOS EM PACARAIMA, HOMENS DA FORÇA NACIONAL CHEGAM A BOA VISTA.....	139
APÊNDICE J – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 9 – GOVERNO FEDERAL ANUNCIA QUE VAI INTENSIFICAR A INTERIORIZAÇÃO DE VENEZUELANOS.....	140
APÊNDICE K – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 10 – EM RORAIMA, MORADORES VOLTAM A PEDIR O FECHAMENTO DA FRONTEIRA COM A VENEZUELA.....	141
APÊNDICE L – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 11 – VOLUNTÁRIOS FAZEM MUTIRÃO EM BOA VISTA PARA AJUDAR NO ATENDIMENTO MÉDICO DE VENEZUELANOS.....	142
APÊNDICE M – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 12 – QUASE 200 VENEZUELANOS SÃO TRANSFERIDOS DE RORAIMA.....	143

APÊNDICE N – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 13 – BRASILEIRO E VENEZUELANO MORREM EM CONFUSÃO APÓS FURTO A MERCADO DE BOA VISTA.....	144
APÊNDICE O – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 14 – VENEZUELANOS COMEÇAM A VOLTAR PRA CASA DEPOIS QUE A TENSÃO EM BOA VISTA AUMENTOU.....	145
APÊNDICE P – TRANSCRIÇÃO NOTA COBERTA 15 – VENEZUELA REABRE MERCADO DE CÂMBIO.....	146
APÊNDICE Q – TRANSCRIÇÃO NOTA COBERTA 16 – GOVERNO DA VENEZUELA DIZ QUE O PRESIDENTE NICOLÁS MADURO ESCAPOU DE UM ATENTADO.....	147
APÊNDICE R – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 17 – VENEZUELANOS ENFRETAM LONGAS FILAS PARA SACAR DINHEIRO APÓS MUDANÇA DE MOEDA.....	148
APÊNDICE S – TRANSCRIÇÃO NOTA COBERTA 18 – GOVERNO PERUANO DIFICULTA A ENTRADA DE IMIGRANTES DA VENEZUELA.....	149
APÊNDICE T – TRANSCRIÇÃO NOTA SECA 19 – GOVERNO AMERICANO TEVE REUNIÕES SECRETAS COM VENEZUELANOS QUE QUERIAM DEPOR MADURO.....	150
APÊNDICE U – TRANSCRIÇÃO NOTA COBERTA 20 – NICOLÁS MADURO JANTA EM RESTAURANTE SOFISTICADO E GERA REVOLTA NA VENEZUELA.....	151

INTRODUÇÃO

A migração é um fenômeno complexo, presente ao longo de toda a história humana e com amplo destaque na contemporaneidade, quando se observa que o acesso à informação atua como elemento dinâmico nesses processos. A comunicação humana, sendo intencional e estratégica (MARTINO, 2001), está presente tanto nas motivações que determinam estes movimentos espaciais quanto em suas consequências, em processos que se aceleraram em função das mudanças tecnológicas, como nos meios de transporte, e também (ainda que não somente) nas dinâmicas da comunicação mediática, encontrando ampla repercussão no jornalismo. Em função desse aspecto, estudar as migrações na perspectiva da comunicação e do jornalismo tem uma relevante contribuição para compreender a dinâmica humana e o próprio papel do jornalismo nesse processo. Diante dessas questões, esta pesquisa tem como tema o telejornalismo e, mais especificamente, como a relação entre comunicação, cidadania, Direitos Humanos e migração se desenvolvem nos produtos telejornalísticos.

No Brasil, diferentes correntes de imigração são elementos socialmente presentes desde seu mito fundador – o mito das três raças, cunhado em Freyre (2003) – e nas dezenas de grupos migratórios que adentraram o país, com maior expressão de italianos, alemães, portugueses e japoneses, seja no período colonial, monárquico independente ou republicano (LEVY, 1974). Particularmente nas décadas iniciais deste século, novas correntes migratórias, muitas vezes decorrentes de grupos em fuga de situações adversas em seus países, se apresentaram no Brasil: bolivianos, haitianos e, mais recentemente, venezuelanos. A corrente venezuelana, que teve ápice em meados de 2018, representou um marco na história nacional: pela primeira vez, os conflitos decorrentes da rejeição a um determinado grupo de imigrantes foi amplamente noticiado nos jornais, no país constantemente reverenciado pela hospitalidade e cordialidade com o próximo (HOLANDA, 1936), especialmente o estrangeiro. Apesar da presença no imaginário popular da ideia de nação hospitaleira e aberta a todos, a observação mais atenta realizada por estudiosos e acadêmicos revela o preconceito e a xenofobia, especialmente em relação a determinados grupos, no Brasil. Um exemplo são os conflitos em decorrência da imigração venezuelana, que se torna emblemática

também por acontecer um ano após o início da vigência da Nova Lei de Migração (Lei número 13.445/2017), que aproximou a regulamentação relativa à migração no país dos Direitos Humanos em detrimento dos interesses político-econômicos da Nação (OLIVEIRA, 2017).

Para Silveira (2018), a intensificação da imigração venezuelana no Brasil teve início no ano anterior, em 2017. Esse crescimento intenso e abrupto ficou evidenciado nos dados do IBGE divulgados em reportagem do site G1: em 2015, viviam cerca de mil venezuelanos no país e, em 2017, passaram a habitar o território nacional 17 mil, o que representou um aumento de 3.000%. Em 2018, são 30,8 mil venezuelanos vivendo no Brasil, sendo que no primeiro semestre cruzaram a fronteira 10 mil pessoas (SILVEIRA, 2018). Embora ambos os anos (2017 e 2018), tenham apresentado um acentuado crescimento na imigração venezuelana, a tensão cresceu exponencialmente em 2018, com destaque para alguns momentos. Em 1º de agosto desse ano, foi assinado pela governadora de Roraima (PP) um decreto para restringir o acesso dos venezuelanos a alguns serviços públicos do Estado. Três dias depois, em 3 de agosto, a Advocacia Geral da União (AGU) requereu a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF), por considerar o decreto assinado pela governadora de Roraima inconstitucional. Dois dias depois, em 5 de agosto, o juiz da 1ª Vara Federal de Roraima, Helder Girão Barreto, suspendeu a entrada e a admissão de imigrantes venezuelanos no Brasil, medida revogada no dia 7 de agosto, após decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. (VIDIGAL; BRANDÃO; OLIVEIRA, 2018). Cerca de vinte dias depois, outros dois acontecimentos tiveram destaque: a morte de um venezuelano, no dia 7 de setembro, morto após ter recebido pauladas por moradores locais, após a acusação de ter assaltado e assassinado um comerciante na cidade de Boa Vista (RR). Seis dias antes, outro imigrante venezuelano havia sido morto, a tiros e facadas, em Rorainópolis, outro município do mesmo Estado:

O clima de hostilidade é visível para quem passa pelo acampamento [de Boa Vista]. Brasileiros usam termos vulgares para se referir aos imigrantes, como “invasores” ou “imundos”. Ofendidos, alguns deles devolvem com ameaças, e o clima de tensão se mantém (MARQUES, 2018, p.1).

Para a melhor compreensão da relação entre mídia e imigração, definiu-se como objeto da pesquisa o *Jornal Nacional*, (telejornal com penetração nos distintos

segmentos e regiões brasileiras cuja estreia ocorreu em 1969 e revolucionou a concepção de noticioso televisivo no Brasil por sua modernidade, linguagem inovadora e qualidade técnica (TEMER, 2001). Primeiro telejornal a ser exibido simultaneamente para seis capitais brasileiras, ainda hoje o veículo é um marco: é o ininterruptamente mais antigo do país, possui as maiores audiências e segue sendo referência de telejornal, inclusive, para outras emissoras e noticiários. Por estas características, o *Jornal Nacional* detém um poder de produção simbólica no Brasil, o que interfere diretamente na forma como a relação com os imigrantes se delineia no país. Mais precisamente, a pesquisa se deterá nas reportagens e no levantamento e análise dos demais possíveis produtos jornalísticos (entrevistas, notas, comentários, etc.) relacionados à imigração venezuelana no período compreendido entre julho e setembro de 2018 presentes neste Jornal.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo principal identificar o(s) enquadramento(s) midiático(s) da imigração venezuelana no Brasil ocorrida no período escolhido. Os objetivos secundários são contextualizar historicamente o objeto (*Jornal Nacional*), bem como sistematizar as principais características do noticioso, identificar como o *Jornal Nacional* se manifesta e constrói enquadramentos acerca da imigração e como relaciona essa imigração com os Direitos Humanos, assim como identificar como o *Jornal Nacional* contextualiza a imigração venezuelana no Brasil em meados de 2018. A importância dos objetivos pretendidos tem caráter científico, uma vez que há um ineditismo, até o presente momento, em relação à publicação de materiais que se debrucem na análise da referida corrente migratória relacionando-a aos aspectos jornalísticos que a envolvam; caráter social, por ser condizente ao exercício da cidadania e, conseqüentemente, envolver tanto nacionais quanto imigrantes e sua forma de interação; caráter profissional, por se deter na análise de produtos jornalísticos e, dessa forma, contribuir para a reflexão acerca da prática profissional e do papel social do jornalista; e caráter ético, por se relacionar a aspectos expressos enquanto obrigação ética de todo jornalista em seu Código Profissional (FENAJ, 2007), como a defesa das minorias e dos Direitos Humanos.

A relevância do projeto justifica-se a partir do reconhecimento da influência da Comunicação Social, mais especificamente do Jornalismo, na construção da realidade social. O discurso e os enquadramentos midiáticos, ao mesmo tempo em que são produtos, produzem sentidos e influenciam relações sociais, incluindo-se o

modo como se representa o imigrante, podendo influenciar em uma aceitação, rejeição ou indiferença quanto à sua presença em seu território, além do impacto no exercício de sua cidadania. Dentro das possibilidades da Comunicação, as mídias, em função do seu grande alcance e possibilidade de divulgação de conteúdos, são transformadoras. Inserido nas mídias, o jornalismo também se destaca como uma atividade comprometida com a divulgação de fatos verdadeiros e atuais. De fato, é por meio do jornalismo que o indivíduo tem contato com situações reais, porém não vividas, por ele, sendo a mídia um dos principais mediadores sociais (Apêndice A). Nesse sentido, entender as mídias torna-se essencial para que se identifique e compreenda a relação entre nacionais e imigrantes e aspectos relativos aos Direitos Humanos, bem como sejam identificados aspectos de exercício da cidadania. As análises dos produtos jornalísticos, neste trabalho, estão alicerçadas nas Teorias Construtivistas, mais especificamente nas Teorias Interacionistas, que concebem a notícia enquanto “o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 2004, p. 180). Este processo de transformação do acontecimento em notícia está sujeito às múltiplas tensões que constroem o discurso presente na notícia, tanto em âmbitos micro quanto macrosociológicos. Alguns deles seriam: a escolha subjetiva, por parte do jornalista responsável pela matéria, do que deve ser noticiado, bem como a linguagem escolhida em sua narrativa e o enquadramento (os aspectos que serão salientados e ocultados); influenciadores organizacionais, como a relação entre editores-chefes, diretores, pressão pela entrega do material em horário determinado; e relações transorganizacionais. Apesar de a Teoria Interacionista se opor ao determinismo das teorias Organizacional e da Ação Política, que entendem que o discurso no bojo das notícias seria produto, respectivamente, dos interesses dos proprietários das empresas midiáticas e da classe dominante, não deixa de reconhecer que “o campo do jogo está inclinado a favor dos mais poderosos” (TRAQUINA, 2004, p. 189). A Teoria Interacionista também reconhece que, mesmo que o discurso presente nas notícias veiculadas não represente uma intenção racional de manipulação, esse não deixa de ser um dos envolvidos na construção da realidade social e que representa o interesse de determinados grupos. No caso específico da intensificação da corrente imigratória venezuelana no Brasil, o estudo deste fenômeno relacionado à sua cobertura midiática faz-se necessário pela carga simbólica presente na rejeição

ao grupo por parte dos brasileiros, o que configura um problema social de gravidade elevada.

Pesquisar os aspectos acerca da Comunicação e migração torna-se ainda mais justificável ao reconhecer-se que o fenômeno migratório é uma tendência crescente, uma vez que o sistema econômico mundial, produtor de grandes diferenças econômicas entre os países, estimula e tende a seguir estimulando a busca por melhores condições de vida em outros países. Assim, as migrações tendem a continuar fazendo parte da realidade mundial.

O que tem acontecido nos últimos anos, contudo, é um enorme salto no contingente de refugiados e pessoas em busca de asilo, acrescido ao volume total de migrantes que já batiam às portas da Europa; esse salto foi causado pelo número crescente de Estados “afundando”, ou já submersos (BAUMAN, 2017, p. 11).

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) assegure o direito à migração, bem como os direitos fundamentais da pessoa humana, ainda que se encontrem em território que não o seu originário, o conflito entre estes direitos e os interesses político-econômicos dos Estados afetam o cumprimento dos direitos fundamentais assegurados, como evidencia-se com as constantes notícias acerca de conflitos decorrentes de movimentos migratórios mundiais. Algumas situações ocorridas nos últimos cinco anos são emblemáticas. Em setembro de 2015, o mundo voltou o olhar em direção à Turquia: a forte imagem do corpo de uma criança em uma praia em Bodrum, que morreu após o naufrágio de duas embarcações com imigrantes que tentavam chegar à Europa, esteve presente em diversas capas de jornal em todo o mundo e suscitou discussões sobre o tema. No Brasil, reportagem com o título *Foto chocante de menino morto revela crueldade de crise migratória*, foi destaque no site G1, portal de notícias pertencente ao grupo Globo, uma das maiores empresas relacionadas à comunicação no país, e apresentou discussão acerca das restrições de entrada por parte da Europa e o desespero dos migrantes originários da Ásia e África, que arriscam a própria vida na tentativa de adentrar ilegalmente o continente que possui uma das economias mais fortes do mundo (G1, 2015).

Imagem 1 – “Foto chocante de menino morto revela crueldade de crise migratória”¹



Fonte: G1 (2015).

Apesar da comoção com a tragédia da morte da criança migrante ter fomentado o debate mundial acerca da crise migratória e do risco enfrentado por migrantes que muitas vezes perdem a própria vida na tentativa de entrada ilegal em países cuja política migratória é extremamente restritiva, um ano depois, a os estadunidenses elegem como presidente Donald Trump, candidato que propunha o aumento das restrições à entrada de imigrantes nos Estados Unidos. Durante a campanha, o candidato defendeu a construção de um muro na fronteira com o México, além da deportação de imigrantes ilegais (BERMÚDEZ, 2018). Ainda segundo esse mesmo autor, com o governo já instaurado, as ações do presidente têm sido no sentido de restringir a entrada de pessoas, inclusive legalmente, com a mudança das leis que regulamentam as regras migratórias e, em julho de 2018, os Estados Unidos são o primeiro país a sair de forma voluntária do Conselho de

¹ Foto divulgada em reportagem intitulada *Foto chocante de menino morto revela crueldade de crise migratória* retrata momento em que agentes turcos investigam local de aparição de cadáver de criança após naufrágio de embarcações com imigrantes (G1, 2015).

Direitos Humanos das Nações Unidas. Embora representantes do governo tenham alegado que a saída busca manifestar o descontentamento do país em relação à postura do Conselho perante Israel, e não uma retaliação aos Direitos Humanos, entidades de defesa destes direitos criticaram a medida e a entenderam enquanto simbólica em relação a Donald Trump e a questão da migração e dos Direitos Humanos (MELLO, 2018).

No Brasil, a campanha eleitoral dos candidatos à presidência ocorreu simultaneamente aos conflitos na fronteira entre Brasil e Venezuela. Durante a campanha, o candidato Jair Bolsonaro (PSL) criticou a nova Lei de Imigração do país, afirmou que a Organização das Nações Unidas (ONU) não possuía serventia alguma e afirmou ainda que o Brasil não poderia ser um país de fronteiras abertas (SOARES, 2018). Bolsonaro foi eleito presidente em outubro de 2018, com 57,8 milhões de votos, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em função da complexidade dos movimentos migratórios, com o passar dos anos, surgiram diferentes teorias inseridas em distintas áreas do conhecimento, que buscam entender este fenômeno. Entre elas, destacam-se as teorias econômicas, histórico-estruturais e sociológicas. Neste trabalho, adota-se a leitura sociológica deste fenômeno, fundamentada em Mohammed ElHajji (2010, 2016), Mohammed ElHajji e Camila Escudero (2016, 2017) e Denise Cogo (Apêndice A), teóricos que buscam identificar e relacionar a Comunicação Social e seu papel nas dinâmicas sociais provenientes da entrada de indivíduos em países que não os seus originários.

Destaca-se ainda que no Brasil, pesquisas que envolvem Comunicação Social e migrações têm sido ou foram desenvolvidos em quase todos os programas de pós-graduação do país (ELHAJJI; ESCUDERO, 2017). Após levantamento realizado pelos autores mencionados, constatou-se que as categorias mais utilizadas nestas pesquisas são fronteira, identidade, memória e narrativa e comunidades, com predominância da abordagem qualitativa com os instrumentos entrevista, estudo de caso, história oral, observação, análise de conteúdo e de discurso e recepção. As bases teóricas mais utilizadas são as Ciências Humanas e Sociais, com ênfase nos Estudos Culturais desde a perspectiva de Elhajji e Escudero (2017):

Destacamos que a multi, inter e/ou transdisciplinaridade intrínseca da área da Comunicação é um recurso que pode deixar o campo à frente dos demais no que se refere a entender as implicações mais amplas e abordagens comparativas fundamentais para contemplar, inferir e interpretar os dados gerais e particulares, bem como as ocorrências contextuais que envolvem forças econômicas e estruturais dos processos de deslocamento. Estas, por sua vez, acabam por moldar o comportamento dos imigrantes e revelam como sujeitos ou grupos operam simultaneamente em harmonia e desarmonia, social e subjetiva, com o mundo (p. 188).

A partir de diversas pesquisas realizadas, Cogo (Apêndice A) aponta que na cobertura midiática sobre imigrantes no Brasil predominam duas categorias de enquadramento: criminalização e vitimização. Embora em polos opostos, nenhuma delas estimula a valorização e o conhecimento da cultura deste estrangeiro. As constatações de Cogo (Apêndice A) vão ao encontro das de Costa e Reusch (2016), inseridas no campo do Direito, que ao problematizarem os entraves para a efetivação dos direitos assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos relativos à migração (em que esta não só é permitida, como também garantida com características que garantem o “bem estar” dos imigrantes que se encontram em outros países), localizam a mídia enquanto um dos entraves:

No contexto atual, grande parte dos países conta com a presença de milhares de imigrantes de todas as partes do mundo, em busca de melhores condições de vida. Por conta de preconceitos e da divulgação da mídia, que destaca a disputa de empregos e benefícios providos pelo Estado, a migração humana acaba por tornar-se fonte de insegurança e ansiedade no cenário internacional (COSTA; REUSCH, 2016, p. 278).

Uma das dificuldades impostas à consolidação das migrações mundiais como asseguradas na DUDH estaria, portanto, na maneira preconceituosa com que muitos nacionais encaram a entrada de não-nacionais em seus países, tendo a mídia como principal mediadora acerca dos imigrantes, considerando-se que a maioria não teve contato direto com estes indivíduos (Apêndice A). As produções de sentido da mídia e seus consequentes reflexos na sociedade relacionam-se também com as políticas públicas e com as práticas governamentais, sobretudo em épocas eleitorais. As dificuldades dos imigrantes, portanto, estão no âmbito legislativo e jurídico, esferas que regulam seus direitos e deveres formalmente, e nas práticas sociais, que também são capazes de lhes impor obrigações e restringir-lhes direitos.

Diante dessa contextualização, a pergunta problematizadora que se pretende responder por meio desta pesquisa é: Em que medida as reportagens sobre a

imigração venezuelana no Brasil veiculadas no *Jornal Nacional* entre julho e setembro de 2018 se relacionam com a cidadania e os Direitos Humanos destes estrangeiros?

De forma complementar, serão parte dessa investigação as seguintes perguntas secundárias:

Quais valores-notícia estão presentes no material veiculado?

De que forma o *Jornal Nacional* relaciona a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o tema da migração?

O *Jornal Nacional* apresenta a regulamentação vigente no Brasil sobre a imigração? Se apresenta, como realiza essa forma de divulgação?

De que forma o referido jornal aborda a cidadania do imigrante?

Insere-se, ainda, uma problematização sobre a cidadania (ou a falta dela) por parte dos imigrantes, correlacionando-se com os enquadramentos utilizados pelo jornal. Trata-se de uma hipótese de que, embora haja a afirmação por parte do noticioso do compromisso social e respeito às minorias e vulneráveis (prática compatível com os Direitos Humanos e obrigação ética dos jornalistas expressa em seu código profissional), esta fala oficial obliteraria a uma postura de rejeição aos imigrantes venezuelanos com um discurso e enquadramento midiáticos referentes aos problemas e transtornos decorrentes da presença desse grupo no Brasil. (muito boa essa afirmação!) O entendimento sobre estes aspectos exige, para uma compreensão mais contextualizada, reflexões sobre migração, cidadania e Direitos Humanos.

Para que se possa responder às perguntas de pesquisa apresentadas, a metodologia de pesquisa adotada foi a abordagem qualitativa, midiográfica, com amostragem aleatória por conveniência e instrumentos as análises televisual formulada por Becker (2012) – detalhada no capítulo condizente à metodologia, dos gêneros jornalísticos, amparada em Assis e Marques de Melo (2016), e do enquadramento, amparada em Porto (2001).

A partir dos elementos apresentados, o desenvolvimento do trabalho foi organizado a partir da seguinte sequenciação:

O primeiro capítulo da dissertação dedica-se à compreensão, em profundidade, do objeto de estudo, a saber, o *Jornal Nacional*. A fim de delimitar de modo empírio e teórico este veículo, será realizada a contextualização histórica, as

características deste telejornal e os fatores que podem influenciar as características de suas notícias.

O segundo capítulo se deterá no foco desta pesquisa, que pode ser entendido como as relações possíveis do modo de estruturação e veiculação das notícias sobre a imigração no Brasil e sua relação com a cidadania e os Direitos Humanos, bem como a reflexão acerca do entendimento da cidadania à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos, problemáticas que representam dificuldades à sua efetivação e a contextualização d corrente imigratória venezuelana no país.

No terceiro capítulo, será detalhada a metodologia qualitativa adotada e a descrição das técnicas utilizadas.

No quarto capítulo, serão apresentados os resultados do pré-teste bem como suas respectivas análises para que por fim, sejam desenvolvidas as considerações finais preliminares.

CAPÍTULO I – POR QUE QUE A GENTE É ASSIM: CONSIDERAÇÕES SOBRE TELEVISÃO, JORNALISMO E JORNAL NACIONAL

Este capítulo tem como objeto o Jornal Nacional. Suas características, embora peculiares em certa medida, são fruto de um processo histórico e social que caracterizam o jornalismo no país. Para a compreensão destes aspectos, concentra-se em perscrutar o início e mudanças do jornalismo no país ao longo do tempo, bem como as principais teorias que expliquem as características da(s) forma(s) transmissão da mensagem jornalística.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, TÉCNICOS E SOCIAIS DO TELEJORNALISMO NO BRASIL

Estudar a mensagem jornalística é uma das formas de buscar compreender o papel social desta prática. Na Comunicação Social, a separação dos estudos entre emissor, mensagem e receptor foi primeiramente teorizada por Harold Lasswell (1977), ao estabelecer que os estudos deste campo consistiriam na observação de “quem diz o que em que canal para quem com que efeito”, de forma em que “quem” seria relativo ao comunicador, “diz o que” à mensagem, “em que canal” à análise dos meios, “para quem” à análise de audiência e “com que efeito” à análise dos efeitos, ou da recepção. Embora a divisão seja válida e eficiente, muitas vezes, para que seja possível uma melhor visão do fenômeno estudado, é necessário aliar distintos estudos a fim de se compreender de maneira mais global o que se busca, a exemplo da pesquisa da mensagem, que pode ficar mais coerente se lança-se, também, o olhar sobre as condições de sua produção (emissor ou canal de emissão), tendo em vista que estes têm implicação direta em algumas características desta mensagem. Desta forma, embora o presente trabalho se ocupe da análise da mensagem telejornalística, fazem-se necessárias algumas considerações a respeito do telejornalismo, de modo abrangente, bem como do canal de transmissão das mensagens a serem analisadas – a saber, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão. Em um primeiro momento, serão apontados alguns aspectos históricos, em um segundo momento, os aspectos técnicos da produção jornalística, que formatam as notícias de maneira que estas apresentem determinadas

características comuns (gêneros e formatos) e, por fim, aspectos sociológicos desta produção, que também moldam as características com que determinado fato é narrado.

1.2 O OBJETO: PERCURSO HISTÓRICO DO TELEJORNAL NO BRASIL E O JORNAL NACIONAL

O telejornalismo é um produto do século XX, iniciado a partir da invenção e popularização da televisão, e com características peculiares a este veículo.

A primeira transmissão televisiva oficial no Brasil foi realizada em 18 de setembro de 1950, com o programa *TV na Taba*, pela *TV Tupi* de São Paulo. Antes disso, no entanto, Temer (2001) aponta a divergência entre as datas relativas à primeira transmissão experimental, pela mesma emissora: especial patrocinado por uma indústria alimentícia em 29 de julho de 1950 ou exibição de filme sobre Getúlio Vargas em 10 de setembro de 1950. O primeiro telejornal a ser apresentado na televisão brasileira, *Imagens do Dia*, foi exibido em 19 de setembro de 1950, um dia após a primeira transmissão televisiva oficial. A rapidez na incorporação do jornalismo ao veículo televisão é simbólica quanto à amálgama histórica da existência de ambos. Também foi a evolução histórica que cunhou a linguagem telejornalística como conhecida contemporaneamente.

O primeiro telejornal apresentado no país, *Imagens do Dia*, tinha a apresentação de Ruy Rezende, que noticiava fatos recentes com as limitações imagéticas próprias da época (TEMER, 2001):

Os primeiros programas telejornalísticos apresentavam as notícias lidas pelos apresentadores no estúdio, cuja predominância eram dos textos informativos, principalmente as chamadas notas simples, um formato em que o apresentador lê a notícia sem a inserção de imagens complementares (SPINELLI, 2012, p. 2)

Como aponta Temer (2001), após o *Imagens do Dia*, foram veiculados, pela *TV Tupi* do Rio, no Rio de Janeiro, o *Telejornal Brahma*, e, na *TV Tupi São Paulo*, o *Telenotícias Panair*. Como as câmeras usadas à época (16 milímetros) tinham alto custo, passou-se a utilizar slides comprados de empresas estadunidenses. “De uma forma geral, usava-se ao máximo a imagem do apresentador lendo as principais notícias ao vivo e investia-se no carisma e voz do noticiário” (TEMER, 2001, p. 34).

Esta mudança representou também uma mudança no formato em que estas notícias eram transmitidas: de notas secas para notas cobertas. “Logo, os realizadores começaram a perceber o potencial das imagens (estáticas e dinâmicas) e surgiram as notas cobertas, em que as notícias eram lidas pelo apresentador sobre imagens referentes ao fato” (SPINELLI, 2012, p. 2). Também tiveram destaque nas décadas de 50 e 60 os telejornais *Repórter Esso* e *Jornal de Vanguarda*, que representaram algumas inovações como matérias mais ilustradas e maior número de jornalistas participantes do programa, respectivamente. No entanto, foi um jornal com estreia no último ano da década de 1960 que representou a consolidação de uma linguagem telejornalística:

O jornalismo ainda não tinha conquistado uma linguagem própria para a telinha. O estilo radiofônico era dominante: no final dos anos 60, usavam-se mapas e fotos e, mais raramente, o videoteipe, para ilustração das informações verbais (TEMER, 2001, p. 36).

Este padrão radiofônico adaptado à televisão seguiu-se até 1969, data da estreia do *Jornal Nacional*, transmitido pela *Rede Globo de Televisão* e primeiro produto jornalístico a ser exibido simultaneamente para seis capitais do país.

É o fim de um modelo de telejornalismo moldado pelos homens do rádio, que se resumia, basicamente, em 15 a 20 minutos de programas quando um locutor lia as notícias divulgadas pelo rádio, acompanhadas de filmes rápidos sobre assuntos locais e cenas de arquivo (TEMER, 2001, p. 37).

As inovações técnicas e tecnológicas do *Jornal Nacional* estão relacionadas ao momento histórico e político em que este noticioso estreou no Brasil: na década de 1960, quando os aparelhos televisores passam a ter mais relevância no contexto nacional. Esta mudança é tão significativa que Mattos (1982) afirma:

As pessoas que estudam a televisão brasileira argumentam que só se pode falar de um sistema de televisão no Brasil depois de 1967, quando o país começou a centralizar suas políticas culturais e econômicas, e as redes de televisão começaram a desenvolver uma base econômica forte (p. 10).

A respeito da mudança ocorrida na década de 1960 e o papel da televisão neste contexto, Capparelli e Lima (2004) pontuam que a televisão teve grande importância na política nacionalista e industrializadora da época, em um país que, até então predominantemente rural, passava a ser majoritariamente urbano, como

consequência da política do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) – que por sua vez, dava sequência a um modelo iniciado por Getúlio Vargas (1930-1945), que incentivou a instalação de indústrias e a migração de uma parte significativa da população do campo para a cidade. Algumas das características nacionalistas da época, segundo os autores, estavam expressa nos Decretos 20.047 e 21.111, de 1931 e 1932, respectivamente, assim como no Código Nacional de Telecomunicações, de 1962, que previam, no caso da outorga de concessões para a exploração de canais de televisão:

- A – Preferência, na decisão presidencial, sobre quem deve receber a concessão, para o concorrente que apresente a mais alta taxa de uso de equipamento fabricado no país em sua emissora;
- B – Preferência, no mesmo processo decisório, para o concorrente que prometa a mais alta percentagem de tempo dedicado a assuntos, autores e artistas brasileiros;
- C – Proibição de contratos entre emissoras de TV e companhias estrangeiras;
- D – Proibição da presença de entidades estrangeiras nas atividades administrativas da emissora;
- E – Proibição de sócios, diretores e gerentes estrangeiros (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 67)

Além do nacionalismo, a industrialização característica da época também influenciou a televisão ao optar-se pela fabricação nacional em detrimento da importação, incluindo bens de consumo, como os aparelhos televisores. Este incentivo possibilitou o aumento do número de aparelhos nas residências brasileiras, o que, somado a outros fatores, possibilitou uma maior difusão da TV e, conseqüentemente, do telejornalismo.

No início dos anos sessenta, existiam quinze emissoras de televisão operando nas mais importantes cidades do país. Entretanto, só quando os efeitos do consumo de produtos industrializados cresceram e o mercado se consolidou foi que as emissoras de televisão se tornaram economicamente viáveis como empresas comerciais e começaram a competir pelo faturamento publicitário. A fim de receber uma maior quantidade de anúncios, a televisão começou a direcionar seus programas para grandes audiências, aumentando assim seus lucros (MATTOS, 2002, p. 27).

Outra marca da televisão na década de 1960 foi a busca, durante a ditadura militar, de integração nacional por meio da televisão, em um plano de desenvolvimento, integração e modernização do país.

A integração nacional, como apresentada por Waine Selcher, consiste em um grupo de programas para aumentar a integração social e, em especial, contribuir para a diminuição das diferenças regionais, promovendo entre outras coisas: desenvolvimento econômico e redistribuição de investimentos regionalmente [...], coesão interna e espírito nacional (MATTOS, 2002, p. 32).

Dentro da perspectiva apontada por Mattos (2002), a televisão passou a ser instrumento para atender aos interesses dos militares. “O regime militar contribuiu para o desenvolvimento técnico da televisão, a qual também foi usada para promover as idéias do regime autoritário” (p. 35). Dessa forma, o *Jornal Nacional*, ao ser transmitido simultaneamente para diferentes cidades, se imbuí desta política integradora nacional. Esta característica está presente, inclusive, na fala de abertura do jornal:

Hilton Gomes, ao lado de Cid Moreira, abriu a primeira edição do JN anunciando: O Jornal Nacional, da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som em todo o país”. Cid Moreira encerrou: “É o Brasil ao vivo aí na sua casa. Boa noite” (G1, 2010, s.p.).

Com características inovadoras, o *Jornal Nacional*, em 1977, realiza a primeira entrada de repórter ao vivo, ao exibir a jornalista Glória Maria mostrando o movimento de carros durante um final de semana no Rio de Janeiro (G1, 2010, s.p.). Em 1978, outra inovação impactou diretamente o paradigma telejornalístico até então vigente: a mudança dos antigos filmes 16 mm para a edição eletrônica, o que estabeleceu uma nova relação com o tempo de exibição das reportagens:

O Jornal Nacional promove mudanças com a utilização de novas tecnologias. O filme 16 mm começa a ser substituído com a instalação da ENG (Eletronic News Gathering), que permite a edição eletrônica de videoteipe. E a edição em VT dá muito mais rapidez à operação do telejornalismo, que, até então, perdia muito tempo com a revelação do filme (G1, 2010, s.p.).

As características inovadoras do Jornal Nacional, bem como sua abrangência territorial o tornaram o noticioso com maior audiência do país e um marco para o telejornalismo no Brasil.

Impulsionado pelo processo de desenvolvimento tecnológico, que proporcionou equipamentos mais leves e mais ágeis, o Jornal Nacional chega a atingir 80 pontos de audiência na década de 70 e, marcado pelo apuro visual, pelo grande uso de videoteipes e pela agilidade nos cortes,

tona-se ponto de referência para outros telejornais da emissora (IMPRENSA, 1994, p. 30 apud TEMER, 2001, p. 37).

Desde seus anos iniciais, o Jornal Nacional se manteve como destaque do telejornalismo no país, seguindo como líder de audiência com quase que onipresença no território nacional.

O Jornal Nacional sofreu várias transformações ao longo dos anos: modernizou-se o cenário, inovaram-se as vinhetas, mudaram os apresentadores, polêmicas e crises de credibilidade aconteceram, mas ele permanece o telejornal de maior audiência no país e é o modelo de referência para o telejornalismo nacional (GOMES, 2005, p. 1).

A proximidade com os dirigentes do país durante o período da Ditadura Militar também trouxe benefícios à Rede Globo. Um exemplo foi a parceria entre a emissora e o Grupo Time-Life, dos Estados Unidos da América, mesmo com a proibição, pelo Código Brasileiro de Telecomunicações vigente à época, da participação de empresas estrangeiras e entrada de capital estrangeiro nos canais de televisão brasileiros. Após denúncias, uma CPI constatou a ilegalidade, mas, ao invés da cassação da outorga, Marechal Castelo Branco (1964-1967) concedeu um prazo de 90 dias para que a emissora se adequasse às regras (CAPPARELLI; LIMA, 2004).

O alinhamento da Rede Globo e a Ditadura Militar não foi harmonioso até o fim do período ditatorial. Segundo Capparelli e Lima (2004), alguns militares se incomodavam com o grau de poder que a emissora ocupava, considerando-se os 70% de audiência que a Globo possuía em todos os horários. Além disso, diante da iminente queda do governo ditatorial (previsível considerando-se o cenário político da época, em que apenas o Brasil, na América do Sul, mantinha um governo ditatorial), a emissora passou a cobrir manifestações e passeatas da oposição, anteriormente ignoradas.

Só o contexto esclarece as circunstâncias dessa mudança de política, visto ela não revelar toda a extensão do drama da Globo com a entrega programada do Poder aos civis. Aconteceu, nessa ocasião, de a situação começar a ficar totalmente fora de controle. O movimento social pelas eleições diretas colocou o proprietário Roberto Marinho numa situação delicada. Ideologicamente, ele poderia continuar aliado aos militares; economicamente, porém, essa posição estava lhe causando constrangimentos e perda de receitas (CAPPARELLI; LIMA, 2004, p. 78).

Os meandros da história da Rede Globo de Televisão e sua relação com o poder são importantes para o presente trabalho por representar o caráter complexo que assume a produção televisiva e jornalística de uma emissora. A análise da trajetória de crescimento da Globo, bem como a manutenção de sua liderança no país, levaram Capparelli e Lima (2004) a constatarem que:

Com a passagem de sucessivos governos, observou-se que a televisão aliou-se sempre com os novos governantes, independentemente de partido ou coloração política. Nesse sentido, a Globo, ao tomar partido dos militares, também serviu seu próprio interesse; como, da mesma forma, nos governos sucessivos de José Sarney (1985 – 1989), Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), Itamar Franco (1992 – 1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1999 e 1999 a 2002) (p. 78).

Atualmente, *Jornal Nacional* possui como apresentadores titulares William Bonner e Renata Vasconcelos, que também ocupam o cargo de editor-chefe e editora-executiva, respectivamente, além de uma equipe de cerca de cem funcionários. É apresentado às 20h30, de segunda-feira a sábado. O estúdio localiza-se no Rio de Janeiro, mas o noticioso possui redações em Brasília, Belo Horizonte, Recife e São Paulo, além de escritórios em Londres e Nova Iorque (NACIONAL, 2018) além da colaboração de emissoras afiliadas distribuídas em todo o país e dezenas de correspondentes internacionais.

Para garantir seu declarado objetivo de cobertura de todo o território nacional, quando há acontecimentos com um alto valor-notícia, o *Jornal Nacional* aciona a colaboração de emissoras afiliadas à Rede Globo para o envio de possíveis pautas e auxílio com imagens e até a própria cobertura jornalística até que o JN envie um repórter próprio, se achar necessário. Em Roraima, quem cumpre esse papel é a TV Roraima, também conhecida como Rede Amazônica Boa Vista. A Rede pertence a um grupo de forte expressão regional e que possui cinco geradoras de TV, nas capitais do Amazonas, Acre, Rondônia e Amapá, além de Roraima (CASTRO, 2012).

A Rede Amazônica surgiu como agência de publicidade em 1968. No ano seguinte, ganhou a concessão para explorar o segundo canal de TV de Manaus. O primeiro, a TV Ajuricaba, entrara no ar em 1967 e permaneceu em atividade até 1986. A empresa Rádio TV do Amazonas Ltda., com seus três sócios, Phelippe Daou, Milton de Magalhães Cordeiro, Joaquim Margarido, o primeiro dos quais majoritário, foi criada em 1970, e o canal 5 entrou em funcionamento a 1º de setembro de 1972. No ano seguinte afiliou-se à Rede Bandeirantes. A partir de 1983, as emissoras de Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista e Macapá passaram a ser afiliadas da Rede

Globo, e em 1986 o canal de Manaus também se juntou a essa rede. (CASTRO, 2012, p. 182-183)

Ainda sobre a TV Roraima, Almeida (2008) aponta que, a partir de 1985, a afiliada passou dar mais espaço à produção local. Se, anteriormente, eram 15 minutos para a programação relativa à região, na época em que foi realizada pesquisa de Almeida (2008), já eram mais de duas horas, sendo que “dois terços deste espaço é ocupado pela Rede Amazônica para a veiculação de notícias regionais” (p. 5). Essa veiculação é feita por meio dos noticiosos Bom Dia Amazônia e Jornal Roraima 1ª e 2ª edições.

1.3 GÊNEROS E FORMATOS TELEJORNALÍSTICOS

Além das inovações tecnológicas que, como apontado, possibilitaram a relação entre texto jornalístico e imagem e, portanto, contribuíram para a emergência de um novo paradigma de “fazer telejornalístico”. Outro fator que tem influência nas características que possuem as notícias está relacionado às técnicas profissionais: os gêneros e formatos jornalísticos, uma vez que “moldam o protocolo” que deve ser seguido pelos jornalistas ao transformar o acontecimento em notícia, bem como “ditam a forma” de como estes produtos jornalísticos devem ser apresentados ao público.

Os gêneros jornalísticos são o agrupamento das notícias de acordo com características semelhantes e que estão relacionadas, além de aspectos técnicos da produção jornalística, a aspectos sociais. “Para fins de análises científicas, podemos dizer que Gêneros são categorias a partir das quais podemos agrupar trabalhos semelhantes, que refletem um momento da sociedade, auxiliando a produção e leitura destes trabalhos” (TEMER, 2011, p. 419). Os gêneros estabelecem relação entre emissor e público uma vez que:

É a partir dele que o emissor pode agir em função de um quadro semântico – ou um conjunto de possibilidades linguístico-visuais delimitados e, previamente, conhecidos pelos receptores. O gênero é uma promessa de conteúdo, ou de uma possibilidade de conteúdo, uma espécie de contrato, previamente, acordado entre emissor e receptor (TEMER, 2011, p. 419).

Distintos pesquisadores conceituaram e agruparam os gêneros jornalísticos. Como a discussão acerca destas diferenças não contribuiria para os objetivos desta

pesquisa, será aqui apresentada apenas a definição em que este trabalho se ampara: Marques de Melo (1985) entende que os gêneros estão diferenciados por sua intencionalidade: em 2016, Assis e Marques de Melo (2016) apontam um modelo classificatório, que categoriza os gêneros e suas funções/intenções, respectivamente:

Tabela 1 – Classificação de gêneros jornalísticos e suas funções proposta por Assis e Marques de Melo (2016)

Gênero	Função
Informativo	Vigilância social
Opinativo	Fórum de ideias
Interpretativo	Papel educativo, esclarecedor
Diversional	Distração, lazer
Utilitário	Auxílio na tomada de decisões

Fonte: Dados agregados pela autora a partir de Assis e Marques de Melo (2016).

Para Assis e Marques de Melo (2016), estes gêneros estariam correlacionados a demandas sociais e, por isto, surgiram em distintas épocas, sendo os três últimos os mais recentes, surgidos no século XX, enquanto os anteriores datam dos séculos XVII e XVIII, respectivamente. Os pesquisadores também conceituam os formatos enquanto “parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e, também, procedimentos e particularidades relacionadas ao modus operandi de cada unidade” (ASSIS; MARQUES DE MELO, 2016, p. 50). Assim, os formatos seriam os “instrumentos” que servem à intencionalidade dos gêneros, e estariam divididos desta forma:

Tabela 2 – Gêneros e formatos jornalísticos propostos por Assis e Marques de Melo (2016)

Gênero	Função
Informativo	Nota, notícia, reportagem, entrevista
Opinativo	Editorial, documentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta, crônica
Interpretativo	Análise, perfil, enquete, cronologia, dossiê
Diversional	História de interesse humano, história colorida
Utilitário	Indicador, cotação, roteiro, serviço

Fonte: Assis e Marques de Melo (2016).

Em uma análise de conteúdo de duas semanas do *Jornal Nacional*, Temer (2001) constatou que o gênero jornalístico mais presente no noticioso era o informativo, com 99% de incidência contra 1% do gênero opinativo, expresso pela crônica apresentada pelo comentarista Arnaldo Jabor. Com a atual extinção do quadro do cronista, o jornal passa a apresentar 100% de seu conteúdo pertencente ao gênero informativo: notas simples, coberta e pé, boletim, flash e reportagens, formato preponderante no noticioso, com 76% de incidência (TEMER, 2001). Henriques e Leite (2018) apontam que o telejornal utiliza um formato clássico de reportagem, com *offs*, passagem e sonoras, sem grandes inovações. Esta configuração aponta a intenção do telejornal de ocultar opiniões que possam parecer vinculados a uma posição organizacional e a busca pelo jornalismo que se apresenta enquanto meramente informativo, isento de opiniões.

Evidencia-se também o caráter fragmentado do *Jornal Nacional*: apresentado das 20h30 às 21h15, o telejornal possui 45 minutos para cobrir acontecimentos mundiais e em todos os estados brasileiros, o que torna as matérias do *Jornal Nacional* as segundas mais curtas da emissora, com uma média de 72” cada. Temer (2001) também aponta a maior incidência de notícias internacionais no JN em relação aos demais telejornais da emissora, característica que está atrelada à imagem de jornalismo com grande capacidade de abrangência. Quanto às reportagens nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro são as cidades às quais o conteúdo do noticioso mais se refere – São Paulo, 46%; Rio de Janeiro, 14% e

Brasília, 16%. O estado seguinte, em índice de incidência é o Paraná, com 5% e os menos presentes são Pará e Ceará, com 2% e Acre, com 1%. Os dados revelam que Roraima, Estado mais relacionado à imigração venezuelana em questão, não está rotineiramente presente no conteúdo do noticioso. Esta característica está relacionada à “ordem do espaço” (TRAQUINA, 2004), fenômeno em que, pela concepção de que acontecimentos relevantes têm maior propensão de ocorrer em determinados lugares, como capitais de Estados, certas regiões ficam invisibilizadas e só são objeto ou cenário de notícia quando se trata de crimes e desordens sociológica, tecnológica e moral. Esse aspecto complexo da produção jornalística será abordada em maior profundidade no tópico seguinte e está relacionado à forma como o Estado de Roraima “apareceu” no telejornal após o início da imigração venezuelana.

1.4 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA PRÁTICA JORNALÍSTICA

Uma série de teorias, sistematizadas ao longo do século XIX, buscaram explicar os fatores sociológicos envolvidos na elaboração do conteúdo veiculado pelo telejornalismo. A mais antiga delas é a Teoria do Espelho, que afirma que as reportagens são o relato fiel de um acontecimento. Embora academicamente superada, este entendimento ainda pode ser identificado no discurso de veículos jornalísticos e jornalistas, uma vez que a “prática imparcial” estaria atrelada à credibilidade dos produtos jornalísticos que serão comercializados:

O ethos dominante, os valores e as normas identificadas com o papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia (TRAQUINA, 2004, p. 149).

Ao contrário da Teoria do Espelho, que propaga uma imparcialidade e neutralidade do jornalista, a Teoria da Ação Pessoal, ou *gatekeeper*, surgida por volta de 1950, avança ao reconhecer a participação de aspectos da subjetividade do jornalista na definição dos conteúdos efetivamente veiculados: diante de uma

miríade de acontecimentos, a simples seleção do que será ou não veiculado já teria parte das opiniões, crenças e escolhas pessoais do jornalista:

Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos gates, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o gatekeeper, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo “portão”; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua “morte” porque significa que a notícia não será publicada (TRAQUINA, 2004, p.150).

Embora avance ao reconhecer certa subjetividade do profissional jornalista, Traquina (2004) pontua que a Teoria da Ação Pessoal não menciona os aspectos subjetivos da própria realização da matéria e tampouco leva em consideração as pressões e demandas do veículo em que este profissional se insere. A Teoria Organizacional, por sua vez, é a primeira a considerar os aspectos presentes na organização em que os jornalistas estão inseridos, como mostra Breed (TRAQUINA, 2004), no primeiro estudo referente ao tema.

Breed sublinha a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista e considera que o jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo (TRAQUINA, 2004, p. 152).

Traquina (2004) observa que a Teoria Organizacional está amparada em uma cultura organizacional, e não uma cultura profissional. Dentro desta perspectiva, as formas da organização impor sua vontade sobre a prática jornalística estaria presente nos fatores como sua autoridade e possíveis punições à insubordinações, além do desejo de ascensão na carreira e relações próximas e vínculos criados dentro das empresas.

Cerca de duas décadas depois, influenciada pelos estudos marxistas da década de 1960, os estudos sobre a parcialidade tomam o protagonismo na década de 1970, influenciando as pesquisas relativas ao campo jornalístico. Nesse contexto, as Teorias de Ação Política entendem que os meios de comunicação são instrumentos para a legitimação ou combate a determinadas ideologias. Traquina (2004) aponta duas distintas versões dentro desta corrente teórica: a de direita, que entende que os meios de comunicação estadunidenses representariam uma “nova

classe” anti-capitalista; e a versão esquerdista, que tem como um dos principais teóricos Noam Chomsky, que considera os meios de comunicação como defensores do poder instituído, uma vez que os proprietários das grandes empresas, assim como seus principais anunciantes, teriam interesse na defesa do sistema económico capitalista. Traquina (2004), no entanto, tece críticas à teoria, por seu aspecto demasiadamente determinista, em que os jornalistas trabalhariam a serviço dos interesses dos proprietários dos meios de comunicação:

Assim, a versão de esquerda da teoria de ação política ignora: 1) que os donos se encontram raramente com os diretores em muitas empresas jornalísticas; 2) que a maioria dos jornalistas não faz ideia de quem se senta no conselho de administração das instituições para quem trabalha; e 3) que os jornalistas têm um grau de autonomia e afirmam frequentemente a sua própria iniciativa na definição do que é notícia (TRAQUINA, 2004, p. 167).

Também nos anos 1970, as Teorias Construtivistas passam a representar um novo paradigma nos estudos da Comunicação: o das notícias enquanto construção social, em um entendimento de que as notícias participam da construção da realidade. Estas teorias rejeitam os entendimentos simplistas ou deterministas das teorias anteriores:

Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e dos media noticiosos que devem refletir a realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade(...). Assim, não é de se estranhar que o paradigma das notícias como construção não só considere o conceito de distorção como inadequado e pouco frutífero, como sobretudo discorde radicalmente da perspectiva das teorias que defendem que as atitudes políticas dos jornalistas são um fator determinante no processo de produção das notícias (TRAQUINA, 2004, p. 169).

Outra contribuição importante das Teorias Construtivistas é a problematização dos rituais técnicos adotados pela prática jornalística, que contribuem para a subjetividade presente no produto noticioso.

Na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do “real”, as notícias registram as formas literárias e narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: quem? O que? Onde? Quando, a necessidade de selecionar, excluir e acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói a realidade. (CAREY, 1986 apud TRAQUINA, 2004, p. 174)

As teorias construtivistas são as primeiras a pensar o tema do enquadramento (espécie de “moldura” com que o jornalista precisa delimitar os limites em que o acontecimento será relatado, tendo em vista as pressões de tempo, no telejornalismo, e de espaço, no jornalismo impresso) e de que forma este e outros aspectos técnicos, por si só, resultam de uma escolha subjetiva sem que haja, necessariamente, uma intencionalidade racional de manipulação da mensagem.

Dentro das Teorias Construtivistas, dividem-se duas distintas teorias: Teoria Estruturalista e Teoria Interacionista. A primeira, que tem entre os principais teóricos Stuart Hall, de modo similar à Teoria das Ações Políticas, entende que os meios de comunicação também possuem papel significativo na reprodução da ideologia dominante, mas, de modo diferente à sua antecessora, também há o reconhecimento de certa autonomia dos jornalistas em relação a este controle (TRAQUINA, 2004). Em um campo tensionado por diferentes forças, as notícias seriam o resultado de uma combinação de fatores, a saber: da organização burocrática dos meios de comunicação, dos valores notícia – como produto a ser vendido, os acontecimentos possuem uma escala de noticiabilidade, tendo em vista que as notícias possuem um potencial de venda que envolve a audiência, no telejornalismo, a venda de exemplares, no impresso, e acessos, no eletrônico – e o momento de construção destas notícias, que envolve “aspectos culturais do mundo social” (TRAQUINA, 2004, p. 176). Um conceito-chave desta teoria é a de “definidores primários”: devido às pressões de tempo, objetividade e imparcialidade nas redações, jornalistas são conduzidos a utilizar como fontes aqueles que possuem posições institucionais privilegiadas, as chamadas “fontes oficiais”, e é desta forma que os meios de comunicação reproduzem a ideologia dominante.

A Teoria Interacionista, que possui entre os principais teóricos a socióloga estadunidense Gaye Tuchman, é a que ampara a presente pesquisa. Há diversos pontos em comum entre esta abordagem teórica e a Teoria Estruturalista: ambas são micro e macrosociológicas e entendem que as notícias são uma construção resultante de complexos processos de interação. Apesar de reconhecer o importante papel das organizações sociais nesta construção, são transorganizacionais e também reconhecem a subjetividade do profissional jornalista, bem como dos aspectos técnicos da prática jornalística, como a pirâmide invertida, em que o estabelecimento de valores-notícia e os enquadramentos utilizados conduzem as

notícias a um determinado viés ideológico. A principal diferença entre ambas, no entanto, está na concepção, por parte da Teoria Estruturalista, de que os definidores primários são um bloco uniforme e nunca questionado, investigado ou contradito pelos jornalistas, ao passo que a Teoria Interacionista reconhece que, embora haja, de fato, uma propensão maior de oitiva e legitimação dos poderosos por parte da mídia, outros agentes são capazes de mobilizar o campo jornalístico. Traquina (2004), à luz desta teoria, aponta alguns aspectos da prática jornalística e suas implicações. A primeira delas é chamada de “ordem do espaço”: como os acontecimentos considerados relevantes estão mais propensos a acontecer em determinados lugares, é ali que se estabelecem as empresas jornalísticas, o que faz com que determinados espaços sejam mais noticiados que outros.

Com a exceção do trabalho meritório de algumas empresas jornalísticas, o “resto do país” é notícia, tal como os países do chamado “terceiro mundo”, quando há desordem: desordem natural (por exemplo, cheias), desordem tecnológica (por exemplo, acidentes), desordem social (por exemplo, distúrbios ou cortes de estrada); e desordem moral (por exemplo, crime) (GANS, 1979 apud TRAQUINA, 2004, p. 182).

Outro fator de influência é a chamada “ordem do tempo”, em que a pressão pelo fechamento do jornal confere algumas características às notícias, como: o horário dos acontecimentos influencia sua noticiabilidade, assim como a questão temporal faz com que a mídia enfatize os acontecimentos e não as problemáticas que envolvem determinados fatos. A pressão do tempo também faz com que, nas redações, sejam pré-agendados alguns assuntos previstos (TRAQUINA, 2004). Isso justifica algumas reportagens que se repetem anualmente na mídia: a compra de material escolar, no início do ano; o aumento do preço dos ovos, na Páscoa; o movimento nas estradas, nas férias; os problemas respiratórios, quando a umidade relativa do ar diminui e dicas para as sobras da ceia de Natal exemplificam este pré-agendamento midiático.

A questão da relação entre jornalistas e fontes, sobretudo os “definidores primários”, toma protagonismo na comparação entre as teorias por ser a grande diferença entre a Teoria Estruturalista e a Teoria Interacionista. Traquina (2004) observa que a relação com as fontes e a confiança estabelecida entre ambas faz parte, inclusive, da conduta ética a qual devem seguir os jornalistas. Apesar da pontencialidade de qualquer indivíduo em contribuir com informações e ser uma

fonte, alguns critérios costumam ser levados em consideração. Para avaliar a fiabilidade da informação, os jornalistas utilizam diversos critérios na avaliação das fontes, nomeadamente “1) a autoridade; 2) a produtividade; 3) a credibilidade” (TRAQUINA, 2004, p. 191). Esse autor explica ainda que a credibilidade geralmente está vinculada à autoridade, levando-se em conta que “autoridades” costumam ser pessoas públicas de quem não se esperam mentiras. Quanto à produtividade, que é a capacidade da fonte em contribuir com o maior número possível de informações sobre o acontecimento, minimizando a necessidade da busca por outras fontes, também costumam se encaixar as fontes oficiais:

Avaliando a importância destes critérios e o fato de que o trabalho jornalístico é condicionado pelo fator tempo, então podemos compreender por que as fontes estáveis, regulares, institucionais acabam por ser preferidas pelos membros da comunidade jornalística (TRAQUINA, 2004, p. 193).

A Teoria Interacionista, portanto, reconhece que, embora as fontes consideradas mais eficazes geralmente coincidam com as fontes oficiais, ou os “definidores primários”, não há impedimento para que, em determinados casos, outra fonte que se adeque melhor aos quesitos de produtividade e credibilidade possa ser usada, inclusive em contraposição às fontes oficiais, de modo diferente da Teoria Estruturalista, ao definir que as fontes oficiais são utilizadas como forma de legitimação da ideologia dominante.

As importantes contribuições das Teorias Construcionistas para o campo da Comunicação estão na forma complexa de pensar a prática jornalística e sua relação com a produção de sentidos midiática, questão central para a pesquisa aqui desenvolvida. O enquadramento, conceito que começou a ser abordado nos estudos da Comunicação, por volta da década de 1970 (FRANCISCATO; GÓES, 2012), é uma das formas de refletir sobre esta relação. Acerca do tema, Traquina (2004) observa que:

Como escreve Robert Karl Manoff (1986), a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. Essa escolha é orientada pela aparência que a “realidade” assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas. Segundo Wolfsfeld (1991:18), os acontecimentos propriamente ditos oferecem frequentemente um ponto de partida para a construção de enquadramentos midiáticos, apesar das discordâncias acerca do que realmente aconteceu (p. 174).

Assim como Traquina (2004), Franciscato e Góes (2012) também tratam da questão do enquadramento. Os pesquisadores se amparam em Goffman (1986) para definir que:

“Quadros” são considerados como “princípios de organização” dos eventos, princípios compartilhados em um corpo coletivo e que fundamentam nossa capacidade de dar sentidos às coisas e de constituir nossas linhas de ação social (FRANCISCATO; GÓES, 2012, p. 296).

Pensadas a partir das Teorias Construtivistas, as características do enquadramento dado às notícias dependem de vários fatores, como critérios subjetivos do jornalista responsável pela reportagem, relações organizacionais e interesses comerciais, considerando-se que a linguagem mais simples está associada ao alcance de um público maior, por sua maior facilidade de entendimento. Para fins de pesquisa acadêmica, a grande contribuição da identificação das distintas formas de enquadramento das notícias está na identificação de sua potencialidade de produção de sentidos e relação com a construção social da realidade:

O *framing* (ou enquadramento) enquanto hipótese de pesquisa trabalha com a perspectiva da construção da realidade social, que ocorre a partir da utilização de quadros de referência simbólica, aplicados tanto pelos produtores quanto pelos consumidores das mensagens da mídia (ZANETTI, 2008, p. 4. Grifos do autor).

É alicerçada nas Teorias Construtivistas, mais especificamente na Teoria Interacionista, que a presente pesquisa entende que há uma ideologia no bojo de todo conteúdo jornalístico, o que inclui a “escolha” (entre aspas por haver o entendimento de que não é necessariamente consciente) do enquadramento, construído a partir da combinação de múltiplos fatores inerentes à construção da notícia e que não necessariamente representa uma intenção racional destes envolvidos, mas que, ainda assim, contribui com a construção da realidade social. A adoção desta teoria enquanto subsidiária às análises realizadas justifica-se pelo entendimento, nesta pesquisa, de que, embora as reportagens veiculadas pelo Jornal Nacional tragam consigo características ideológicas, não obrigatoriamente haja uma intenção consciente na construção destes sentidos, mas, ainda assim, os produtos jornalísticos analisados carregam consigo estas marcas ideológicas e esta identificação é importante, considerando-se o papel mediador da mídia entre o

acontecimento e a compreensão social deste acontecimento. Trata-se, portanto, de uma teoria macro e microsociológica. Outras características do presente estudo alicerçadas na Teoria Interacionista são a complexificação da relação com as fontes e o reconhecimento da relevância do enquadramento na produção de sentidos acerca da imigração venezuelana no Brasil.

CAPÍTULO II – IDAS E VINDAS: ALTERIDADE E SEUS MEANDROS

A palavra alteridade é definida no dicionário enquanto “qualidade do que é o outro ou do que é diferente” (PRIBERAM, 2019, p. 1) Jodelet (1998) aponta que o conceito está presente em discussões referentes a distintas áreas do conhecimento, como nas ciências humanas, sociais e filosofia e, mais recentemente, na psicologia. A antropologia, no entanto, é a área do conhecimento em que a discussão teve seus passos iniciais.

A temática, no entanto, sempre esteve presente nas reflexões da antropologia. Para essa ciência, a alteridade se constitui, desde a sua emergência, em desafio a ser explicado, posto que a antropologia se estrutura sobre a temática cultura. Nesse sentido, tem prestado relevantes contribuições na medida em que suas investigações tratam de mostrar o outro como diferença, desvendando suas características e especificidades (ZANELLA, 2005, p. 100).

São embasadas na relação com o outro como diferença, ou seja, com a condição de alteridade, que se delineiam as relações com os imigrantes, em um tabuleiro que envolve negociações, ressignificações e permanências. Este capítulo busca abordar de que maneira estas relações se desenvolveram no Brasil, alguns processos de significação de identidades e alteridades, em uma caminhada em direção à compreensão do problema de pesquisa abordado neste trabalho.

2.1 MIGRAÇÃO: MÍDIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

A migração fez parte da vida humana desde seus primórdios. Mais do que fenômenos isolados ao longo da história humana, é inerente à própria condição humana. ElHajji (2010) conceitua este movimento territorial enquanto “condição fundadora de nossa espécie – a única a ter colonizado todos os cantos do planeta” (p. 3). A complexidade que os movimentos migratórios foram adquirindo ao longo do tempo está relacionada a mudanças sociais e estruturais. Se antes de dominar técnicas de agricultura, o padrão humano era o nomadismo, em busca de alimentos (GONÇALVES, 2006), a chamada Revolução Neolítica permitiu que o padrão humano se tornasse a fixação em um determinado território (sedentário), possibilitando um aumento populacional e o consequente surgimento das primeiras

idades, o que derivou conceitos como nacionalidade, território e Estado. Nesse ponto, a questão da migração também se tornou mais complexa, a ponto de existirem dois termos, que embora possam parecer sinônimos, possuem diferenças significativas: estrangeiro e imigrante.

O estrangeiro possui um caráter jurídico: é aquele que não é nacional. O imigrante, por sua vez, possui um cunho/dimensão social: é o indivíduo que realiza um deslocamento. É possível, portanto, que se seja um imigrante, mas não estrangeiro (pessoas de outros países que obtêm a nacionalidade do país em que se encontram, por exemplo) e também é possível que não se realize este movimento territorial próprio dos imigrantes, mas ainda assim seja um estrangeiro como, por exemplo, os filhos de imigrantes que nascem na França, mas preservam a nacionalidade dos ascendentes (CAMARGO, 2012). Apesar da existência de outras distinções entre nacionais e estrangeiros, por ora, esta é a que mais interessa a esta dissertação, considerando-se que está relacionada à obtenção de direitos por parte de imigrantes ou estrangeiros que vivem no Brasil, além de ser importante pontuar que os venezuelanos participantes da corrente migratória estudada nesta pesquisa enquadram-se enquanto imigrantes e estrangeiros.

Quanto às teorias referentes aos movimentos migratórios, observa-se que, em especial nos últimos dois séculos, uma série delas buscaram a compreensão dos movimentos migratórios. Esta heterogeneidade explica-se pelo próprio caráter complexo dos movimentos migratórios mundiais, que incluem questões econômicas, culturais, religiosas, familiares (PATARRA, 2006). Ainda sobre a multiplicidade de fenômenos envolvidos nos movimentos migratórios, Jansen (1969 apud PEIXOTO, 2004, p. 4) pontua:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante.

Quanto às teorias migratórias, as teorias sociológicas, que mais interessam a este trabalho por serem o campo em que se insere a Comunicação Social, surgiram nos Estados Unidos, mais precisamente no contexto da Escola de Chicago. Essa abordagem, embora importante por ter iniciado os estudos sociológicos referentes às migrações, recebeu críticas por estudar a integração dos migrantes na sociedade, mas desconsiderar fatores importantes, como a possibilidade desta integração não se efetivar (OUTHWAITE, 1996). Ao longo do tempo, as teorias sociológicas foram se complexificando, a ponto de poder ser diferenciadas, como aponta Peixoto (2004), entre Teorias Micro e Macro, que levam em consideração fatores individuais, no caso da Micro (ciclo de vida e trajetória social, por exemplo), e estruturais no caso da Macro (mercado de trabalho e sistemas-mundo, por exemplo). Na Comunicação Social, Mohammed ElHajji destaca-se por seus estudos que relacionam o campo da Comunicação Social e os movimentos migratórios. Para o pesquisador, é justamente o caráter amplo e transdisciplinar da Comunicação que favorece os estudos das migrações, tanto em seu aspecto micro quanto macro:

Destacamos que a Comunicação, graças a sua matriz modular e transdisciplinar, e a sua versatilidade conceitual e constante renovação teórica, possibilita a apreensão dos processos migratórios em uma perspectiva dinâmica e volúvel, capaz de enfatizar as singularidades tópicas do elemento investigado em seu plano micro, sem perder de vista a totalidade do cenário e seu ângulo macro (ELHAJJI; ESCUDERO, 2017, p. 177).

Além de uma ferramenta para a compreensão dos movimentos migratórios, como apontado por ElHajji e Escudero (2017), a Comunicação Social, contemporaneamente em maior medida em função das próprias evoluções tecnológicas características da época, faz parte dos próprios movimentos, seja no estímulo ou desencorajamento à esses movimentos por meio de reportagens televisivas ou/e nas formas de interação, relação e organização entre imigrantes mediadas pelas redes sociais, que permitem, por exemplo, a “aquisição de informações locais [...], a mobilização social e política local e global, e incentivam a aquisição de um sentimento de pertencimento e cidadania ao mesmo tempo local, transnacional e global” (ELHAJJI; ESCUDERO, 2016, p. 6). A Comunicação também permeia as forma em que se estabelece a relação entre nacionais e imigrantes considerando-se que a produção de sentidos midiática é uma possível produtora de sentidos e participa da construção da realidade social.

Destaca-se ainda que, como já apontado, a migração mundial existiu ao longo da história com intensidade variável de acordo com o contexto da época em questão. Nesse sentido, Milesi (2007) observa que, com o aumento do fluxo migratório mundial, após as Guerras Mundiais, em função da escassez e destruição resultantes dos conflitos bélicos, passaram a ser adotadas medidas significativas de diferenciação entre os direitos dos nacionais e dos estrangeiros no século XX. Entretanto, também foi o trauma da Segunda Guerra Mundial que catalisou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que assegura os direitos de todos os indivíduos existentes, independentemente do lugar em que estejam, sendo este um dos maiores conflitos que envolvem os movimentos migratórios: direitos universais da pessoa humana *versus* interesses político-econômicos dos Estados. O jornalismo está relacionado a essa questão à medida em que os movimentos migratórios contemporâneos tendem a ser expostos na mídia tanto a partir dos problemas que trazem quanto em função de seus aspectos humanos. Esta exposição tem um importante papel, considerando-se que atua enquanto mediadora entre nacionais e imigrantes, bem como está relacionada também à aceitação e rejeição desses indivíduos. Ao estudar-se a questão da cobertura jornalística da imigração dos venezuelanos, pretende-se também compreender, em profundidade, como a mídia nacional estudada neste trabalho enfrenta essa questão.

2.2 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

É dever ético de todo jornalista brasileiro a defesa dos Direitos Humanos. Essa obrigação está expressa no Código de Ética destes profissionais, que em seu Artigo 6º, *caput*, anuncia os deveres do jornalista, iniciando-se com: “I – opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (FENAJ, 2007, s.p.). Como responsabilidade ética, portanto, imbui aos jornalistas não só a tarefa de denunciar possíveis desrespeitos à DUDH, como também a realizarem seu trabalho respeitando os itens expressos na Declaração. Acerca da relação entre Direitos Humanos e mídia, Canela (2008, p. 11) pontua três funções (ao menos) que a comunicação midiática deve exercer: contribuir “para o agendamento dos temas prioritários para o desenvolvimento humano”; agir de forma a colaborar para que haja a “formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas”,

além de cumprir sua função de informar “de maneira contextualizada, os cidadãos e as cidadãs de tal forma que estes possam participar mais ativamente da vida política, fiscalizando e cobrando a promoção de todos os direitos humanos” (CANELA, 2008, p. 12)

O jornalismo e os Direitos Humanos dialogam de maneira ainda mais específica nesta dissertação a medida em que os últimos asseguram direitos à todo e qualquer indivíduo, independentemente do status de imigrante, estrangeiro ou nacional. Embora a realidade atual seja, majoritariamente, de que a forma como os países recebem os imigrantes em seu território dependa da regulamentação própria de cada Estado, podendo ser mais rígida ou branda, o deslocamento dos indivíduos pelo mundo é entendido enquanto direito fundamental da pessoa humana, presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para uma melhor compreensão do que é este documento em que devem se assentar os produtos jornalísticos, cabe neste momento uma breve reflexão acerca do percurso histórico que culminou na proclamação da DUDH e o representam esses direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi resultado de um percurso histórico que envolveu vivências, experiências e traumas da humanidade. Dallari (2004) traça uma breve linha cronológica que traz à luz este percurso histórico que culminou nos itens expressos na Declaração e conceitua direitos humanos.

Ao falar de direitos humanos, refiro-me aos direitos fundamentais da pessoa humana. Eles são ditos fundamentais porque é necessário reconhecê-los, protegê-los e promovê-los quando se pretende preservar a dignidade humana e oferecer possibilidades de desenvolvimento. Eles equivalem às necessidades humanas fundamentais (DALLARI, 2004, p. 25).

Dallari (2004) pontua as primeiras referências históricas acerca da existência de direitos fundamentais do homem. Uma delas encontra-se em *Antígona*, obra de teatro grego clássico, de Sófocles. Na trama, o irmão de Antígona havia participado de uma conspiração contra o rei e, por isso, condenado à morte. Também foi determinado que o rapaz não fosse enterrado uma vez que a exposição do corpo serviria de exemplo a fim de coibir outras possíveis conspirações. A irmã, no entanto, desobedeceu às ordens e enterrou o jovem.

Chamada, então, à presença do rei e desafiada publicamente a indicar o direito com base no qual agira daquela maneira, desobedecendo o edito real, Antígona afirmou ter tomado a decisão com base num direito muito

mais antigo do que o rei e a própria sociedade, um direito cujo nascimento se perde na origem dos tempos – o direito à dignidade (DALLARI, 2004, p. 26).

A obra teatral, embora fictícia, possibilita a reflexão acerca da construção dos conceitos de direitos e dignidade humana. Centenas de anos mais tarde, no século XIII, São Tomás de Aquino começa a refletir a respeito de direitos fundamentais da pessoa humana, nominados pelo religioso como direitos naturais (DALLARI, 2004). Em um período similar, o surgimento da burguesia trouxe discussões acerca dos direitos, em função dos abusos cometidos por parte da nobreza em relação à nova classe:

Tais injustiças se acumularam gradativamente e, em consequência, nos séculos XVII e XVIII surgiram grandes pensadores que, mesmo não tendo contato entre si, mas vivendo todas as circunstâncias do seu tempo, produziram obras notáveis, contendo reflexões e proposições doutrinárias extremamente importantes para o desenvolvimento das concepções dos chamados direitos fundamentais (DALLARI, 2004, p. 30).

Como apontado por Dallari (2004), foi a somatória destes conceitos historicamente construídos e o trauma da Segunda Guerra Mundial, que ultrajou em muitos aspectos a dignidade da pessoa humana, que no dia 10 de dezembro de 1948, em Paris, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) foi aprovada por 48 Estados durante a Assembleia Geral das Nações Unidas:

A partir de então, (o documento) foi acolhido como inspiração e orientação no processo de crescimento de toda a comunidade internacional no sentido de uma comunidade não só de Estados, mas de indivíduos livres e iguais. Não sei se se tem consciência de até que ponto a Declaração Universal representa um fato novo na história, na medida em que, pela primeira vez, um sistema de princípios fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito, através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vive na Terra (BOBBIO, 2004, p. 47).

Bobbio (2004) reconhece que falar-se em um fundamento absoluto possui dificuldades e incompatibilidades, e que os direitos assegurados pela DUDH são produto da civilização humana e, portanto, não devem ter caráter imutável, mas insiste na necessidade de busca por sua efetivação e proteção.

A Declaração Universal representa a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX. É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro: mas

suas tábuas não foram gravadas de uma vez para sempre (BOBBIO, 2004, p. 53).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos possui 30 artigos e, embora nenhum contenha exatamente o termo “migração”, muitos deles estão relacionados ao assunto. O primeiro deles relaciona-se às mudanças territoriais ao afirmar a igualdade de direitos de todos os indivíduos, o que tornaria inadequada uma diferenciação de direitos em função do caráter nacional: “Artigo 1º: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948). O segundo artigo reitera a igualdade de direitos independentemente do aspecto territorial.

Artigo 2º: Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Os cinco próximos artigos asseguram direitos a todos os seres humanos independentemente de onde estejam, o que diz respeito à forma como todos, inclusive migrantes fora de seu país, devem ser tratados. O 9º artigo, por sua vez, diz respeito ao exílio, espécie de migração obrigatória.

Artigo 3º: Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º: Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5º: Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6º: Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica

Artigo 7º: Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8º: Toda pessoa tem direito a recurso efetivo para as jurisdições nacionais competentes contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9º: Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Os artigos 13º, 14º e 15º são os que se referem mais diretamente à migração, uma vez que tratam de aspectos relacionados à movimentação inter e intra territorial e a nacionalidades. Como se pode observar:

Artigo 13º: 1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14º: 1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.

2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15º: 1. Todo o indivíduo tem o direito a ter uma nacionalidade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Os artigos seguintes asseguram direitos como à propriedade e ao exercício religioso, bem como gozar de certas seguranças no país em que se encontra.

Artigo 17º: 1. Toda pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18º: Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 22º: Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Como evidenciado, o artigo 17 afirma que o direito à propriedade de terras é assegurado, que, independentemente da nacionalidade, a propriedade de terras, assim como a liberdade de religião, o que garante aos imigrantes não só a residência, mas o livre exercício de sua cultura e fé. Os artigos seguintes garantem aos indivíduos direitos sociais, como o trabalho e a educação. O artigo 26º não faz distinção quanto à nacionalidade no acesso à educação (o que garante aos imigrantes a participação no ensino público, por exemplo) bem como à saúde, o que garante a esses indivíduos o acesso aos sistema público de saúde, quando existente:

Artigo 23º: 1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Todos têm direito, sem discriminação, a salário igual por trabalho igual.

3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.

Artigo 25º: 1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

Artigo 26º: 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função de seu mérito (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

É interessante observar que os artigos deixam evidente que a DUDH não só assegura o direito à migração, como é a garantidora primeira da cidadania (em sua concepção moderna, como proposta por Marshall) ao garantir direitos civis, políticos e sociais, sem fazer distinção quanto à nacionalidade ou circunstância em que vive em país distinto de seu território natal. Ou seja: não é apenas direito de todos os indivíduos o livre trânsito pelos países, como também são assegurados direitos que lhes garantam requisitos básicos para que tenham qualidade de vida.

Indo além das definições pontuais realizadas, ElHajji (2010) sistematiza uma perspectiva mais ampla da relação entre imigração e Direitos Humanos, ainda que mencione não pretender “verdade cinetífica ou autoridade epistemológica” (p. 2). Para isso, o pesquisador menciona um diálogo com Humberto Maturana que foi perguntado a respeito de ter acrescentado três ítems, que são: o direito de errar, o direito de mudar de opinião e o direito de ir embora; à Declaração que se encontrava pendurada em seu laboratório:

O direito a ir-se é semelhante ao direito de mudar de opinião, pois é o direito de mudar de espaços. Penso que esses três direitos acrescentados são importantes porque constituem uma ampliação da aceitação do outro (MATURANA, 1999, p. 52 apud ELHAJJI, 2010, p. 2).

Uma vez pontuada a relação entre migração e os Direitos Humanos, é necessário assinalar outra obrigação ética dos jornalistas brasileiros, determinada em seu Código Profissional (FENAJ, 2007), que também se relaciona com a questão

migratória: a defesa da cidadania das minorias. Na perspectiva de ElHajji (2017), o migrantes transnacionais possuem natureza sociopolítica minoritária:

Historicamente, são os grupos menores que se deslocam rumo a regiões previamente ocupadas por concentrações populacionais maiores, consolidadas e, em princípio, dispondo de riquezas naturais e/ou materiais. Aliás, só pode-se falar em migrações humanas, no sentido geográfico, político, social e econômico moderno dado à noção, quando o lugar de destino já se encontra sob domínio reconhecido de um povo nativo que, de algum modo, detém controle efetivo sobre sua extensão. Caso contrário, tratar-se-ia, antes, de povoamento e colonização (p. 205).

Esta característica inerente aos imigrantes transnacionais resulta em hipossuficiência e subalternização e os coloca, conseqüentemente, na condição de grupo cuja cidadania necessita ser defendida, obrigatoriamente, pelos jornalistas brasileiros.

2.3 DIREITOS HUMANOS E SOBERANIA NACIONAL

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos assegure a migração, contemporaneamente, esses movimentos tem sido restritivos e problemáticos em vários aspectos, sobretudo em alguns países e/ou territórios. Aparentemente, nos países mais visados pelos migrantes os interesses econômicos e estatais têm sobreposto o direito universal da mudança de território em busca de melhores condições de vida. A crise dos refugiados na Síria e a recente saída dos Estados Unidos da América do Pacto Mundial da ONU sobre migração e refugiados exemplificam as tensões existentes em torno do assunto. Esse problema é reconhecido por estudiosos da academia, que observam o conflito de interesses existente entre os Direitos Universais Humanos e as regras do Direito Internacional:

O tema da estrangeiridade no direito internacional dos direitos humanos remete-nos a queda de braço entre direitos humanos e soberania, onde a segunda, em vastíssima medida, leva vantagem [...]. O artigo XIII da DUDH também afirma o direito universal de migrar e de escolher livremente onde residir. Se levarmos esse artigo às últimas consequências, devemos concluir que. Para os direitos humanos, não existe a situação da imigração ilegal, uma vez consagrado o direito humano de migrar. Contudo, vemos que, na prática, as prerrogativas do direito internacional clássico reafirmam que nenhum Estado é obrigado a aceitar estrangeiros em seu território, valendo-se do direito soberano e discricionário de deportação (PEREIRA, 2014, p. 284).

Como apontado por esse mesmo autor, muitas vezes há o conflito entre os interesses Estatais e os Direitos Humanos. Esta discussão também diz respeito à produção jornalística, uma vez que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros incumbe aos profissionais da área o dever de defender os Direitos Humanos,. Especificamente o artigo 12, afirma que o jornalista deve: “VII – defender a soberania nacional em seus aspectos político, econômico, social e cultural” (FENAJ, 2007, s.p.). Nota-se que o referido Código é contraditório à medida em que se reconhece que os Direitos Humanos podem ser conflitantes com certos aspectos da soberania nacional. Nesse caso, é necessário que se reconheça a própria superioridade hierárquica da Declaração Universal e a aplique ao Código de Ética, sobretudo em um mundo globalizado em que a delimitação entre nacional e internacional toma contornos mais complexos.

Patarra (2006) observa que, em função da grande desigualdade econômica existente entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento, seriam necessárias grandes mudanças estruturais para que se concretizasse a ideia quase utópica da circulação de pessoas que não estivesse a serviço dos interesses econômicos dos mais poderosos. Os jornalistas brasileiros, incumbidos eticamente de defender os Direitos Humanos, devem ter o compromisso com a defesa da diminuição de desigualdades e entraves sociais à efetivação dos referidos direitos. Apesar desta obrigação, pesquisadores voltados ao estudo dos movimentos migratórios e sua relação com a mídia apontam que a cobertura jornalística não tem feito jus a esta obrigação quando se trata de determinados grupos. Télémaque (2012) estudou representação do imigrante haitiano no jornalismo impresso e no webjornalismo, que insistiam em uma invasão haitiana, e concluiu que a cobertura midiática sensacionalista teve influência, inclusive, no fechamento da fronteira:

Foi assim que a imigração haitiana fez seu impacto na mídia brasileira, em meio às numerosas manchetes dedicadas à entrada desses migrantes pelo Norte. Compartilhando, de certa forma, desta visão, o governo brasileiro decidiu fechar a sua fronteira, quebrando a tradição do país como terra hospitaleira (TÉLÉMAQUE, 2012, p. 59).

Assim como Télémaque (2012), Cogo (Apêndice A), após inúmeras pesquisas em que relaciona migração e mídia, conclui que há dois enquadramentos mais utilizados: criminalização e vitimização. Embora os malefícios do enquadramento

criminalizador pareçam mais óbvios, a pesquisadora explica que a vitimização também não estimula a valorização da presença dos imigrantes:

Ele precisa ser acolhido não porque ele não é vulnerável (óbvio que o refugiado que chega perseguido vive um processo de vulnerabilidade), mas muitas vezes quando a gente o acolhe é ou para uma questão humanitária naquele sentido de „acolher uma pessoa porque eu tenho uma obrigação moral de acolhê-la“, porque ele está chegando ameaçado, e nem sempre é pra conhecer sua cultura e aceitá-lo (Apêndice A).

De fato, os enquadramentos criminalizadores e vitimizadores não dialogam com os inúmeros benefícios dessas movimentações como, descritos por ElHajji (2010):

A migração é, em si, um movimento duplo e dúbio, no qual imigração sempre equivale a emigração, chegada a partida, expectativas a frustrações, sorrisos a lágrimas. Mas também significa a possibilidade de hibridizações, cruzamentos subjetivos, afetivos, simbólicos, imaginários e materiais (p. 2).

Tendo em vista o compromisso ético dos jornalistas, enquadramentos criminalizadores e vitimizadores, portanto, não cumprem a função social de amparo às minorias e defesa dos Direitos Humanos, uma vez que não esclarecem e informam os benefícios e ganhos sociais com a chegada de novos indivíduos ao país.

2.4 DIREITOS HUMANOS, IMIGRAÇÃO E CIDADANIA NO BRASIL: CORRENTES MIGRATÓRIAS

Assim como o surgimento da burguesia e as tensões referentes ao conflito de interesses entre a nova classe e a nobreza foram fundamentais para o início do reconhecimento dos direitos inerentes a todos os seres humanos, também foi neste contexto que o conceito de cidadania, de modo diferente à concepção greco-romana de direitos relativos a alguns privilegiados, começou a ser concebido enquanto a necessária igualdade dos homens ante um Estado (MORAES; SIGNATES, 2016).

O conceito de cidadania, desse modo, foi objeto de distintas definições por pesquisadores e estudiosos. Camargo (2012) aponta que, embora alguns juristas considerem cidadãos aqueles que exercem – ou podem exercer – o direito político, ocidental e modernamente, a cidadania está atrelada à célebre tríade proposta por

Marshall (1967), que reconhece enquanto fundamentais à cidadania os direitos civil, político e social, após observar a experiência inglesa.

Embora a experiência inglesa observada por Marshall (1967) seja um marco para os estudos do conceito de cidadania, é importante observar que este modelo não é uniforme em todo o mundo. No Brasil, Carvalho (2010) realiza uma leitura do caminho pelo qual a cidadania se delineou no país. Segundo o autor, embora, para Marshall (1967), em uma ordem cronológica e lógica, a tríade dos direitos seja precedida pelos civis, seguidos dos políticos e, por fim, dos sociais, no Brasil, por suas peculiaridades históricas, a efetivação dos direitos não ocorreu de acordo com a lógica sugerida por esse autor:

O percurso inglês foi apenas um entre outros. A França, a Alemanha, os Estados Unidos, cada país seguiu seu próprio caminho. O Brasil não é exceção. Aqui não se aplica o modelo inglês. Ele nos serve apenas para comparar por contraste. Para dizer logo, houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. Como havia lógica na sequência inglesa, uma alteração dessa lógica afeta a natureza da cidadania. Quando falamos de um cidadão inglês, ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando exatamente da mesma coisa (CARVALHO, 2010, p. 12).

Em 2010, Carvalho realiza uma retomada histórica a fim de relacionar os fatores históricos atrelados ao sequenciamento peculiar da efetivação das distintas classes de direitos no Brasil. Durante o período colonial, a escravidão restringia os direitos civis, bem como se ausentavam os direitos políticos e sociais. Após a independência de Portugal, a manutenção da escravidão seguiu impedindo os direitos civis, assim como se ausentavam os direitos sociais. Apesar de um avanço nos direitos políticos, com uma participação, para os parâmetros da época, de uma porcentagem relativamente elevada da população brasileira, a forma como estas eleições se executavam não permite a conclusão de um efetivo exercício da participação da população nas decisões políticas.

As eleições eram frequentemente tumultuadas e violentas. Às vezes eram espetáculos tragicômicos. O governo tentava sempre reformar a legislação para evitar a violência e a fraude, mas sem muito êxito. No período inicial, a formação das mesas eleitorais dependia da aclamação popular. Aparentemente, um procedimento muito democrático. Mas a consequência era que a votação primária caabava por ser decidida literalmente no grito. Quem gritava mais formava as mesas, e uma facção (CARVALHO, 2010, p. 33).

A Primeira República, segundo Carvalho (2010), também não trouxe grandes avanços relativos aos direitos políticos, uma vez que o Coronelismo, caracterizado pela imposição do voto e controle da população por parte dos coronéis, prejudicou os direitos políticos e civis, assim como se ausentavam os sociais.

Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda uma realidade abstrata (CARVALHO, 2010, p. 83).

Foi no período da ditadura que os primeiros direitos, a saber, os sociais (no Brasil, de modo peculiar), passaram a fazer parte da realidade brasileira. No entanto, a censura e perseguição existentes neste período suprimiram os direitos políticos e civis.

Vasta legislação foi promulgada, culminando na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. A CLT, introduzida em pleno Estado Novo, teve longa duração: resistiu à democratização de 1945 e ainda permanece até hoje com poucas modificações de fundo. O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa (CARVALHO, 2010, p. 110).

Se, no âmbito dos direitos sociais, o período ditatorial apresentou avanços, a regulamentação voltada aos estrangeiros sofreu retrocessos, do ponto de vista humanitário, no período pós-golpe de 1930. Como aponta Milesi (2007), a despeito do século XIX, em que não havia significativa diferença entre direitos dos nacionais e imigrantes, o século XX foi marcado por grande restrição e distanciamento da cidadania relativa à esse grupo: A Constituição de 1934 adotou um sistema de cotas para estrangeiros no país, e proibiu a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território nacional. A Constituição de 1937 limitou a entrada no país baseada em características étnico-raciais, com o intuito de, declaradamente, preservar características européias da população. O Decreto 383, de 1938, proibiu aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no país. O Decreto-Lei número 7967, de 1945, seguiu com tendências racistas e, embora aparentemente mais aberto aos estrangeiros ao afirmar que todos os estrangeiros poderiam entrar no país, a condicionante de que se desse preferência à ascendência europeia minava a

aparência de avanço da regulamentação. Em 1969, o Estatuto do Estrangeiro estabeleceu exigências extralegis por parte dos militares, a quem era assegurado, inclusive, o direito de mudar, a qualquer tempo, as regras referentes às condições dos estrangeiros no país. Em uma continuidade do Estatuto do Estrangeiro, a Lei número 6815, de 1980, assinada no mandato do General Figueiredo, que se estendeu pelo século XXI, e priorizava interesses do Estado em detrimento dos direitos dos imigrantes (MILESI, 2007). O panorama do período ditatorial, para a cidadania, portanto, representou a ausência de direitos políticos e civis, além de política restritiva e racista em relação à entrada de imigrantes no país e redução dos direitos destes indivíduos.

Foi no mandato do general Ernesto Geisel que os direitos políticos e civis tiveram um relativo avanço. “A abertura começou em 1974, quando o general presidente diminuiu as restrições à propaganda eleitoral, e deu um grande passo em 1978, com a revogação do AI-5, o fim da censura prévia e a volta dos exilados políticos” (CARVALHO, 2010, p. 173). O passo definitivo, no entanto, que conferiu ao país a presença de direitos políticos e civis, foi após a retomada da supremacia civil, em 1985, e consolidou-se com a Constituição Federal de 1988. Também chamada de Constituição Cidadã, buscou-se alinhar a Carta Magna com os Direitos Humanos proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

A Constituição de 1988 eliminou o grande obstáculo ainda existente à universalidade do voto, tornando-o facultativo aos analfabetos [...]. A Constituição foi também liberal no critério de idade. A idade anterior para a aquisição do direito ao voto, 18 anos, foi abaixada para 16, que é a idade mínima para a aquisição de capacidade civil relativa (CARVALHO, 2010, p. 201).

Além dos direitos políticos, os sociais, já existentes no período ditatorial, apresentaram uma ampliação sem precedentes no período de redemocratização.

A Constituição de 1988 ampliou também, mais do que qualquer de suas antecedentes, os direitos sociais. Fixou em um salário mínimo o limite inferior para as aposentadorias e pensões e ordenou o pagamento de pensão de um salário mínimo a todos os deficientes físicos e a todos os maiores de 65 anos, independentemente de terem contribuído para a previdência. Introduziu ainda a licença-paternidade, que dá aos pais cinco dias de licença do trabalhador por ocasião do nascimento dos filhos (CARVALHO, 2010, p. 206).

Também os direitos civis, severamente prejudicados durante a ditadura militar, avançaram após o fim do período ditatorial, sobretudo após a Constituição de 1988.

Os direitos civis estabelecidos antes do regime militar foram recuperados após 1985. Entre eles cabe salientar a liberdade de expressão, de imprensa e de organização. A Constituição de 1988 ainda inovou criando o direito do habeas data, em virtude do qual qualquer pessoa pode exigir do governo acesso às informações sobre ela nos registros públicos, mesmo as de caráter confidencial. Criou ainda o “mandato de injunção”, pelo qual se pode recorrer à justiça para exigir o cumprimento de dispositivos constitucionais ainda não regulamentados. Definiu também o racismo como crime inafiançável e imprescritível e a tortura como crime inafiançável e não anistiável (CARVALHO, 2010, p. 209).

A sequência da obtenção dos direitos no Brasil é significativa para a compreensão de certos aspectos identitários nacionais. De maneira distinta à ocorrida na Inglaterra, em que os direitos civis, relativos às liberdades individuais e concernentes, de maneira geral, ao Poder Judiciário, possibilitaram que a população obtivesse seus direitos políticos e, por meio destes, conquistasse os direitos sociais (MARSHALL, 1967), a ordem brasileira resultou em uma supervalorização do Poder Executivo, a quem se passou a atribuir o papel de conceder, ou não, os direitos sociais.

Se os direitos sociais foram implantados em períodos ditatoriais, em que o Legislativo ou estava fechado ou era apenas decorativo, cria-se a imagem, para o grosso da população, da centralidade do Executivo, aquele do qual vale a pena aproximar-se (CARVALHO, 2010, p. 221).

O entendimento de que os direitos sociais seriam uma concessão, quase que uma benevolência concedida pelo Executivo, também interfere na forma com que os indivíduos se relacionam com a busca pelos direitos e concebem os sujeitos a quem esses direitos devem se destinar.

Os benefícios sociais não eram tratados como direitos de todos, mas como fruto da negociação de cada categoria com o governo. A sociedade passou a se organizar para garantir os direitos e privilégios do Estado. A força do corporativismo manifestou-se mesmo durante a Constituinte de 1988. Cada grupo procurou defender e aumentar seus privilégios (CARVALHO, 2010, p. 86).

Talvez a busca dos próprios interesses e da articulação dos grupos em seu próprio favor, como apontada por Carvalho (2010), justifique o silenciamento popular e a naturalidade com que se entende a diferença nos direitos entre nacionais e

estrangeiros no Brasil. A este respeito, far-se-á aqui uma divisão da reflexão em dois tipos de diferenças: nos direitos básicos ao exercício da cidadania, como entendida por Marshall (1967), entre estrangeiros e nacionais no Brasil, e da regulamentação quanto à própria entrada de imigrantes no país.

No Brasil, há a distinção do direito político entre nacionais e estrangeiros (com exceção dos portugueses, que os gozam exatamente da mesma maneira que os nacionais): só têm direito ao voto os imigrantes naturalizados (imigrantes que se naturalizam como brasileiros), o que não é o caso da maioria deles (CAMARGO, 2012), incluindo os venezuelanos que são objeto do presente estudo. Imigrantes, portanto, embora trabalhem, se relacionem e contribuam para a riqueza social, cultural e econômica do país, estão privados do direito de escolha de seus dirigentes, mesmo que aqui residam por longos anos. Mesmo os naturalizados não possuem o pleno gozo dos direitos políticos: são vetados da assunção de determinados cargos, como presidente e vice-presidente (CAMARGO, 2012), o que faz distinção entre brasileiros natos e naturalizados e denota certo olhar com desconfiança para estes indivíduos. Quanto aos direitos civis e sociais, imigrantes e estrangeiros os gozam, legalmente, da mesma forma: têm direito ao livre trânsito no país, bem como usufruir serviços públicos como escola e saúde (CAMARGO, 2012). Apesar disso, como muitas vezes apenas a determinação legal não é suficiente para que se cumpram determinadas normas, o preconceito faz com que existam distinções no tratamento dispensado à estrangeiros e imigrantes, principalmente de países com menor desenvolvimento econômico e com características fenotípicas demarcadas. Acerca desta diferença entre a distinta aceitação dos diferentes grupos de imigrantes no Brasil, Campos (2015), em sua pesquisa que analisa a imagem e o papel dos estrangeiros pela imprensa brasileira entre 1808 e 2015, conclui que:

Mesmo na maior parte dos relatos históricos da imprensa contemporânea, o imigrante “branco” e europeu [...] é lembrado apenas por suas melhores realizações. [...] A herança rural e escravocrata lembrada por Sérgio Buarque de Holanda deixou profundas marcas no Brasil e, inclusive, no imigrante. Aqui, a cultura de direitos custou a fincar suas raízas e, ainda hoje, os imigrantes sentem o peso tanto do Brasil Colônia quanto do capitalismo liberal: os negros e pobres [...] se tornam refugiados, sem que para isso seja necessária a formalidade do direito internacional (CAMPOS, 2015, p. 528).

É o que exemplifica Camargo (2012) ao mencionar duas situações emblemáticas dessa situação diferenciadora e excludente: a primeira foi o estudo

realizado por Waldman (2011) quanto ao acesso dos imigrantes bolivianas ao sistema de saúde público no Brasil. A pesquisadora constatou, após entrevistas com 28 mulheres (acima de 18 anos e independentemente de sua situação migratória) acerca do serviço médico, que apesar de uma teoria em que nacionais e imigrantes possuem os mesmos direitos sociais, o acesso à uma saúde de qualidade está ainda mais distante para esses imigrantes. 72% das entrevistadas afirmaram haver diferenciação no tratamento em relação aos brasileiros.

A falta de sensibilidade, compreensão ou mesmo desconhecimento de alguns profissionais de saúde diante dos projetos de vida idealizados por muitas destas imigrantes também pôde ser percebida por meio de entrevistas: “Eles perguntam por que você não está mais em seu país, falam que poderiam estar atendendo um brasileiro e não um estrangeiro” (WALDMAN, 2011, p. 103).

Como apontado na citação, o sentimento de que os imigrantes, em especial dos pobres e fenotipicamente associados à um preconceito histórico no país (negros e indígenas, geralmente oriundos de outros países da América Latina), tomam o lugar de brasileiros é um dos gatilhos do preconceito e empecilho à efetivação de seus direitos. De maneira similar à saúde, o acesso à educação e trabalho também podem ser vistos como negativos por nacionais que entendem os imigrantes enquanto ameaça e que estes “roubam” oportunidades e usufruem de serviços pagos por meio dos impostos. Costa e Reusch (2016) apontam a preponderância da mídia retratar disputas por emprego e outros serviços públicos, o que se relaciona de forma íntima com a situação.

O segundo ponto que merece atenção é referente à legislação referente à presença de imigrantes no Brasil. Como já apontado, por 37 anos, a regulamentação relativa aos imigrantes e estrangeiros no país foi o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, e que permaneceu enquanto a principal regulamentação acerca de estrangeiros no país até 2017. Anterior à Constituição Cidadã, de 1988, que buscou estar em concordância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Estatuto estava em desacordo com o novo paradigma humanitário. Este paradigma humanitário, como apontado por Milesi (2007), inaugura a concepção de uma “família humana” (p. 1) e, segundo Gentilli (2002), de um “cidadão do mundo” (p. 37), uma vez as fronteiras políticas, para a DUDH, já não poderiam “falar mais alto” que os direitos que confeririam bem estar a todos os indivíduos.

Registre-se a observação de que esta tendência à universalização destes direitos, consagrados como “direitos humanos” e ostentados em declarações internacionais, vai fazendo – esta é uma tendência complexa, difícil de se concretizar a longo prazo, mas aparentemente irreversível – com que a noção de cidadania ultrapasse as fronteiras dos Estados Nacionais e consagre a noção do homem como cidadão do mundo (GENTILLI, 2002, p. 37).

Entretanto, ao contrário dessa tendência universalizante da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por 38 anos no Brasil, o Estatuto do Estrangeiro considerava o imigrante enquanto ameaça e cuja presença seria aceita de acordo com a conveniência para o país. Sobre esta regulamentação, Oliveira (2017, p. 1), declara:

A migração internacional no Brasil era regulada até então por normas legais implementadas no período do Regime Militar, nas quais o imigrante era visto como uma ameaça à “estabilidade e à coesão social” do país, predominando, portanto, o enfoque da segurança nacional, que deveria manter de fora das nossas fronteiras aqueles que “pretendiam vir causar desordem em nossas plagas” (Grifos do autor).

Um dos itens característicos, no Estatuto do Estrangeiro, dessa visão de ameaça e da prevalência dos interesses nacionais em detrimento do bem estar do estrangeiro é o artigo 2º:

Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional (BRASIL, 1980).

O Estatuto do Estrangeiro não foi a primeira regulamentação questionável, do ponto de vista humanitário, no Brasil. Como já apontado, antes dela, o país já apresentara regulamentações que claramente faziam a distinção entre imigrantes bem vindos e rejeitados. Apesar da superação das regulamentações claramente discriminatórias, a diferenciação entre imigrantes aceitos e rejeitados é uma realidade social no Brasil. Esta diferença está ligada a aspectos étnico-raciais e socioeconômicos, uma vez que negros, indígenas e indivíduos oriundos de países economicamente frágeis tendem a ter uma aceitação distinta à dos brancos e provenientes de países em situação economicamente melhor que o Brasil. Silva (2003) observa este preconceito seletista ao analisar a diferente relação que brasileiros possuem com as manifestações culturais de indivíduos de diferentes

nacionalidades: embora as festas típicas realizadas por italianos no bairro do Bexiga, em São Paulo, ou por japoneses, no bairro da Liberdade, costumam ter grande prestígio entre a população, festas e manifestações culturais realizadas por bolivianos na também paulistana Praça do Pari foram alvo de retaliações por parte dos moradores brasileiros do bairro, que realizaram abaixo-assinado para que as reuniões parassem de acontecer. Com isso, os encontros tiveram de ser suspensos e, posteriormente, passaram a ser realizados na Praça Kantuta. Sobre este episódio, Silva (2003, p. 301-302) declara:

Tal fato vem colocar em xeque a tão propalada “cordialidade brasileira”, revelando que a nossa capacidade de conviver com as diferenças culturais tem os seus limites, até porque no imaginário nacional a imigração parece continuar sendo coisa do passado, permanecendo ainda a imagem idealizada do imigrante europeu disciplinado, culto, de tez branca e bem-sucedido. Desta forma, alguns grupos de imigrantes hispano-americanos e migrantes internos, digam-se nordestinos, enfrentam dificuldades similares no processo de inserção na sociedade local, em razão de sua condição social e de seus traços fenotípicos particulares, associados com frequência a pessoas de origem indígena, de pouca cultura e do campo.

A citação, além de demonstrar a exclusão seletiva existente no Brasil quanto aos diferentes grupos de imigrantes, reforça que embora os direitos civis e sociais sejam garantidos aos imigrantes, sem distinção de qualquer forma, a pura e simples existência da legislação não garante que esses direitos se efetivem na prática.

Pode-se pois, afirmar com base no exposto que a “dimensão cultural” da nacionalidade desempenha um papel importante no acesso à cidadania no Brasil. Aqueles que estão mais integrados à “nação brasileira” têm menos dificuldade em exercer a sua cidadania (CAMARGO, 2012, p. 105).

Perante tantas práticas em desacordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a formulação da nova Lei de Migração (Lei número 13.445/2017), embora não solucione os problemas existentes no Brasil, representa um importante passo na busca pela igualdade de direitos e tratamento entre nacionais e estrangeiros. Proposta pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e sancionada pelo presidente Michel Temer (MDB) no dia 24 de maio de 2017, a regulamentação, de modo oposto à anterior, sobrepôs o bem estar dos imigrantes aos interesses político-econômicos do país. Para estudiosos e defensores dos Direitos Humanos, a nova legislação foi um avanço em termos humanitários (JARDIM, 2017), (MILESI, 2017), (OLIVEIRA, 2017). Jardim (2017) aponta que são

quatro as principais conquistas na nova regulamentação. A primeira é o diálogo com a herança escravocrata, uma vez que pessoas vítimas de tráfico de pessoas passam a ter residência autorizada e sem o pagamento de taxas consulares para que se regularize sua situação. A segunda é o fim (legal) da concepção do “imigrante ideal” (ascendência europeia) ao citar, sete vezes, o princípio da não discriminação, de modo distinto às políticas de branqueamento expressas em regulamentações anteriores. Em terceiro, o fim da concepção do imigrante enquanto ameaça à segurança nacional ao garantir ampla gama de direitos, como o de reunião e associação e extensão de direitos aos imigrantes não residentes. Também se destaca neste tópico a substituição de punições penais (cerceamento da liberdade) por penalidades administrativas (multa) àqueles que forem encontrados em situação irregular no país. Por fim, o pesquisador menciona o viés humanístico sobre a mobilidade ao ampliar as facilidades para a concessão de vistos e as condições de trabalho dos imigrantes no país.

Apesar do entusiasmo de pesquisadores e defensores dos Direitos Humanos acerca da Lei de Migração, aproximadamente um ano e meio após o início de sua sanção, uma situação emblemática de conflito entre nacionais e imigrantes no Brasil reforçou que, como já observado anteriormente, além da legislação vigente, outros fatores evoluem à maneira de recepção e relação com imigrantes no país.

2.5 IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL

Nesse contexto, o Brasil passou a receber, na última década, novos grupos de imigrantes que até então não apresentavam grande quantitativo numérico no país. Bolivianos, haitianos e venezuelanos, embora não tenham sido grupos expressivos historicamente em séculos ou décadas anteriores, por questões contingenciais, passaram a conceber o Brasil como uma possibilidade de obtenção de melhor qualidade de vida. Segundo dados divulgados pela Polícia Federal, de 2015 a junho de 2018, cerca de 56.740 venezuelanos solicitaram refúgio no Brasil (PRESSE, 2018). Em meados de 2018, uma corrente mais intensa que as outrora identificadas e com entrada no país por meio da fronteira com Roraima (RR) pôde ser constatada. Segundo divulgado pela prefeitura de Boa Vista, capital do Estado, cerca de 25 mil venezuelanos, o que corresponderia a 7,5% da população total, estavam instalados na cidade no mês de agosto (PRESSE, 2018). Outra cidade cuja

imigração venezuelana teve impacto nesta última corrente foi a fronteira Pacaraíma, porta de entrada para venezuelanos ao Brasil. No ápice do fluxo de venezuelanos, Pacaraíma registrou a entrada de cerca de 800 imigrantes por dia e, segundo a prefeitura, chegou a ter mil e quinhentos imigrantes instalados na cidade, o que representa 10% da população local (FÉLIX; COSTA, 2018).

Distintos fatores são apontados enquanto motivação para que os venezuelanos decidissem deixar a terra natal com grande intensidade. Segundo Franco (2018), embora não seja possível determinar-se com exatidão o início do que denomina “crise venezuelana”, os fatores estariam alicerçados em uma crise econômica que resultou em precariedade de alimentos e serviços, e uma crise política, assentada no embate entre os correligionários de Hugo Chávez e seus opositores (chavistas x opositoristas).

Franco (2018) aponta que o alicerçamento da economia, desde a gestão do presidente Hugo Chávez (1999-2013), exclusivamente na exportação de petróleo, e o repasse desses investimentos para políticas sociais, resultou em um colapso quando o valor do barril teve uma queda drástica. Para tentar manter as políticas sociais, o governo de Nicolás Maduro, sucessor ideológico e cronológico de Hugo Chávez, promoveu um desequilíbrio fiscal que resultou, sobretudo após 2017 e com agravamento em 2018, em hiperinflação, desabastecimento e precariedade de serviços básicos, como saúde. Botelho (2008), no entanto, aponta que o investimento exclusivamente no petróleo como fonte de renda do país antecede a gestão de Hugo Chávez.

No começo dos anos 80, porém, a Venezuela começou a enfrentar sérias dificuldades econômicas, por causa da queda dos preços do petróleo, que haviam tido um boom na década anterior, e das dívidas externas contraídas no período de euforia. Caballero (2003) vê no episódio da desvalorização de 1983, conhecido como Sexta-Feira Negra, um sinal do esgotamento do modelo econômico baseado unicamente na renda petroleira. Sob a influência da situação econômica, o sistema bipartidário deu o primeiros sinais de crise ainda nos anos 80 (BOTELHO, 2008, p. 19).

Assim como a questão econômica, politicamente há divergências quanto à conduta de Hugo Chávez e seu sucessor após sua morte, Nicolás Maduro. Embora sempre tenha havido o embate entre chavistas, pessoas que aprovam a política assistencialista voltada para as camadas mais vulneráveis economicamente da população e entendem o governo enquanto democrático, os opositoristas, que

entendem o governo enquanto ditatorial e corrupto (BOTELHO, 2008) os embates se acentuaram em 2016, quando, pela primeira vez, a oposição conquistou a maioria na Assembleia, o que resultou no agravamento da dicotomia existente no país com o embate entre Executivo e Legislativo. Outro fator que agravou a situação no país, provocando a saída em massa em 2018, foram os constantes apagões, resultado de seca severa provocada pelo fenômeno El Niño e da melhora da situação econômica de famílias pobres que passaram a consumir mais energia em um país sem diversidade na matriz energética (FRANCO, 2018). Todos os fatores apontados afetaram diretamente a população:

A alta dependência da importação e a falta de orçamento para isso está levando a uma escassez de produtos básicos nas prateleiras dos supermercados, farmácias e hospitais. Os venezuelanos enfrentam grandes filas em mercados e farmácias, em alguns casos chegam antes do amanhecer, para conseguir fazer compras. Para piorar, os produtos estão mais caros. A inflação chegou a 180,9% em 2015, segundo o Banco Central venezuelano, e o FMI prevê um aumento de preços de 700% no fim deste ano. A incidência de saques e de violência também tem aumentado. Além disso, moradores dos 10 estados mais populosos e industrializados enfrentam apagões diários de quatro horas. Os funcionários públicos têm folga três dias por semana, também para enfrentar a crise de energia (FRANCO, 2018, s.p).

Diante dos fatores apontados por Franco (2018), a população venezuelana passou a se deslocar para outros países, em especial na América do Sul, a fim de buscar melhores condições de vida. A intensificação da imigração venezuelana no Brasil teve início em 2017 (SILVEIRA, 2018). Segundo dados do IBGE divulgados em reportagem do site G1, em 2015, viviam cerca de mil venezuelanos no país. Em 2017, passaram a habitar o território nacional 17 mil, o que representou um aumento de 3.000%. Em 2018, são 30,8 mil venezuelanos vivendo no Brasil, sendo que no primeiro semestre cruzaram a fronteira 10 mil pessoas (SILVEIRA, 2018).

Embora ambos os anos (2017 e 2018) tenham apresentado uma acentuação na imigração venezuelana, o período com maior tensão desta corrente aconteceu em meados de 2018, em que alguns marcos se destacam: No dia 1º de agosto, um decreto para restringir o acesso dos venezuelanos a certos serviços públicos do Estado foi assinado pela governadora de Roraima (PP). Três dias depois, em 3 de agosto, a Advocacia Geral da União (AGU) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), por considerar o decreto assinado pela governadora de Roraima inconstitucional. Dois dias depois, em 5 de agosto, o juiz Helder Girão Barreto, da 1ª

Vara Federal de Roraima, suspendeu a entrada e a admissão de imigrantes venezuelanos no Brasil, medida revogada no dia 7 de agosto, após decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região (VIDIGAL, BRANDÃO; OLIVEIRA, 2018). Cerca de vinte dias depois, outros dois acontecimentos tiveram destaque: a morte de um venezuelano, no dia 7 de setembro, a pauladas, pela população local, mediante a acusação de ter assaltado e assassinado um comerciante na cidade de Boa Vista (RR). Seis dias antes, outro imigrante venezuelano havia sido morto, a tiros e facadas, em Rorainópolis, outro município do mesmo Estado.

O clima de hostilidade é visível para quem passa pelo acampamento [de Boa Vista]. Brasileiros usam termos vulgares para se referir aos imigrantes, como “invasores” ou “imundos”. Ofendidos, alguns deles devolvem com ameaças, e o clima de tensão se mantém (MARQUES, 2018, p. 1).

Em levantamento na página na internet do *Jornal Nacional*, hospedada no site que arquivava programas veiculados da Rede Globo de Televisão (www.gshow.com.br), disponibilizado e gerenciado pela própria emissora, com as palavra-chave “*venezuelanos, Jornal, Nacional*”, constatou-se que, entre julho e setembro de 2018, três momentos emblemáticos se destacaram: em primeiro lugar, a entrada de um número grande de venezuelanos na fronteira com Roraima, predominantemente no mês de julho; um segundo momento com conflitos decorrentes do contato entre brasileiros e venezuelanos, com a morte de um venezuelano e queima de pertences destes imigrantes em retaliação por parte de brasileiros, no mês de agosto; e um terceiro momento de retorno dos venezuelanos ao próprio país em função dos conflitos no Brasil, no início de setembro.

Como resultado da busca utilizando-se as palavras-chave mencionadas, o site também listou outras reportagens veiculadas no referido noticioso, no mesmo período da busca, acerca da Venezuela, não especificamente sobre a corrente migratória ao Brasil. De maneira geral, estas reportagens noticiavam a crise econômica no país e problemas como doenças e outras calamidades. Neste momento, identificou-se que estas reportagens faziam parte da construção discursiva por parte do *Jornal Nacional* acerca do país e de seus imigrantes, e constatou-se a necessidade de inclusão no corpus de análise, considerando-se que o enquadramento noticioso utilizado em reportagens sobre a Venezuela durante o

período da corrente imigratória mais intensa no Brasil (de julho a setembro de 2018) é de interesse desta pesquisa.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

Para a análise do corpus selecionado, entendeu-se como conveniente a utilização de três metodologias distintas e combinadas: A análise televisual, em modelo analítico proposto por Becker (2012), a análise dos gêneros jornalísticos, amparada em Marques de Melo (1985) e a análise do enquadramento, amparada no modelo de categorização amparado em Porto (2001).

A análise televisual proposta por Becker (2012) é modelo criado pela própria pesquisadora da área da Comunicação, e que considera a complexidade dos produtos audiovisuais.

Assume-se que a compreensão das dinâmicas combinações dos elementos que constituem o texto audiovisual contribui para uma melhor percepção dos sentidos das notícias e que os usos das ferramentas digitais de maneira crítica e criativa podem colaborar para o exercício da cidadania e para o aperfeiçoamento da prática jornalística na atualidade (BECKER, 2012, p. 231)

Assim como Becker (2012), outros autores assumem a importância de se estudar criticamente a mídia, levando-se em consideração que esta é produtora de sentidos e que estes sentidos produzidos tomam uma proporção maior em relação ao discurso não midiático em função da grande abrangência da comunicação de massa.

As notícias na imprensa ou na TV são um tipo de discurso que lemos ou vemos todos os dias. Contudo, para minha surpresa, não existiam praticamente estudos detalhados, extensivos, deste tipo de discurso fundamental – o discurso através do qual nós adquirimos a maior parte do que sabemos sobre o mundo para além das nossas experiências pessoais, e através do qual muitas das nossas opiniões pessoais e atitudes são formadas (VAN DIJK, 2005, p. 14).

Assim como Van Dijk (2005), Becker (2012) reconhece a relevância dos media enquanto produtores de sentido, sobretudo em contemporaneamente, quando “o papel da mídia é cada vez mais relevante na significação e compreensão do mundo modelado por palavras e imagens” (BECKER, 2012, p. 232). Para Van Dijk (2005), é na sutileza da composição dos produtos midiáticos que se identificam a ideologia e as concepções presentes nos produtos midiáticos.

Assim, ao nível dos tópicos, títulos, significados locais, argumentos, descrições das pessoas, citações, unidades lexicais e muitas outras propriedades das notícias, nós vemos que as Nossas coisas boas serão realçadas, enquanto as coisas más Deles serão enfatizadas. Por outro lado, as coisas “más” Deles serão enfatizadas, enquanto que as Nossas tipicamente serão secundarizadas (VAN DIJK, 2005, p. 16).

Becker (2012) tem semelhante percepção à de Van Dijk (2005) em relação aos meandros que envolvem a produção de sentidos e a legitimação de determinados discursos nos produtos audiovisuais, o que inclui enunciações verbais e enunciações não-verbais.

Considera-se como hipótese que a compreensão das dinâmicas, combinações e associações entre imagens, sons, palavras, gestos, gráficos e outros elementos do texto audiovisual contribui para uma melhor percepção da construção dos sentidos das notícias. Assume-se também que os usos das ferramentas digitais de maneira crítica e criativa podem contribuir para o exercício da cidadania e para o aperfeiçoamento da prática jornalística na atualidade (BECKER, 2012, p. 233).

Por reconhecer a multiplicidade de elementos que contribuem para a construção de sentidos nos produtos midiáticos audiovisuais (como o caso das reportagens analisadas nesta pesquisa), Becker (2012) propõe uma análise que se divide em três fases: descrição, análise televisual (estudo quali e quantitativo) e interpretação dos resultados. Na parte quantitativa da análise televisual, aplicam-se seis categorias, que serão enumeradas a seguir e detalhadas com citações que explicam em que consiste cada uma delas.

1. Estrutura do texto:

A Estrutura do texto corresponde a elementos que caracterizam o modo como o produto audiovisual se apresenta, considerando também o contexto onde a obra é produzida e distribuída: seu estilo de narração, dados sobre o modo como os formatos e conteúdos são organizados, a divisão em blocos, sua duração etc. (BECKER, 2012, p. 243).

2. Temática: A Temática revela os conteúdos e os campos temáticos privilegiados num determinado produto audiovisual como em uma série de televisão, que permite identificar as editoriais que mais se destacam no estudo de um telejornal, ou, ainda, o modo como os temas são abordados em homepages analisadas;

3. Enunciadores:

Os Enunciadores oferecem a possibilidade de identificar os atores sociais que participam da narrativa, observando os diálogos, os depoimentos, as diferentes vozes presentes e ausentes nos relatos, assim como a forma dos âncoras e dos repórteres apresentarem o texto e o modo como é realizada a construção da credibilidade desses profissionais (BECKER, 2012, p. 243).

4. Visualidade: “Permite considerar a instância cênico-visual e a maneira como são constituídos os cenários, os figurinos e os recursos gráficos e multimídia etc.” (BECKER, 2012, p. 243);

5. Som e Edição:

O Som indica como os elementos sonoros, palavras, ruídos, trilha sonora etc. estão relacionados aos elementos visuais e participam da construção da narrativa e dos sentidos do texto. A Edição é utilizada para desvelar processos de montagem da obra audiovisual e compreender como as principais características das narrativas jornalísticas audiovisuais, as combinações entre o texto verbal e a imagem produzem sentidos (BECKER, 2012, p. 244).

Por se tratar de conteúdo telejornalístico, que possui uma linearidade na edição, esta etapa da análise foi suprimida nesta pesquisa. Após as etapas quantitativas, a metodologia de Becker (2012) prevê três etapas na fase qualitativa: análise da fragmentação, que a pesquisadora define enquanto “o caráter condensado, enxuto, comum a toda a programação televisiva [...] que dificultam que o telespectador tenha noção do todo ou aprofundamento” (p. 244); dramatização, ou “natureza ficcional da narrativa, envolvendo emocionalmente o telespectador” (p. 244) e da definição de identidades e valores, que “permite conhecer as marcas enunciativas da narrativa audiovisual referentes aos valores atribuídos a problemas e conflitos locais e globais e o modo como são julgados e qualificados” (p. 244). Após as etapas descritas, o pesquisador está apto a realizar a análise que identifica “as possibilidades expressivas que as apropriações da linguagem audiovisual proporcionam e os sentidos produzidos pelos diferentes elementos que compõe a narrativa audiovisual” (BECKER, 2012, p. 245).

Após a realização na análise televisual amparada em Becker (2012), foi realizado o estudo sobre os gêneros jornalísticos utilizados nos conteúdos relativos aos imigrantes venezuelanos e à Venezuela, de acordo com a classificação realizada por Assis e Marques de Melo (2016). Considerando-se que, para os pesquisadores, a intencionalidade é que define os gêneros jornalísticos, identificar o gênero, a

categoria e o formato é ferramenta eficaz para a compreensão do conteúdo televisual e a intencionalidade de quem o produz.

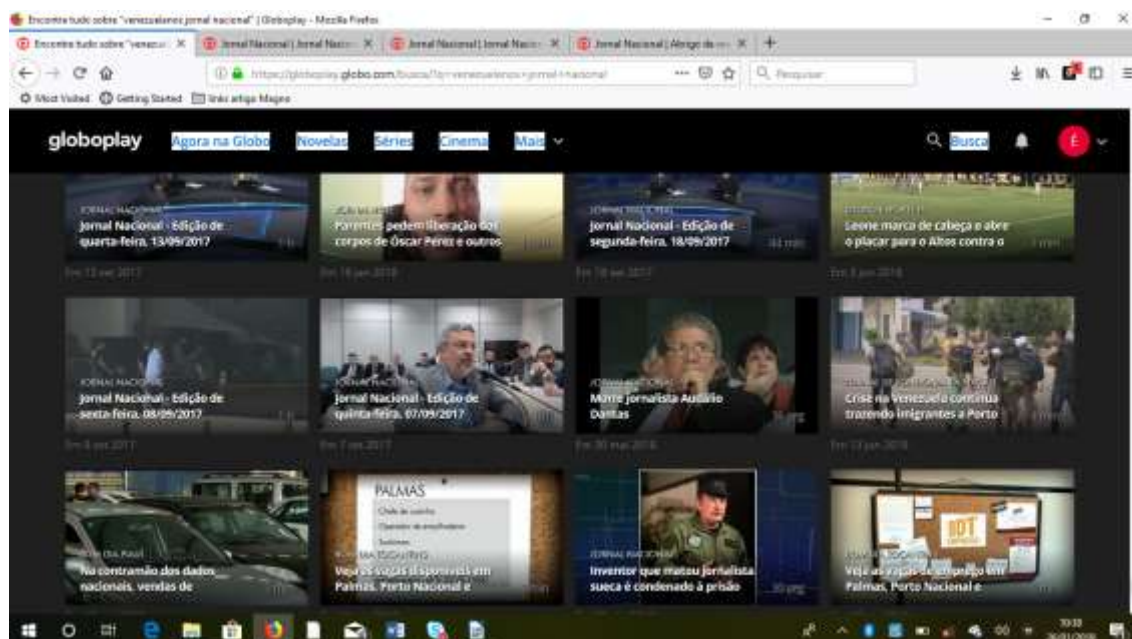
A terceira metodologia utilizada é a análise do enquadramento. Como já abordado no capítulo referente às Teorias do Jornalismo, a reflexão sobre a presença do enquadramento teve início no contexto das Teorias Construcionistas. As primeiras discussões acerca dos enquadramentos foram realizadas por Erving Goffman (1986) e, posteriormente, aos estudos da Comunicação por Tuchman (1978). Embora haja uma diversidade metodológica na análise do enquadramento midiático, esta característica não invalida e tampouco deslegitima diferenças nas análises.

Nesse sentido, muitos pesquisadores partiram do zero ao escolherem uma forma de aplicação empírica do framing analysis, adaptando o conceito operacional ao objeto estudado. Para Miquel Alsina (2005), entretanto, isso não é um problema na pesquisa das áreas da Comunicação. Segundo ele, o ecletismo metodológico não só é válido como é fundamental para combinar, num mesmo trabalho, a análise de enunciados linguísticos e contextos sociais ou “mundos de referência” acionados no processo de construção da notícia” (GOMES, 2017, p. 2).

Considerando-se as possibilidades metodológicas de análise do enquadramento, a metodologia concebida enquanto adequada para os objetivos aqui propostos consistiu na proposta por Porto (2001), que consiste na identificação de possíveis enquadramentos para determinado fenómeno e sua posterior classificação. Neste trabalho, foram definidos cinco possíveis enquadramentos midiáticos acerca da imigração venezuelana no Brasil: criminalização; vitimização; caos e transtornos; história, contexto e hábitos culturais e contribuição para o país.

Para a delimitação do corpus a ser analisado, foram selecionadas reportagens veiculadas pelo *Jornal Nacional* e arquivadas no site pertencente à Rede Globo De Televisão (www.gshow.com.br). Para a busca, utilizou-se as palavras-chave *venezuelanos*, *Jornal Nacional* e, a partir das reportagens elencadas, selecionaram-se aquelas relativas à imigração venezuelana no Brasil entre julho e setembro de 2018.

Imagem 2 – Busca realizada no site do Jornal Nacional hospedado na Globoplay



Fonte: Globoplay (2018).

Entre julho e setembro de 2018, foram identificados 14 produtos jornalísticos relacionados à imigração venezuelana no Brasil:

1. 3 de julho de 2018: “O surto de sarampo que atinge o estado de Roraima chegou ao Amazonas.”;
2. 4 de julho de 2018: “Depois de Boa Vista, agora é Manaus que sente nas ruas impacto da onda migratória de venezuelanos.”;
3. 24 de julho de 2018: “Venezuelanos deixam Roraima e vão para outros quatro Estados”;
4. 6 de agosto de 2018: “Justiça Federal em Roraima determina vacinação compulsória de venezuelanos.”;
5. 7 de agosto de 2018: “TRF anula decisão de juiz e fronteira da Venezuela em Roraima é reaberta.”;
6. 18 de agosto de 2018: “Abrigo de venezuelanos é atacado em Roraima após assalto a comerciante.”;
7. 20 de agosto: “Governo de Roraima pede ao Supremo suspensão de entrada de venezuelanos.”;

8. 20 de agosto de 2018: “Após conflitos em Pacaraíma, homens da Força Nacional chegam a Boa Vista.”;
9. 21 de agosto de 2018: “Governo Federal anuncia que vai intensificar interiorização de venezuelanos.”;
10. 25 de agosto de 2018: “Em Roraima, moradores voltam a pedir o fechamento da fronteira com a Venezuela.”;
11. 27 de agosto de 2018: “Voluntários fazem mutirão em Boa Vista para ajudar no atendimento médico de Venezuelanos.”;
12. 28 de agosto de 2018: “Quase 200 venezuelanos são transferidos de venezuelanos.”;
13. 7 de setembro de 2018: “Brasileiro e venezuelano morrem em confusão após furto a mercado de Boa Vista.”;
14. 8 de setembro: “Venezuelanos começam a voltar para casa depois que a tensão em Boa Vista aumentou.”

Além das reportagens sobre a imigração venezuelana, outras reportagens relativas aos acontecimentos na Venezuela foram veiculadas, no Jornal Nacional, durante o período selecionado. A identificação da existência destes produtos jornalísticos possibilitou o entendimento de que essas reportagens também eram importantes para a pesquisa, uma vez que estas também estão relacionadas à construção discursiva acerca destes imigrantes. “De onde eu vim?” e “quais as características do país de onde venho?” certamente têm relação com o conjunto discursivo relativo à corrente migratória estudada. Por isso, para a análise das reportagens sobre a Venezuela entre junho e setembro de 2010, entendeu-se como conveniente a inclusão sobre o país no período da corrente imigratória estudada. Durante o período, foram identificadas cinco reportagens:

1. 3 de agosto: “Venezuela reabre mercado de câmbio”;
2. 4 de agosto de 2018: “Governo da Venezuela diz que presidente Nicolás Maduro escapou de um atentado.”;
3. 21 de agosto: “Venezuelanos enfrentam longas filas para sacar dinheiro.”;
4. 25 de agosto de 2018: “Governo Peruano dificulta a entrada de imigrantes da Venezuela.”;

5. 8 de setembro de 2018: “Governo americano teve reuniões secretas com venezuelanos que queriam depor Maduro.”;
6. 18 de setembro de 2018: “Nicolás Maduro janta em restaurante sofisticado e gera revolta na Venezuela.”

CAPÍTULO IV – ANÁLISES

4.1 ANÁLISE DAS REPORTAGENS SOBRE IMIGRANTES VENEZUELANOS

Fundamentada na opção de análise qualitativa realizada como metodologia, procede-se às análises televisuais de cada uma das 14 reportagens jornalísticas identificadas:

Reportagem 1: O surto de sarampo que atinge o estado de Roraima chegou ao Amazonas

Data da veiculação: 3/7/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Caos e transtornos

1. Descrição:

A reportagem inicia-se mostrando três crianças que contraíram sarampo em Manaus. Após o uso das personagens, a reportagem, com o recurso de cartela, afirma que já são 271 casos de sarampo confirmados em Manaus, e que a prefeitura decretou situação de emergência. Em entrevista, o prefeito de Manaus afirma que contratou pessoal para o combate à doença. Em seguida, a repórter, em off, afirma que o surto, segundo a Vigilância de Saúde do Amazonas “veio junto com a entrada de milhares de venezuelanos pelo Estado de Roraima”, onde já há 200 casos registrados, e que um problema está sendo a adesão da população à vacinação, que está abaixo da meta esperada. Para aumentar o número de vacinados, funcionarios saem as ruas para vacinar a população em casa e a passagem da repórter acompanha esta movimentação. Em seguida, há, novamente, a utilização de personagens (um casal e um bebê), que foram vacinados em casa e a finalização da reportagem com a sonora do pai falando sobre a importância da vacinação em casa.

2. Análise Televisual I

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 1'88" Estrutura: OFF (16"), Sonora mãe de criança doentes (10"), OFF (12"), Sonora prefeito de Manaus (16"), OFF (21"), Passagem (15"), OFF (10"), Sonora com homem vacinado (7")	Surto de sarampo causado pela entrada de venezuelanos no país e seus desdobramentos	1. Apresentador (cabeça) 2. Repórter (Rede Amazônica): Daniela Branches 3. Cíntia Alves: mãe de três crianças que tiveram sarampo 4. Arthur Virgílio Neto (PSDB) – prefeito de Manaus 4. Homem não identificado que foi vacinado em casa.	Imagens que exercem função de fixação do texto verbal, recursos de cartelas para dados e porcentagens.	Ausência de trilha-sonora, imagens não verbais cobertas por off e sonoras intercalando os offs.

3. Análise Televisual II

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem contém alto índice de fragmentação ao não mencionar o problema da queda do número de vacinações, processo que já vem acontecendo há alguns anos no Brasil, suas causas e desdobramentos.	A reportagem apresenta alta carga de dramaticidade ao escolher crianças, na maioria dos exemplos, de pessoas que contraíram o sarampo. A fragilidade desses indivíduos tende a causar uma maior preocupação e comoção por parte de quem assiste. Também há alta dramaticidade na fala da mãe, que afirma ter pensado que perderia um de seus filhos, um bebê com poucos meses.	Os venezuelanos são responsabilizados pela disseminação de doenças no Brasil. Aos brasileiros cabe tentar se defender, sem deixar de considerar-se a oneração do Estado com campanhas para vacinação em função dos malefícios trazidos pelos estrangeiros.

4. Análise

A reportagem apresenta alto índice de fragmentação. Especificamente, não cita o problema da diminuição da adesão à vacinação nos últimos anos no Brasil, movimentação essa que ganha força com correntes em redes sociais. Ao não mencionar esse fator, a responsabilidade fica a cargo dos venezuelanos, que

trouxeram a doença para o Brasil (elemento insinuado na reportagem), em detrimento de políticas públicas de saúde falhas e omissas, que deixaram a população vulnerável. A alta dramaticidade está expressa na apresentação de crianças que contraíram a doença, por seu arquétipo de pureza e fragilidade, o que representa os próprios brasileiros em relação aos imigrantes venezuelanos, que trazem doenças e prejuízos à população. A repórter é a maior enunciadora e não é dada a voz a nenhum venezuelano, mesmo tendo sido citados na reportagem. Os outros três enunciadores são brasileiros, sendo dois moradores de Manaus e uma fonte oficial.

Reportagem 2: Depois de Boa Vista, agora é Manaus que também sente nas ruas o impacto da onda migratória de venezuelanos

Data da veiculação: 4/7/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Caos e transtornos

1. Descrição:

A reportagem tem início mostrando os imigrantes venezuelanos chegando aos abrigos brasileiros. Em seguida, a reportagem fala sobre a saturação dos abrigos e mostra que alguns indivíduos precisam ficar nas ruas. Em entrevista, procuradora da República pontua que estão sendo levantadas as iniciativas e verbas governamentais que estão sendo repassadas para os estados e, por fim, a reportagem fala sobre a discriminação sofrida por venezuelanos.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 2'00" Estrutura: OFF (8"), Sonora venezuelano (5"), OFF (20"), Sonora venezuelana (2"), OFF (5"),	"Invasão" venezuelana: saturação dos abrigos e problemas enfrentados por venezuelanos	1. Apresentador (cabeça) 2. Repórter (Rede Amazônica): Daniela Branches 3. Luís (venezuelano, sem identificação por caracteres)	Imagens que exercem função de fixação do texto verbal, ausência de gráficos ou outros recursos visuais.	Ausência de trilha-sonora, imagens não verbais cobertas por off e sonoras intercalando os offs.

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Sonora fonte oficial (4"), Sonora fonte oficial (3"), Passagem (13"), OFF (7"), Sonora venezuelano(4"), OFF (5"), Sonora fonte oficial (13"), OFF (7") e Sonora (5").	no Brasil, despreparo do país para receber os imigrantes.	4. Dona Mercedes (venezuelana, sem identificação por caracteres) 5. Duas fontes oficiais, sem identificação por caracteres. 7. Homem venezuelano (sem identificação por caracteres) 8. Michele Corbi – procuradora da República. 9. Brian (venezuelano, sem identificação por caracteres)		

3. Análise Televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem não apresenta os motivos históricos e economicos que motivam a saída dos venezuelanos do país. Também não há explicações sobre como funciona o repasse de verbas por parte do Governo Federal para que os estados recebam os imigrantes. Durante as entrevistas, não há aprofundamento na história e vida dos personagens, apenas a apresentação, de forma estereotipada, de quem são esses indivíduos.	A reportagem apresenta alta carga de dramaticidade ao mostrar imigrantes dormindo no chão da rua, e salientando que esses indivíduos possuíam bons empregos na Venezuela (o que carrega o entendimento de que qualquer um que assiste ao jornal pode passar pela mesma situação).	Os venezuelanos são apresentados como dignos de pena, aqueles a quem o socorro dos brasileiros salva. Aos brasileiros, por outro lado, cabe o papel de heróis que devem resgatar os venezuelanos de sua miséria, sem deixar de correr o risco do caos no próprio país para que isso aconteça.

4. Análise:

A reportagem salienta o despreparo do país para receber os imigrantes. O enunciador predominante é a repórter, que possui o maior tempo de fala. A repórter utiliza canopla da Rede Amazônica, o que evidencia que a reportagem foi produzida pela/com a colaboração da afiliada local. Aparecem outros dois grupos de enunciadores: os próprios imigrantes venezuelanos (três indivíduos, totalizando onze segundos de fala) e fontes oficiais (três indivíduos, totalizando 20" de fala). Além do maior tempo de fala concedido às fontes oficiais, nenhum dos venezuelanos foi identificado nos caracteres pela identificação clássica (nome, sobrenome e

profissão). Esta identificação somente foi feita para a procuradora da república, o que retira dos imigrantes a possibilidade de estabelecerem uma identidade própria e individual (como se não importasse quem são, apenas que são venezuelanos e, consequentemente, todos iguais), ao contrário da fonte oficial, cuja identificação com nome, sobrenome e profissão visa dar maior credibilidade e peso para a fala.

Se, por um lado, a reportagem salienta a falta de condições do país para a recepção dos imigrantes, a alta dramaticidade imagética, ao mostrar imigrantes dormindo no chão, bem como as afirmações de que estão sem comer há dias, e que muitos possuíam padrão de vida elevado na Venezuela, mas perderam tudo, instigam o sentimento de pena e podem provocar a empatia, uma vez que, qualquer um, em decorrência de colapso econômico no próprio país, também pode “perder tudo”, o que estimularia a recepção desses indivíduos pelo medo de, algum dia, estar em seu lugar. Dessa forma, se por um lado, há a evidenciação da falta de condições do país em receber os imigrantes, cuja entrada está cada vez mais acentuada, há certo apelo à moralidade de que é necessário recebê-los, uma vez que sua sobrevivência depende da benevolência dos brasileiros.

Reportagem 3: Venezuelanos deixam Roraima e vão para outros quatro Estados.

Data de veiculação: 24 de julho de 2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Caos e transtornos

1. Descrição:

A reportagem é sobre o processo de distribuição dos venezuelanos pelo país. O material tem início com a imagem de uma venezuelana que, em companhia de um primo, deixou Roraima rumo a outro estado do Brasil. Esta informação é feita por meio do texto em *off*, uma vez que não há sonoras na reportagem. Em seguida, há a informação de que, assim como a personagem utilizada, outros 129 venezuelanos “deixaram Roraima em busca de uma vida melhor”. Desses, 24 foram para o Mato Grosso e os demais, para Brasília. A passagem da repórter, feita no aeroporto de Brasília, explica que os imigrantes usaram aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), e

que este já é o sexto movimento de distribuição de venezuelanos pelo país. A repórter enfatiza que, no avião, estão presentes 20 crianças, sendo sete bebês e um deles brasileiro, por ter nascido em território nacional. Após a passagem, a reportagem acompanha a chegada dos imigrantes no abrigo brasiliense, com a informação de que foram vacinados e possuem carteira de trabalho. Um mapa gráfico mostra a distribuição de 820 venezuelanos espalhados pelo país, com a especificação do quantitativo em cada estado. A repórter faz breve justificativa para a entrada de venezuelanos no país (cita crise social e política) e finaliza a reportagem transmitindo uma nota-resposta do governo (em OFF), que afirma que a distribuição de venezuelanos pelo país será permanente, mas depende da oferta de vagas de instituições de caridade.

2. Análise televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 2'14" Distribuição: OFF (20"), Passagem (20"), OFF (1'33").	Entrada e distribuição de venezuelanos pelo Brasil.	1. Apresentador 2. Repórter: Delis Ortiz.	Imagens que exercem a fixação do texto verbal, utilização de mapa para ilustrar a distribuição dos imigrantes pelo país.	Não há utilização de recursos sonoros especiais.

3. Análise Televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
Não há o detalhamento das causas ou motivos que justifiquem a interiorização dos imigrantes. Também não há a menção das condições de vida destes indivíduos nos novos estados e nem sua opinião quanto às mudanças.	Baixa carga de dramaticidade no texto verbal, levando-se em consideração que não há sonoras dos imigrantes, sendo a única enunciativa direta a reporter. A carga maior carga de dramaticidade está relacionada às imagens, que mostram imigrantes em filas e nos percursos percorridos para a interiorização pelo país.	Aos venezuelanos é atribuída a identidade de invasores, uma vez que estão se espalhando pelo país, e de nocivos, quando há o enfoque de que estes que estão sendo distribuídos estão vacinados e possuem carteira de trabalho (o que pode configurar enquanto ameaça ao brasileiro que está desempregado). Aos brasileiros, cabe a caridade a estes indivíduos, seja por meio de ações governamentais ou de instituições de caridade.

4. Análise

A reportagem tem como enquadramento a distribuição dos venezuelanos pelo país. Pelo caráter mais nacional da reportagem, a repórter é Délis Ortiz, da Rede Globo, que, inclusive, é a única enunciativa do material. A sensação de espalhamento desses imigrantes pelo país é reforçada pelo recurso do mapa gráfico, que coloca em diferentes cores os estados em que há a presença de venezuelanos, o que acontece em praticamente todas as regiões do país. A possível nocividade desses indivíduos fica expressa na seguinte afirmação: “Eles estão vacinados, passaram por exames de saúde e estão com os documentos como CPF e carteira de trabalho”. Tal frase caracteriza que os imigrantes, além de possíveis portadores de doenças, podem tomar o emprego dos brasileiros, agora, de forma generalizada pelo país. Apesar disso, há também o apelo à caridade brasileira, uma vez que há a menção das dificuldades e fome na Venezuela, assim como a transferência da responsabilidade do governo brasileiro que, em *off* da repórter (sem contestação ou contraditório), afirma que a continuidade da distribuição dos imigrantes dependerá das instituições de caridade do país.

Reportagem 4: Justiça Federal em Roraima determina vacinação compulsória de venezuelanos

Data de veiculação: 06/08/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Caos e transtornos

1. Descrição:

A reportagem fala sobre a revogação, pelo juiz da 1ª Vara Federal de Roraima, da exigência da governadora de Roraima da apresentação do passaporte para o acesso a serviços públicos. Em seguida, a reportagem menciona que o juiz determinou, ainda, que todos os venezuelanos em território nacional sejam vacinados compulsoriamente, e suspendeu a entrada de novos venezuelanos.

2. Análise televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 2'12" OFF (33") Passagem (17") OFF (10") Sonora Chefe da Casa Civil (15") OFF (27") Sonora venezuelana (3") OFF (5")	Proibição da entrada de venezuelanos no Brasil e vacinação compulsória	1.Apresentadora 2.Repórter Érika Figueiredo 3.Chefe da Casa Civil de Roraima, Frederico Linhares. 4.Venezuelana sem identificação nos caracteres.	Não há uso de recursos gráficos. As imagens não-verbais exercem papel de fixação, ou reforço, do texto verbal.	Não há utilização de recursos sonoros especiais.

3. Análise Televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem apresenta fragmentação elevada. Não há a explicação do que representa a exigência do passaporte para que os venezuelanos acessem serviços públicos, e não há a explicação de quais são os direitos legais desses indivíduos no Brasil. Não há o aprofundamento na legalidade ou não da interrupção da entrada de venezuelanos no país, tampouco na obrigação da vacinação por parte desses indivíduos.	A reportagem apresenta baixa dramaticidade, com pouco apelo emotivo.	Há a vinculação dos venezuelanos à utilização dos serviços públicos brasileiros, bem como à nocividade, uma vez que estes precisam ser vacinados compulsoriamente. Aos brasileiros, cabe a defesa da invasão e de seu serviço público, apesar da benevolência na recepção desses indivíduos.

4. Análise:

A reportagem tem como enquadramento os conflitos decorrentes da entrada dos venezuelanos no país. A principal enunciativa é a reporter Érika Figueiredo, cuja canopla evidencia que a reportagem foi feita pela/com a colaboração da afiliada à Rede Globo local (TV Roraima). Além da repórter, o segundo maior enunciador é o chefe da Casa Civil de Roraima (quinze segundos de fala), que além de ser identificado por nome, sobrenome e profissão, endossa a necessidade do fechamento da fronteira. A terceira enunciativa é uma venezuelana, cujo espaço temporal é

bem menor que a da reporter ou da fonte oficial (três segundos) e não é identificada nos caracteres, o que reforça o caráter estereotipado e despersonalizado dos venezuelanos na reportagem. A mulher fala brevemente sobre a não exigência do passaporte na entrada ao país, o que é complementado pela repórter que, agora, mesmo tendo tido a permissão para a entrada, ela e a família não podem utilizar serviços públicos.

A reportagem possui fragmentação elevada. Não há o debate sobre o que representa a exigência do passaporte para se utilizar serviços públicos (o que fere a universalidade do SUS e o direito que imigrantes e estrangeiros possuem no Brasil dos direitos políticos e sociais, de maneira igual aos nacionais). A suspensão da exigência do passaporte por parte do juiz é apenas comunicada, sem o debate quanto à cidadania desses imigrantes e estrangeiros, bem como a declaração da suspensão do juiz da entrada de novos imigrantes não é explorada ou questionada por meio do contraditório.

Outro caráter relevante é a declaração de que houve determinação judicial de que os imigrantes sejam vacinados compulsoriamente. Além de não haver contraditório que problematize esta decisão, a afirmação e imagem dos venezuelanos sendo, obrigatoriamente, vacinados vincula esses indivíduos à falta de individualidade, nocividade e subalternidade em relação aos brasileiros, que concedem a benevolência de os aceitarem em território nacional.

Reportagem 5: TRF anula decisão de juiz e fronteira com a Venezuela é reaberta

Data da veiculação: 07/08/2019

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação: Caos e transtornos

1. Descrição:

A reportagem é sobre a revogação, por parte do TRF, da proibição da entrada de venezuelanos após decisão de um juiz federal, noticiada no dia anterior. O material tem início com a transmissão do grande número de imigrantes que se acumulavam na fronteira, uma vez que esta se encontrava bloqueada. Uma

imigrante que espera é entrevistada e relata que não pode entrar, mas não tem condições de voltar ao local de origem. Em off, a repórter segue falando sobre os desdobramentos jurídicos quanto à entrada dos imigrantes no país.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 1'56" OFF (20") Sobe som (2") Passagem (10") OFF (13") Sonora com venezuelana (1") OFF (20") Sonora com venezuelano (2") OFF (48")	Anulação da proibição da entrada de venezuelanos no Brasil.	1.Apresentadora 2.Repórter: Érika Figueiredo 3.Venezuelana não identificada nos caracteres 4.Venezuelano não identificado nos caracteres	Há a utilização de cartela para pontuar as decisões relacionadas aos venezuelanos que continuam valendo, apesar da revogação da proibição da entrada.	A sonoridade segue a estrutura clássica de offs cobertos com imagens intercalados com sonoras. Há o recurso de "sobe som" na fronteira, para aproximar o telespectador à sensação de presença na fronteira.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem apresenta fragmentação à medida que está relacionada a medida judicial determinada no dia anterior e, em função da medida já ter sido veiculada, não há aprofundamento nas razões, implicações e desdobramentos. Não há, tampouco, aprofundamento na figura dos venezuelanos entrevistados, cujas poucas palavras só revelam a dificuldade que estão sentindo no ingresso no novo país e não dizem mais nada sobre quem são estes indivíduos. A afirmação da permanência da não exigência do passaporte para o acesso à serviços de saúde não deixa claro quais são, de fato, os direitos dos imigrantes ou aqueles que estão sendo concedidos em caráter temporário ou de maneira	Há carga elevada de dramaticidade nas sonoras dos venezuelanos que estão barrados na fronteira com o Brasil. O ápice desta dramaticidade está no momento em que uma mulher, com uma filha de 3 anos, é entrevistada, após a revelação, em off, de que o marido está no Brasil e que a esposa não tem condições financeiras de voltar ao lugar de origem, mas tampouco pode entrar no país.	Venezuelanos aparentam necessitar do auxílio dos brasileiros, que, benevolentes, voltaram atrás na decisão de barrá-los e agora os amparam em seu território.

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
circunstancial.		

4. Análise:

A reportagem tem como enquadramento o caos gerado na fronteira entre Brasil e Venezuela. Com grande fragmentação, a reportagem tem início mostrando imagens anteriores à revogação da decisão de proibição de entrada de venezuelanos no país. Não há a problematização ou discussão quanto à legalidade do bloqueio da fronteira, e o apelo, nesse momento, é à emoção em detrimento à racionalidade, uma vez que imagens mostram, em complementação com narração em *off*, de uma mulher com criança pequena na fronteira, sob o sol, que não pode voltar ao local de origem e tampouco pode entrar no Brasil. Esta sequência narrativa reforça a produção de sentidos de que a aceitação dos venezuelanos no país está atrelada à caridade do povo brasileiro em detrimento da associação dos venezuelanos à imagem de indivíduos que possuem direitos estipulados em regulamentação nacional e internacional.

Após a menção, na reportagem, da anulação da decisão de proibir a entrada de venezuelanos, há a utilização de uma cartela para ilustrar as decisões que seguem valendo: vacinação compulsória e não exigência de passaporte para a utilização de serviços públicos. Novamente a fragmentação da reportagem fica evidente ao não haver a pontuação de que a não exigência do passaporte não é uma decisão circunstancial ou entendimento singular do TRF, uma vez que o acesso aos direitos civis e sociais não possui diferenciação entre nacionais e estrangeiros de acordo com a legislação brasileira.

A maior enunciadora é a repórter, cuja canopla evidencia que o material foi realizado pela/com a colaboração da afiliada local. As sonoras com imigrantes são extremamente breves (três segundos, no total) e a falta da identificação clássica (nome, sobrenome e profissão) despersonaliza esses indivíduos.

Reportagem 6: Abrigo de venezuelanos é atacado em Roraima após assalto a comerciante.

Data de veiculação: 18/08/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Criminalização/Caos e transtornos

1. Descrição:

A reportagem tem como tema os conflitos decorrentes da imigração venezuelana no Brasil. Inicia-se com imagens e narração da destruição de abrigos de venezuelanos e a saída dos imigrantes do local. Em seguida, a reportagem narra o que seria a causa da revolta populacional: assalto a um comerciante local por parte de venezuelanos. Nos momentos finais, o material aborda as medidas adotadas pelo governo Estadual.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 1'57" OFF (10") Sobe Som (8") OFF (5") Sonora (5") OFF (2") Passagem (8") OFF (13") Sonora com brasileiro (1") OFF (30") Sonora com secretário de Relações Institucionais (10")	Agressões a venezuelanos e caos em Pacaraima.	1.Apresentadora 2.Repórter: Priciele Venturini 3.Morador de Pacaraima (oculto e não identificado) 4.Venezuelana não identificado nos caracteres 5. Brasileiro não identificado nos caracteres 5. Secretário de Relações Institucionais	Não há a utilização de recursos gráficos. Há a utilização de conteúdo colaborativo em imagem aparentemente feita com aparelho celular, em função da baixa qualidade e movimentação acentuada.	A sonoridade segue a estrutura clássica de offs cobertos com imagens intercalados com sonoras. Em conteúdo colaborativo com possível uso de celular, há sonora de narrador oculto.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A fragmentação da reportagem fica evidente ao apresentar, como única razão para a agressão dos venezuelanos, um suposto assalto a um comerciante, não se aprofundando em questões como preconceito e xenofobia.	A dramaticidade da reportagem acentua-se com a utilização de imagens de celular em que transmitem a sensação de presença no momento dos acontecimentos e na utilização de imagens dos conflitos	A presença dos venezuelanos causa caos no país. A intolerância dos brasileiros é em razão de um possível crime cometido por venezuelanos, o que, de certa forma, parece justificar o comportamento dos nacionais.

4. Análise:

A reportagem tem como enfoque principal os conflitos na cidade de Pacaraima entre nacionais e imigrantes, bem como o movimento de expulsão destes indivíduos por parte dos locais. Ao apresentar, como possível causa para as agressões, o assalto a um comerciante brasileiro por um venezuelano, a reportagem apresenta alta fragmentação, ao não abordar temas como xenofobia e preconceito. A grande fragmentação também se evidencia na pouca discussão acerca das possíveis medidas a serem adotadas para amenizar o problema. A carga dramática é alta por apresentar os momentos de conflito, incluindo o uso de material colaborativo aparentemente utilizando-se aparelho celular, que dão a impressão para o telespectador de presença no local e hora dos acontecimentos. A maior enunciativa é a repórter, por meio de offs e passagem. Há três entrevistas, sendo uma com uma venezuelana, outra com um brasileiro e uma com uma autoridade (fonte oficial). Apenas a última foi indentificada com nome e profissão por meio de GC.

Reportagem 7: Governo de Roraima pede ao Supremo suspensão de entrada de venezuelanos.

Data de veiculação: 20/08/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Criminalização/Caos/transtornos

1. Descrição:

A reportagem aborda os desdobramentos do conflito entre brasileiros e venezuelanos na cidade fronteira de Pacaraima. Inicialmente, o material narra o pedido de suspensão da entrada de venezuelanos por parte do governo do Estado. Em seguida, há a discussão acerca de questões legais desta medida, bem como do envio das Forças Armadas ao local. A reportagem é finalizada com a problematização da falta de energia na região.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 2'45" OFF (0'43") Sonora (8") OFF (5") Sonora com ministro do Gabinete de Segurança Institucional – Sérgio Etchgoyen (8") OFF (1'56") Passagem (42") OFF (13") Passagem (10")	Discussão acerca da proibição da entrada de venezuelanos no Brasil	1.Apresentadora 2.Repórter: Délis Ortiz 3.Ministro do Gabinete de Segurança Institucional – Sérgio Etchgoyen 4. Governo Federal, citado em off	Utilização de instrumentos visuais para a cobertura de offs acerca de leis e Constituição.	A sonoridade segue a estrutura clássica de offs cobertos com imagens intercalados com sonoras.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem possui um caráter pouco fragmentado ao abordar a Lei de Migração brasileira e os entraves legais acerca da proibição da entrada de venezuelanos no Brasil.	A reportagem não apresenta grande apelo dramático. As partes que possuem maior caráter emotivo são relativas à imagens de arquivo que apresentam cenas de conflitos entre brasileiros e venezuelanos em Pacaraima.	A reportagem é a primeira, desta série temporal, a apresentar os venezuelanos enquanto indivíduos com o direito assegurado legalmente de presença no Brasil. Apesar disso, estes indivíduos ainda são vinculados ao caos com a associação destes à falta de energia no Estado de Roraima.

4. Análise:

A reportagem é a primeira, dentro do conjunto analisado, a mencionar a Lei de Migração brasileira e, por esta problematização, apresenta menor fragmentação, ao aprofunda-se mais na questão imigratória (ainda que de maneira rápida). A carga dramática é baixa, presente em cenas de arquivo que ilustram o conflito entre nacionais e imigrantes em Pacaraima. Há, de forma geral, maior apelo à razão que à emoção com a abordagem de questões legais relativas à situação. A reportagem, no entanto, vincula a presença dos venezuelanos ao caos ao associar sua presença à possível falta de energia no Estado de Roraima.

Reportagem 8: Após conflitos em Pacaraima, homens da Força Nacional chegam à Boa Vista

Data de veiculação: 20/08/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Caos/transtornos

1. Descrição:

A reportagem, realizada pela afiliada da Rede Globo em Roraima, aborda a situação em Pacaraima após os conflitos ocorridos entre nacionais e imigrantes e a chegada da Força Nacional.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 1'06" OFF (0'9") Sonora com venezuelana (2") Passagem (9") OFF (7") Sonora com brasileiro não identificado (4") Sonora com brasileira não identificada (7") OFF (15") Sonora Raimundo Nonato (11")	Rotina em Pacaraima após conflitos e chegada da Força Nacional	1.Apresentador 2.Repórter: Robson Moreira 3.Brasileiro não identificado 4. Brasileira não identificada 5. Raimundo Notato – brasileiro vítima de agressão	Não há utilização de recursos visuais gráficos.	A sonoridade segue a estrutura clássica de offs cobertos com imagens intercalados com sonoras.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem possui grande fragmentação, no entanto, em consequência de ter sido veiculada imediatamente após outra reportagem mais explicativa, não há prejuízo do entendimento dos fatos.	A reportagem não apresenta grande apelo dramático, há uma maior vinculação ao caráter racional. A dramaticidade está presente nas imagens dos conflitos e na entrevista com o	Os venezuelanos são vinculados ao caos e ameaça aos brasileiros. Na sonora da venezuelana entrevistada, além da ameaça à integridade física dos brasileiros, estes

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
	comerciante brasileiro agredido, ao afirmar que quer “terminar de criar o filho”.	indivíduos também despontam enquanto concorrência laboral. A única sonora em que uma brasileira defende a presença dos venezuelanos, é afirmado que os brasileiros “ajudam” os venezuelanos com a confecção de carteira de trabalho e outros benefícios. Ou seja: os venezuelanos são objeto de benevolência brasileira, ao invés de portadores de direitos legalmente assegurados.

4. Análise:

A reportagem, realizada pela TV Roraima, tem como objetivo mostrar o cotidiano em Pacaraima após os conflitos ocorridos entre nacionais e imigrantes. Possui grande fragmentação pois não especifica os conflitos que ocorreram e entrevista um comerciante brasileiro vítima de agressão sem explicar de que agressão se trata. A compreensão da reportagem, no entanto, não é prejudicada por ser veiculada após outra reportagem, mais explicativa, produzida pela Rede Globo.

Apesar de maior utilização do caráter racional, não há o descarte do caráter emotivo, presente em cenas de conflito e na entrevista com o brasileiro agredido, cujo rosto com hematomas e cortes choca e relata querer “terminar de criar” o filho. Não há identificação de nome e sobrenome nos caracteres da venezuelana e nem da brasileira entrevistadas. Há a identificação do comerciante, o que provoca maior aproximação do público com esta personagem. A fala do comerciante denota uma rejeição à presença dos imigrantes, e o contraditório fica à cargo da brasileira “anônima” entrevistada, que afirma que os brasileiros devem ajudar os venezuelanos confeccionando carteiras de trabalho e outros benefícios. Desta forma, os serviços prestados a estes imigrantes parecem estar atrelados à uma benevolência dos brasileiros ao invés de uma obrigação legal.

Reportagem 9: Governo Federal anuncia que vai intensificar interiorização de venezuelanos.

Data de veiculação: 21/08/2019

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Caos e transtornos

1. Descrição:

A reportagem, realizada pela afiliada da Rede Globo em Roraima, tem início com informações acerca da chegada da Força Nacional em Pacaraima. Em seguida, aborda a presença de representantes dos ministérios na fronteira e os planos para a interiorização dos venezuelanos. Posteriormente, aborda a questão da vacinação de venezuelanos e finaliza-se com o relato de uma carreata realizada por brasileiros e venezuelanos pedindo paz.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 1'36" OFF (7") Sonora com brasileiro n.i. (9") Passagem (9") OFF (14") Sonora representante da Casa Civil (6") OFF (18") Passagem (14") Sonora Cel. Hilel Zanatta (7") OFF (7")	Chegada da Força Nacional a Pacaraima, interiorização de venezuelanos, vacinação e carreata.	1.Apresentador 2.Repórter: Robson Moreira 3.Brasileiro não identificado 4. Viviane Esse – representante da Casa Civil 5. Cel. Hilel Zanata – comandante da Operação Acolhida	Não há utilização de recursos visuais gráficos.	A sonoridade segue a estrutura clássica de offs cobertos com imagens intercalados com sonoras.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem possui fragmentação alta. Várias temáticas diferentes são abordadas (presença da Força Nacional, interiorização, vacinação, carreata) e nenhuma	A reportagem não apresenta grande apelo dramático e não se concentra na emotividade.	Os representantes de instituições brasileiras assumem o papel de zeladores da ordem e segurança, organizando a distribuição de venezuelanos

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
é devidamente aprofundada.		e sua vacinação. Os imigrantes, por sua vez, representam uma ameaça pela proliferação de doenças.

4. Análise:

A reportagem é uma realização da TV Roraima e aborda diferentes temáticas: a presença da Força Nacional em Pacaraima, a interiorização dos imigrantes, a vacinação destes indivíduos e uma carreata em prol da paz. Distribuindo-se estes quatro temas pelo tempo total da reportagem (1'36"), resulta-se em cerca de 24 segundos para cada tema, o que, certamente, não permite um aprofundamento ou sequer um relato mais detalhado de cada um dos temas. Perguntas fundamentais, como: quem organizou a carreata? Para onde serão distribuídos os imigrantes? Qual será a função dos homens da Força Nacional? ficam sem resposta e prejudicam o caráter jornalístico do material. Por isso, a reportagem possui uma fragmentação extrema e aborda todos os temas de maneira superficial e incompleta. Há pouco ou nenhum apelo emotivo e os valores e identidades definem-se da seguinte forma: brasileiros, cuja participação na matéria serve para relatar medidas organizacionais parecem ser as responsáveis pela ordem e da segurança. Os venezuelanos, por sua vez, ao serem participantes da matéria principalmente quando se aborda a questão da vacinação e possibilidade de epidemias, são posicionados enquanto ameaça.

Reportagem 10: Em Roraima, moradores voltam a pedir o fechamento de fronteira com Venezuela.

Data de veiculação: 25/08/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Caos/transtornos

1. Descrição:

A reportagem, realizada pela TV Roraima, tem início com um protesto em que moradores e indígenas da região pedem maior controle do Governo Federal quanto à entrada de venezuelanos no país. Com imagens no local dos protestos, brasileiros (dois) e venezuelanos (um) participam por meio de sonora e sobe som. Em seguida, para contextualização, é retomado o início do conflito, na semana anterior, quando 1.200 venezuelanos foram expulsos após a suposta agressão a um comerciante brasileiro. A reportagem é finalizada com a menção da presença dos homens da Força Nacional na fronteira e demais medidas tomadas pelo presidente Michel Temer na região.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 1'43" OFF (16") Sonora com Jesús Level – taxua do Alto São Marcos (13") Passagem (8") OFF (3") SOBE SOM (2") Sonora com brasileira não identificada (3") OFF (7") Sonora com venezuelano (2") OFF (41")	Protestos e desavenças entre venezuelanos e brasileiros na fronteira.	1.Apresentador 2.Repórter: Érica Figueiredo 3.Jesús Level – indígena taxua do Alto São Marcos 4.Brasileira não identificada 5. Venezuelano não identificado	Não há utilização de recursos visuais gráficos.	A sonoridade segue a estrutura clássica de offs cobertos com imagens intercalados com sonoras. Durante o protesto, é realizado o recurso do Sobe Som, que revela a discussão entre brasileiros e venezuelanos.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem apresenta pouca fragmentação. Além dos protestos, o estopim, segundo a reportagem, que gerou os conflitos é apresentado (assalto a comerciante brasileiro) bem	A reportagem apresenta grande apelo ao emocional ao veicular imagens de discussões, conflitos e sonoras cujas personagens estão com o ânimo exaltado	A presença dos venezuelanos gera caos ao país. Brasileiros estão desesperados com a desordem e ameaça à saúde que os venezuelanos

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
como medidas que estão sendo adotadas pelo governo.	e, portanto, falam de maneira emocionada e em tom de voz elevado.	representam. Os imigrantes, por sua vez, estão humilhados e abalados com o comportamento dos nacionais.

4. Análise:

A reportagem é uma realização da TV Roraima. O intuito é relatar os protestos e a relação conflituosa em Pacaraima entre venezuelanos e brasileiros. Esta ação é feita de modo pouco fragmentado, uma vez que, além das imagens do protesto, a repórter retoma o que é considerado o estopim dos conflitos (assalto a brasileiro por venezuelano) e medidas que estão sendo adotadas pelo Governo Federal.

A reportagem possui grande apelo emotivo ao colocar o telespectador “no local do conflito” com imagens de discussões e o recurso de Sobe som, que permite a participação de quem assiste a reportagem na desavença. A maior parte de enunciadores é de brasileiros (três, com a repórter) contra um enunciador venezuelano, que possui dois segundos de fala. A reportagem define os brasileiros enquanto extremamente angustiados com a ameaça à paz e à saúde representada pelos venezuelanos, enquanto estes aparecem enquanto humilhados e decepcionados com o comportamento brasileiro.

Reportagem 11: Voluntários fazem mutirão em Boa Vista para ajudar no atendimento médico a venezuelanos

Data de veiculação: 27/08/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Vitimização

1. Descrição:

A reportagem tem início com a apresentação de uma venezuelana grávida e que dará à luz no Brasil. Em seguida, é mostrada a consulta da personagem, que é atendida em um mutirão com voluntários da área da saúde. Uma das voluntárias é

entrevistada. Em seguida, é apresentado um levantamento dos atendimentos aos venezuelanos, e a reportagem é finalizada com a menção do processo de interiorização e da saúde destes indivíduos a serem interiorizados.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 1'31" OFF (14") Sonora com venezuelana sem G.C. (2") OFF (13") Sonora Ana Isaura Correa – enfermeira (5") Passagem: Érica Figueiredo (18") OFF (20") Sonora com Kleber Morais presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (17")	Saúde e venezuelanos	1.Apresentador 2.Repórter: Érica Figueiredo 3. Venezuelana não identificada por G.C. 4Ana Isaura Correa – enfermeira voluntária 5. Kleber Morais – presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.	Recurso gráfico é utilizado para retratar o aumento no número de venezuelanos que utilizam recursos da saúde.	A sonoridade segue a estrutura clássica de offs cobertos com imagens intercalados com sonoras e passagem.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem apresenta fragmentação moderada, pois traz dados e contextualiza a situação, ainda que de forma sucinta.	A reportagem apresenta baixa dramaticidade.	Os venezuelanos possuem a saúde comprometida e causam riscos aos brasileiros, que, mesmo assim, tentar ajudar os imigrantes.

4. Análise:

A reportagem é uma realização da afiliada da TV Roraima. O intuito é noticiar um mutirão para atender aos venezuelanos ingressos em Roraima. A fragmentação é moderada, pois o material apresenta dados numéricos acerca da utilização de serviços de saúde por venezuelanos e uma breve contextualização. Os maiores

enunciadores são brasileiros e há a utilização de uma personagem venezuelana, mas cuja fala, de apenas dois segundos, não permite um maior aprofundamento em sua identidade.

A dramaticidade da reportagem é baixa, evocando mais o aspecto racional que emocional. A reiteração de que venezuelanos entram no Brasil com um estado de saúde deteriorado reforça o medo e posicionamento dos imigrantes enquanto ameaça. Aos brasileiros cabe a ajuda e organização para a proteção da saúde de imigrantes e nacionais.

Reportagem 12: Quase 200 venezuelanos são transferidos de Roraima

Data de veiculação: 20/08/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Caos e transtornos

1. Descrição:

A reportagem tem início com a apresentação de dois personagens que serão interiorizados. Em seguida, passa a explicar o processo de interiorização, com informações sobre Estados que os receberão e número de indivíduos. Na continuidade, afirma-se que os imigrantes foram vacinados e que possuem documentos brasileiros, como CPF e carteira de trabalho. Na finalização do material a repórter informa o número de venezuelanos que pediram refúgio no Brasil nos últimos dois anos e apresenta um venezuelano com a família, que será encaminhado para João Pessoa na Paraíba.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 1'33" OFF (20") Sonora com venezuelano não identificado no G.C. (4") OFF (3") Sonora com	Interiorização de venezuelanos	1. Apresentador 2. Repórter: Érica Figueiredo 3. Venezuelano não identificado por G.C. 4. Venezuelana não identificada no G.C. 5. Venezuelano não	Recurso gráfico com um mapa é utilizado para mostrar as rotas dos venezuelanos	A sonoridade segue a estrutura clássica de offs cobertos com imagens intercalados com sonoras e

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
venezuela não identificada por G.C. (1") OFF: (35") Passagem (13") OFF (11") Sonora com venezuelano não identificado no G.C. (2") OFF: (12") Sonora com venezuelano não identificado no G.C. (2")		identificado no G.C.		passagem.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem apresenta fragmentação moderada, pois traz alguns dados numéricos e faz uma breve contextualização.	A reportagem apresenta dramaticidade ao utilizar três personagens venezuelanos. Como não há nenhum aprofundamento nestes, sem sequer com menção do nome completo ou profissão, a utilização destas pessoas tem mais um caráter dramático do que, de fato, aprofundar-se em quem são estes imigrantes que estão no Brasil	Há a vinculação dos venezuelanos ao caráter de ameaça ao mencionar que os interiorizados "já estão vacinados", ou seja, apesar de perigosos, estes não apresentam riscos. Há ainda a ideia de que estão de espalhando pelo país e entrando cada vez mais no Brasil.

4. Análise:

A reportagem é realizada pela afiliada da TV Roraima. Além da repórter, os únicos enunciadores são venezuelanos, porém, suas falas não passam de dois segundos cada. Apresentados de forma superficial (a repórter fala o primeiro nome no texto em OFF, mas não há a identificação clássica de nome, sobrenome e profissão nos GC's), as falas são repetitivas (dificuldade e busca por emprego) e nada dizem acerca da trajetória de cada um ou de fato quem são estes imigrantes. Dessa forma, a utilização destes personagens está mais atrelada à uma estratégia de dramaticidade do que, de fato, no interesse em identificar e aproximar estes personagens.

A utilização gráfica de um mapa reforça a ideia de distribuição, “espalhamento” destes indivíduos pelo país. Em conjunto com a menção de que estes indivíduos que estão sendo interiorizados “foram vacinados” e a menção do número crescente de entrada de venezuelanos no país nos últimos anos, a reportagem tende a posicionar estes imigrantes enquanto ameaça.

Reportagem 13: Brasileiro e venezuelano morrem em confusão após furto à mercado de Boa Vista

Data de veiculação: 07/09/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Caos e transtornos

1. Descrição:

A reportagem tem início com a passagem da repórter, que informa sobre o crime. As informações são cobertas por imagens de arquivo, fotos, e imagens do local da agressão e fachada de hospital.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 45” Passagem (45”)	Morte de brasileiro e venezuelano	1.Apresentador 2.Repórter: Érica Figueiredo	Não há a utilização de recursos gráficos. Fotos, imagens de arquivo e imagens de apoio cobrem algumas partes da passagem da repórter.	A sonoridade segue a estrutura clássica de offs cobertos com imagens, mas com ausência de sonoras.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem apresenta fragmentação elevada, pois, em função da rapidez (quarenta e	A reportagem apresenta pouca carga dramática pois, em função da ausência de	Os venezuelanos representam ameaça, pois cometem crimes no Brasil.

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
cinco segundos de duração), não aborda conflitos anteriores e nem se utiliza de entrevistas.	entrevistas, possui maior caráter racional que emocional.	

4. Análise:

A reportagem é realizada pela afiliada da Rede Globo em Roraima. Os únicos enunciadores são o apresentador em estúdio, que introduz a reportagem, e a repórter. Há ainda um terceiro enunciador, oculto, presente na fala da repórter ao afirmar que “os moradores querem a saída dos venezuelanos”. Desta forma, os únicos envolvidos na narrativa que não são enunciadores são os venezuelanos. Com o ocorrido, venezuelanos são vinculados ao caráter de ameaça, pois são violentos e cometem crimes no Brasil.

Reportagem 14: Venezuelanos começam a voltar pra casa depois que tensão em Boa Vista aumentou.

Data da veiculação: 08/09/2018

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

Classificação do enquadramento: Caos e transtornos

1. Descrição:

A reportagem tem início com a descrição do maior abrigo da cidade (Jardim Floresta), em que há seiscentos imigrantes alojados, mas que está lotado e, por isto, formam-se acampamentos ao seu redor, com pessoas à espera de uma vaga. Em seguida, há imagens de caos, gritos e conflitos, com a entrada de um grupo à força, o que reforça o aspecto de confusão e falta de controle. Um venezuelano é brevemente entrevistado e, em off, a repórter informa que este entrou no abrigo porque corria perigo. Em sequência, a repórter faz a passagem em frente à um ônibus com venezuelanos que estão voltando para o país de origem, segundo a profissional, em função do medo dos conflitos. Afirma ainda que o consulado da Venezuela está acompanhando o movimento e que a viagem de volta é custeada por Organização Sociais e Não Governamentais. Posteriormente, um venezuelano é

brevemente entrevistado e afirma estar com medo. A reportagem, então, mostra semblantes tristes no ônibus e explica que os conflitos tiveram origem após o assassinato de um comerciante brasileiro por um venezuelano. Por fim, a repórter entrevista um brasileiro que afirma viver em um clima de terror e relata o protesto realizado por amigos e familiares do brasileiro morto.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 1'48" OFF (37") Sonora com venezuelano não identificado (2") OFF (12") Passagem (17") OFF (3") Sonora com venezuelano não identificado (3") OFF (25") Sonora com brasileiro não identificado (2") OFF (8")	Volta de imigrantes para a Venezuela em decorrência de conflitos no Brasil	1. Apresentador 2. Repórter: Érica Figueiredo 3. Venezuelano não identificado 4. Venezuelano não identificado 5. Brasileiro não identificado	Não há a utilização de recursos gráficos.	A sonoridade segue a estrutura clássica de offs cobertos com imagens intercalados com sonoras. Há o recurso de Sobe Som em cenas de conflitos em acampamentos em meio a alguns OFFs.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem não apresenta grande fragmentação, pois realiza breve contextualização dos acontecimentos, mas deixa de lado aspectos importantes, como por exemplo conflitos prévios que já vinham acontecendo antes da morte dos brasileiros, a posição do Poder Público e as consequências deste retorno dos venezuelanos ao país de origem	A reportagem apresenta grande carga dramática, em função das múltiplas imagens e narração de conflitos, além de planos-detelhe em rostos visivelmente angustiados de venezuelanos que estão voltando para o país de origem.	Os Brasil, aparentemente, não é um lugar que comporte os venezuelanos. A presença destes indivíduos gera caos e insegurança tanto para nacionais quanto para imigrantes.

4. Análise:

A reportagem é realizada pela TV Roraima. Apesar de breve contextualização, faltam algumas informações importantes, como uma maior problematização dos conflitos entre nacionais e imigrantes que, apesar de agravada com a morte do brasileiro, já existia antes da tragédia. Também não há o posicionamento do Poder Público acerca desta partida e nem aspectos legais quanto à esta situação migratória no Brasil (não seria possível levar estes imigrantes a outros Estados? Por que isto não foi feito?).

A reportagem apresenta alta carga dramática, com imagens dos conflitos no momento em que ocorrem e a visível apreensão dos venezuelanos que voltam para o país originário. Desta forma, a reportagem define que o Brasil aparentemente, não é um lugar que não possui estrutura para receber os venezuelanos, cuja presença gera caos e traz insegurança para ambos os grupos.

4.2 ANÁLISE DAS REPORTAGENS SOBRE A VENEZUELA

Nota coberta 15: Venezuela reabre mercado de câmbio

Data da veiculação: 03/08/2018

Gênero: Informativo

Formato: Nota coberta

1. Descrição:

Nota lida em estúdio, coberta por imagens, acerca da reabertura de casas de câmbio, cuja atividade era realizada, nos 15 anos anteriores, pelo governo. Em seguida há informações acerca da proporção entre a moeda venezuelana (Bolívar) e a estadunidense (Dólar). A nota é encerrada com a informação de que a moeda da Venezuela perderá cinco zeros.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 28"	Reabertura do	1.Apresentadora	Cobertura parcial	A sonoridade

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Nota: 28"	mercado de casas de câmbio.	(Renata Vasoncellos)	da nota com imagens de casas de câmbio, reunião aparentemente política, contagem de notas.	segue a estrutura clássica de nota coberta.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A fragmentação é grande e característica do formato nota: a notícia relatada de forma sucinta, sem aprofundamento.	A dramaticidade está presente no vocabulário utilizado pela apresentadora, que apresenta um juízo de valor acerca da medida venezuelana: "uma tentativa desesperada de aquecer a economia"	A economia venezuelana está frágil e os venezuelanos, desesperados.

4. Análise:

O material jornalístico apresenta grande fragmentação, em função da própria característica do formato nota: a notícia de maneira sucinta, sem grandes detalhes ou aprofundamento. Neste caso específico, houve a opção pela adjetivação da medida do governo venezuelano enquanto desesperada, o que caracteriza os venezuelanos enquanto desesperados e com a economia frágil.

Nota coberta 16: Governo da Venezuela diz que o presidente Nicolás Maduro escapou de um atentado.

Gênero: Informativo

Formato: Nota coberta

1. Descrição:

Nota lida em estúdio, coberta por imagens, sobre a saída, às pressas, de um evento em comemoração aos 81 anos da Guarda Bolivariana, no centro de Caracas, em função da tentativa de ataque com drones explosivos.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 38" Nota: 38"	Atentado à presidente Nicolás Maduro	1.Apresentadora (Monalisa Perrone)	Cobertura parcial da nota com imagens da cerimônia e do caos após a explosão dos drones.	A sonoridade segue a estrutura clássica de nota coberta, com a voz da apresentadora sobrepujada por imagens.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A fragmentação é grande e característica do formato nota: a notícia relatada de forma sucinta, sem aprofundamento.	A dramaticidade está presente nas cenas do momento do ataque e do caos e correria no local.	A Venezuela é um país inseguro e caótico

4. Análise:

O material jornalístico apresenta grande fragmentação, em função da própria característica do formato nota: a notícia de maneira sucinta, sem grandes detalhes ou aprofundamento. Nesta, a dramaticidade está presente nas cenas do ataque e da apreensão e correria no local. Desta forma, a Venezuela é associada à insegurança e ao caos.

Reportagem 17: Venezuelanos enfretam longas filas para sacar dinheiro

Data de veiculação: 21/08/18

Gênero: Informativo

Formato: Reportagem

1. Descrição:

Reportagem sem sonoras, que contém apenas off coberto por imagens da Venezuela e texto verbal acerca da implementação da nova moeda venezuelana e suas consequências.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 2'00" OFF (1'28") Passagem (32")	Mudança da moeda venezuelana	1. Apresentadora (Monalisa Perrone) 2. Repórter (Délis Ortiz)	Ausência de recursos gráficos, o off da repórter é coberto por imagens condizentes com o texto verbal.	A sonoridade se diferencia da estrutura clássica de reportagem em função da ausência de sonoras.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A reportagem apresenta grande fragmentação. Não há aprofundamento na questão econômica do país.	A dramaticidade da reportagem está presente no texto verbal: "a nova moeda [...] está embaralhando a cabeça dos venezuelanos. "fizeram filas enormes para sacar dinheiro" "até ontem era necessária uma montanha de dinheiro [...] para comprar um franguinho. O reforço à dramaticidade está nas imagens (filas e pilhas de notas de dinheiro que representam montante necessário para comprar alimentos.	Situação econômica da Venezuela está caótica e não há perspectiva de melhora.

4. Análise:

O material jornalístico apresenta grande fragmentação, uma vez que não há aprofundamento na questão econômica, objeto da reportagem. Não há sonoras,

tornando a repórter e a apresentadora em estúdio as únicas enunciatórias do conteúdo. Há a associação da Venezuela ao caos econômico e distância de solução.

Nota coberta 18: Governo peruano dificulta a entrada de imigrantes da Venezuela

Data de veiculação: 25/08/18

Gênero: Informativo

Formato: Nota coberta

1. Descrição:

Nota lida em estúdio, coberta por imagens, acerca do início da exigência dos passaportes de venezuelanos para a entrada no Peru, ao invés da apresentação de cédula de identidade. Há a informação de que, segundo o governo peruano, não se trata de um fechamento da fronteira, mas maior exigência para evitar a utilização de documentos falsos. A nota é encerrada com dados numéricos acerca da imigração venezuelana no Peru e com a informação da proibição da exigência so passaporte no Equador.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 38" Nota: 38"	Exigências de demais países aos imigrantes venezuelanos	1.Apresentadora (Ana Paula Araújo)	Cobertura parcial da nota com imagens de filas, documentos, postos de imigração	A sonoridade segue a estrutura clássica de nota coberta.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A fragmentação é grande e característica do formato nota: a notícia relatada de forma sucinta, sem aprofundamento.	A reportagem está presente no vocabulário da apresentadora, quando afirma que os venezuelanos "fogem da fome e crise econômica" em combinação com imagem de mãe com	Venezuelanos fogem da fome e crise econômica e não são desejados por demais países.

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
	bebê no colo sentada no chão, filas e caminhadas noturnas	

4. Análise:

O material jornalístico apresenta grande fragmentação, em função da própria característica do formato nota: a notícia de maneira sucinta, sem grandes detalhes ou aprofundamento. A informação do aumento de exigências para a entrada de imigrantes venezuelanos os associa à rejeição.

Nota seca 19: Governo americano teve reuniões secretas com venezuelanos que queriam depor Maduro.

Data de veiculação: 08/09/18

Gênero: Informativo

Formato: Nota coberta

1. Descrição:

Nota lida em estúdio, sem cobertura por imagens, acerca da informação divulgada pelo jornal The New York Times de que o governo americano se reuniu secretamente com militares e rebeldes americanos que queriam a queda de Nicolás Maduro. Ao final da nota, o apresentador apresenta a nota-resposta da Casa Branca, que afirmou considerar importante a reunião com indivíduos que prezam pela democracia no país.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 34" Nota: 34"	Reunião de venezuelanos da oposição a Maduro com governo estadunidense	1. Apresentador (Rodrigo Boccadi)	Ausência de cobertura por imagens, figura do apresentador com bandeira da Venezuela e Estados Unidos ao fundo.	A sonoridade segue a estrutura clássica de nota coberta.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A fragmentação é grande e característica do formato nota: a notícia relatada de forma sucinta, sem aprofundamento.	A reportagem possui pouca dramatização, atrelando-se mais ao caráter racional ao emocional.	Governo de Nicolás Maduro representa a ausência da democracia, Estados Unidos lutam por esta característica nos demais países.

4. Análise:

O material jornalístico apresenta grande fragmentação, em função da própria característica do formato nota: a notícia de maneira sucinta, sem grandes detalhes ou aprofundamento. São enunciadores o apresentador e a Casa Branca estadunidense que, por meio de nota-resposta, informa achar importante o diálogo com aqueles que lutam pela democracia. Dessa forma, governo venezuelano é associado à ausência de democracia e Estados Unidos lutam por esta nos demais países.

Nota coberta 20: Nicolás Maduro janta em restaurante sofisticado e gera revolta na Venezuela.

Data de veiculação: 18/09/2018

Gênero: Informativo

Formato: Nota coberta

1. Descrição:

A nota coberta lida em estúdio, com a narração coberta por imagens acerca do presidente Nicolás Maduro em jantar em restaurante aparentemente sofisticado. Em seguida, a narradora afirma que as cenas geraram protesto em função da fome e emagrecimento estatístico da população venezuelana.

2. Análise Televisual I:

ESTRUTURA DO TEXTO	TEMÁTICA	ENUNCIADORES	VISUALIDADE	SOM
Duração: 35" Nota: 35"	Polêmica em função de jantar luxuoso de presidente Nicolás Maduro	1.Apresentadora (Renata Vasconcellos)	Cobertura por imagens do presidente em restaurante luxuoso.	A sonoridade segue a estrutura clássica de nota coberta.

3. Análise televisual II:

ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO	DRAMATIZAÇÃO	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADES E VALORES
A fragmentação é grande e característica do formato nota: a notícia relatada de forma sucinta, sem aprofundamento.	A dramatização da reportagem faz-se presente com as cenas do presidente em restaurante luxuoso e com fartura de alimentos enquanto a apresentadora lê texto que revela a fome e emagrecimento estatístico da população venezuelana.	Venezuelanos passam fome e necessidades e o presidente do país encontra-se à parte desta realidade.

4. Análise:

O material jornalístico apresenta grande fragmentação, em função da própria característica do formato nota: a notícia de maneira sucinta, sem grandes detalhes ou aprofundamento. Ao contrastar as imagens do presidente em restaurante luxuoso e farto com texto que informa acerca do emagrecimento estatístico da população em função da fome, a reportagem define que venezuelanos passam fome e necessidades e o presidente do país encontra-se à parte desta realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto nessa investigação sobre as possíveis relações do modo como são veiculadas as notícias sobre a imigração venezuelana, especificamente no *Jornal Nacional* em período definido do ano de 2018 (quando houve um crescimento intenso desse movimento), foi desenvolvido a partir de uma metodologia qualitativa, a partir de técnicas de análise televisual contendo os seguintes fatores: estrutura do texto, temática, enunciadores, visualidade, som, análise da fragmentação, dramatização para definição de identidades e valores.

Desde essa trajetória, as considerações finais permitem observar que todos os produtos jornalísticos encontrados sobre a imigração venezuelana no *Jornal Nacional* pertencem ao gênero informativo e ao formato reportagem. Isso permite demonstrar que nove anos após a pesquisa desenvolvida por Henriques e Leite (2018), que apontou a predominância desse mesmo gênero e formato, evidencia-se uma permanência das características descritas ao constatarem que, no noticioso, predominava o gênero informativo como forma do jornal se distanciar de conteúdos que pudessem ser considerados enquanto representativos de uma opinião organizacional.

A maioria das reportagens foi produzida em parceria ou apenas pela afiliada local, TV Roraima, o que demonstra a continuidade do sistema de parceria entre *Jornal Nacional* e conteúdos produzidos por afiliadas mas, também, um aspecto específico: nas grandes tragédias ou situações de grande apelo nacional é comum a editoria do telejornal deslocar equipe/s para cobertura local. A ausência desde deslocamento, não obstante as dificuldades de acesso a Roraima e a os locais onde ocorrerem os principais conflitos, mostra que a Rede viu a questão como um assunto menor ou, pelo menos, tão disperso temporalmente que não merecia esse investimento.

A maioria das reportagens segue o formato clássico, dividindo-se em *offs*, sonoras e passagens; e uma grande fragmentação, em especial pelas reportagens produzidas pela afiliada. As reportagens produzidas por repórteres da Rede Globo apresentaram-se menos fragmentadas, com uma maior contextualização e englobando múltiplos aspectos, como medidas governamentais, questões políticas, etc.

O enquadramento das reportagens acerca da imigração venezuelana transita entre a *criminalização*, a *caotização* (sendo os imigrantes geradores de caos e transtornos) e a *vitimização*. Dentre as quatorze reportagens analisadas, treze foram classificadas no enquadramento “caos e transtornos”, duas no enquadramento “criminalização” (nestas reportagens houve uma dupla classificação, pois, simultaneamente, também houve o enquadramento “caos e transtornos”) e uma foi classificada no enquadramento “vitimização”. Esse padrão assemelha-se ao observado por Cogo (Apêndice A) ao analisar a relação entre produtos jornalísticos e a imigração de haitianos, o que demonstra que há uma padronização no enquadramento acerca de imigrações provenientes de países economicamente vulneráveis e cuja população possui características de grupos e etnias historicamente rejeitados no país, como negros e indígenas.

O caráter de “caos e transtornos” dos enquadramentos identificados é fomentado pela repetida menção à possibilidade de transmissão de doenças por parte desses indivíduos, presente em quatro reportagens analisadas em que, quando não há a responsabilização direta pela transmissão de doenças, menciona-se que já estão ou que serão todos compulsoriamente vacinados. A relação ao caos e ao transtorno também está presente na constante menção à busca por trabalho por parte desses indivíduos, o que tende a despertar o sentimento de concorrência com os nacionais, além da repetida divulgação de conflitos e aglomerações na fronteira, em abrigos e em cidades de Roraima, tanto em imagens quanto no discurso verbal, nas narrativas acerca da falta de espaço, de emprego e de condições do país em recebê-los.

Além do enquadramento de “caos e transtornos”, a vitimização destes imigrantes está presente nas narrativas de que passam fome, dormem no chão e dependem da benevolência dos brasileiros para sobreviver, o que posiciona os brasileiros enquanto heróis cuja caridade inclui salvar a vida destes indivíduos, mesmo com todo o caos gerado no país em decorrência disso. Sobre a matéria enquadrada como vitimização, foi considerada a questão política econômica da Venezuela. Cabem aqui, considerações sobre essa questão: Efetivamente, esses imigrantes, por sua própria condição social, se encontram em situação de vulnerabilidade. Porém, reduzi-los apenas à caracterização de “necessitados” certamente não contribui para que a relação entre nacionais e imigrantes se desenvolva amparada nas concepções humanitárias de deslocamentos

transnacionais, em que o outro seja visto em suas múltiplas contribuições, sejam culturais, laborais etc. Se destacou que eles representam um problema pois concorrem com os locais/nacionais no acesso aos serviços públicos?

O enquadramento de criminalização (cuja classificação deu-se em conjunto com a classificação de “caos e transtornos”, mas que se diferencia deste último enquadramento à medida em que o “caos e transtornos” podem ser resultado da mera presença, sem necessariamente uma ação intencional do imigrante de prejudicar o país hospedeiro), está presente em duas das reportagens analisadas e foi classificado à medida em que identificou-se a vinculação de imigrantes venezuelanos à possível prática de crimes. Não há a contextualização sobre o porquê ou possíveis porquês do cometimento desses crimes. Para Medeiros (2009), a banalização, ou a abordagem da violência de maneira superficial e descontextualizada como nesse caso, contribui para a violência tecnorracionalista, que resulta em uma perda de sensibilidade social, extremamente prejudicial ao grupo migratório retratado em tais reportagens.

Nenhuma das reportagens analisadas foi classificada em “hábitos culturais” ou “contribuição para o país”, e, tampouco, foi identificada alguma menção aos benefícios econômicos ou em termos de mão de obra especializada trazidos ao país em decorrência da entrada dos venezuelanos, tampouco o aprofundamento em sua cultura, características, história, entre outros, o que revela que o valor-notícia atribuído pelo Jornal Nacional prioriza conflitos, violência, doenças e calamidade pública.

A tendência ao desconhecimento desses imigrantes de maneira personalizada, que geraria uma proximidade maior com estes indivíduos, pode ser observada por meio da análise televisual. Os imigrantes são retratados de maneira despersonalizada, inclusive, em quase todas as sonoras, com a ausência dos caracteres típicos utilizados para os demais entrevistados oficiais e para o próprio repórter que identificam o nome e a profissão dos entrevistados (nome e cidade, no caso do repórter). Na maioria das sonoras escolhidas para os venezuelanos houve a menção da busca pelo emprego no Brasil, o que, considerando-se a noticiada alta taxa de desemprego no país, tende a gerar ‘sentimentos’ de aumento da concorrência e competição, condições essas que, historicamente, fundamentaram processos de xenofobia em outros países regidos pelo sistema social capitalista.

Os produtos jornalísticos sobre a Venezuela veiculados no mesmo período de tempo, por sua vez, apresentam, assim, em predominância o formato nota, totalizando cinco notas e uma reportagem. Essa constatação permite a conclusão de que há uma maior intenção de trazer ao conhecimento o caos no país do que de fato que o telespectador compreenda as dinâmicas e processos que resultaram nas características da Venezuela à época das narrativas estudadas, uma vez que esta é a principal característica do formato nota: noticiar rapidamente, sem aprofundamento nos meandros da notícia. Esse formato, inclusive, é geralmente utilizado para o noticiamento quase simultâneo a acontecimentos importantes, mas que ainda não houve a apuração de mais informações, como a queda recente de um avião, por exemplo. O formato escolhido pelo telejornal para caracterizar a Venezuela soma-se às reportagens acerca da imigração venezuelana no país na construção da imagem destes indivíduos, nesse caso, relacionando sua origem ao caos e falência.

Não houve, nas reportagens analisadas, a menção direta aos Direitos Humanos ou dos direitos que esses imigrantes possuem no Brasil, em um momento propício para aproximação da população ao tema. Esta omissão torna-se mais grave em dois momentos relevantes: quando não há o debate sobre a ilegalidade do decreto que restringia o acesso dos venezuelanos a serviços públicos do estado (apesar da reportagem mencionar que o decreto foi questionado e posteriormente revogado, não esclarece por que, qual lei foi infringida, como está regulamentada esta questão no Brasil), assim como não há este aprofundamento acerca do fechamento da fronteira, que inclusive fica em segundo plano na reportagem (cujo destaque está para a revogação, por parte do mesmo juiz, da restrição ao acesso aos serviços públicos).

A série de reportagens analisadas, portanto, não contribui para o estímulo da relação entre nacionais e imigrantes como proposta pela DUDH (distancia-se da ideia de cidadania transnacional, ou cidadania universal) e, tampouco, para o exercício da cidadania dos imigrantes venezuelanos no Brasil, uma vez que o posicionamento destes imigrantes como ameaça ou, na condição de vítimas e inferiores, não colabora para a diminuição do preconceito e xenofobia, o que, como já abordado neste trabalho, tende a afetar tanto os direitos civis quanto políticos (que, apesar de restritos, poderiam ser reivindicados tanto por imigrantes quanto pelos próprios nacionais, conscientes dos direitos do outro) e sociais.

No contexto nacional, o recorte selecionado coincidiu com o período de campanha presidencial, cujas eleições aconteceriam em outubro do mesmo ano. A cobertura analisada pode ter relação com o sufrágio? Bauman (2017) reconhece que a instauração do pânico faz parte da estratégia de políticos, que se beneficiam destas situações para a autopromoção:

Os governos não estão interessados em aliviar as ansiedades de seus cidadãos. Estão interessados, isto sim, em alimentar a ansiedade que nasce da incerteza quanto ao futuro e do constante e ubíquo sentimento de insegurança, desde que as raízes dessa insegurança possam ser ancoradas em lugares que forneçam amplas oportunidades fotográficas para os ministros tensionarem seus músculos [...] (BAUMAN, 2017, p. 33)

Transpondo a informação de Bauman (2017) para o período eleitoral, é possível constatar-se que, diante do enquadramento midiático desfavorável em relação à imigração, tende-se a beneficiar-se o candidato com posição mais combativa e menos tolerante em relação à questão, neste caso, Jair Bolsonaro (PSL), com discurso mais restritivo à imigração (SOARES, 2018). Durante discursos eleitorais por parte do então candidato, inclusive, a Venezuela foi utilizada como exemplo de falência do governo de esquerda, em uma espécie de alerta aos eleitores de que, em caso de eleição de um governo esquerdista, o Brasil se encaminharia para a mesma situação econômica do país vizinho. Nesse sentido, as reportagens veiculadas reforçavam essa percepção, demonizando os governos considerados mais a esquerda.

Este benefício pode parecer contraditório tendo em vista a relação conflituosa que se estabeleceu entre o referido candidato e a Rede Globo de Televisão (DIMENSTEIN, 2019). Este fator, no entanto, reforça a Teoria Interacionista, que fundamenta, teoricamente, essa pesquisa realizada ao reconhecer a complexidade envolvida na construção das notícias. Contrariando a Teoria Organizacional e a Teoria das Ações Políticas, que sistematizam as notícias como produto de uma manipulação intencional da empresa, organização, jornalistas, ou da visão política dos envolvidos em sua produção. Para a Teoria Interacionista, esses diversos fatores vão além de uma intencionalidade ideológica dos produtores ou empresas, como ordem do espaço e do tempo (TRAQUINA, 2004). Esta complexidade fica demonstrada no caso estudado, em que a aparente contradição revela o quanto a multiplicidade de fatores envolvidos na construção das notícias influenciam o

produto final e possibilitam outros processos de construção de novas formas de representação do real mediadas por um meio de comunicação e seus modos de apropriação sobre um fenômeno que tem caracterizado a constituição da própria sociedade brasileira: a imigração.

Considerado estes pontos, é possível responder que as reportagens veiculadas entre julho e setembro de 2018, no Jornal Nacional, sobre a imigração venezuelana no Brasil se relacionam com a cidadania e os Direitos Humanos destes estrangeiros porque, ao priorizarem-se enquadramentos negativos, vinculam a presença dos imigrantes a um fator negativo para o país, o que possui influência nas práticas sociais que afetam diretamente os imigrantes, como seu direito de ir e vir, atendimento médico, seleções de emprego, relações sociais no trabalho, na escola, entre outros convívios que são relativos aos direitos civis e sociais dos imigrantes. O Jornal Nacional possui grande qualidade técnica, imagética e jornalística e reconhece-se aqui que não seria possível ignorar os enquadramentos de conflitos referentes a essa corrente migratória no Brasil. Porém, extinguir enquadramentos que sejam voltados para os fatores positivos, ou para o conhecimento de quem são esses indivíduos para além da condição de imigrantes deste início de século e, nessas condições analisadas, compromete a condição de cumprimento da principal função social da imprensa para a consolidação de práticas sociais voltadas para o exercício dos direitos humanos com práticas de cidadania global.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. Além do Equador: A história da mídia audiovisual em Roraima. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., 2008, Niterói. *Anais...* Niterói: 2008, 1-12.

ASSIS, F.; MARQUES DE MELO, J. Gêneros e Formatos Jornalísticos: Um Modelo Classificatório. **Intercom RBC**, São Paulo, v. 39, n.1, p. 39-56, jan.-abr. 2016.

BAUMAN, Z. **Estranhos à Nossa Porta**. Rio de Janeiro: Zaar, 2017.

BECKER, B. Mídia e Jornalismo como Formas de Conhecimento: Uma Metodologia para Leitura Crítica das Narrativas Audiovisuais. **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n. 2 jan./jun. 2012.

BÉRMUDEZ, A. Como o Governo Trump está Limitando também a Imigração Legal nos EUA. In: **BBC News Mundo**, 13 set. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45495044>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOTELHO, J. C. A. A democracia na Venezuela da Era Chavista. **Aurora**, ano II, n. 2, p. 18-25, jun. 2008.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº. 6.815 de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de agosto de 1980.

CAMARGO, R. P. A. **Imigração Internacional e Cidadania: O Problema da Ausência de Cidadania Política para os Imigrantes**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

CAMPOS, G. B. **Dois Séculos de Imigração no Brasil** – A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

CANELA, G. A Cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate. In: CANELA, G. **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 10-30.

CAPPARELLI, S.; LIMA, V. **Comunicação e Televisão: Desafios da Pós-Globalização**. São Paulo: Hacker, 2004.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, F. F. Sistemas de Comunicação na Amazônia. **Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos**, v. 14, n. 3, p. 179-191, set./dez. 2012.

COSTA, M. M. M.; REUSCH, P. T. Migrações internacionais (Soberania, Direitos Humanos e Cidadania). Passagens. **Revista Internacional de História, Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 275-292, mai./ago. 2016.

DALLARI, D. A. Um Breve Histórico dos Direitos Humanos. In: CARVALHO, J. S. (org). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 19-42.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 de Dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DIMENSTEIN, G. Bolsonaro Provoca Briga da Globo contra SBT, Rede TV! E Record. In: **Catraca-Livre**, 21 jan. 2019. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/colunas/dimenstein/bolsonaro-provoca-briga-da-globo-contrasbt-redetv-e-record/>>. Acesso em: jan. 2019.

ELHAJJI, M. Mapas subjetivos de um mundo em movimento: Migrações, mídia étnica e identidade transnacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 23., 2010, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul, 2010, 1-17.

ELHAJJI, M. Migrantes, uma minoria transnacional em busca de cidadania universal. **Interin**, v. 22, n. 1, jan./jun. 2017.

ELHAJJI, M; ESCUDERO, C. Webdiáspora: Migrações, TIC's e Memória Coletiva. **Revista Observatório**, v. 2, n. 5, set./dez. 2016.

ELHAJJI, M.; ESCUDERO, C. A Contribuição da Comunicação para os Estudos Migratórios. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación (ALAIIC)**, v. 14, n. 26. 2017.

FÉLIX, J.; COSTA, E. Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz exército. In: **G1**, 19 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/rroraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghml>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FRANCISCATO, C. E.; GÓES, J. C. Contribuições para a Teoria do Enquadramento para Compreender o Sensacionalismo no Jornalismo. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 11, n. 22, 2012.

FRANCO, M. Venezuela: Veja Perguntas e Respostas para Entender a Crise. In: **G1**, 3 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/venezuela-veja-perguntas-e-respostas-para-entender-crise.html>>. Acesso em: dez. 2018.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala** – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. Global editora, 2003.

GENTILLI, V. O Conceito de Cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação. **Revista FAMECOS – mídia, cultura e tecnologia**, v. 9, n. 19, 2002.

GLOBOPLAY. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/>>. 2018. Acesso em: mai. 2018.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, I. M. M. Modo de endereçamento no telejornalismo do horário nobre brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/74277217742772103772621605140235486090.pdf>>. Acesso em: out. 2018.

GOMES, M. O conceito de enquadramento noticioso nos estudos publicados em periódicos científicos (2013-2016). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. *Anais...* Curitiba: 2017.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

G1. Confira a história do JN. In: **G1**, 12 abr. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/04/confira-historia-do-jn.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

G1. Foto chocante de menino morto revela crueldade de crise migratória. In: **G1**, 2 set. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/foto-chocante-de-menino-morto-vira-simbolo-da-crise-migratoria-europeia.html>>. Acesso em: dez. 2018.

HENRIQUES, R. S. P.; LEITE, J. B. Gêneros televisivos, referência e atualização: o Jornal Nacional e o Balanço Geral ES. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 17, n. 33, 2018.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936.

JARDIM, T. M. A lei migratória e a inovação de paradigmas. **Refúgio, Migrações e Cidadania – Caderno Debates**, Brasília, v. 12, n. 12, 2017.

JODELET, D. A alteridade como processo e pro-duto psicossocial. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 47-67

LASSWELL, H. D. A Estrutura e a Função da Comunicação na Sociedade. In: COHN, G. (org). **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1977, p.105-117.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, p. 49-90, 1974.

MARQUES DE MELO, J. **A opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis. Vozes, 1985.

MARQUES, M. Suspeito de assassinar brasileiro, venezuelano é morto a pauladas em Roraima. In: **O Globo**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/suspeito-de-assassinar-brasileiro-venezuelano-morto-pauladas-em-roraima-23050893>>. Acesso em: 25 out. 2018.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINO, L. C. De qual Comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C. ; FRANÇA, V. V. (Orgs.) **Teorias da Comunicação** – conceitos, escolas e tendências. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

MATTOS, S. **The impact of the 1964 revolution on brazilian television**. San Antonio, V. Klingensmith Independent Publisher, 1982.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira** – uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MEDEIROS, M. Violência na mídia, tecnorracionalismo e cidadania. **Comunicação e Informação**, v. 12, n. 1, p. 16-26, jan./jun. 2009.

MELLO, P. C. EUA alegam hipocrisia e deixam Conselho de Direitos Humanos da ONU. In: **Folha de S. Paulo**, 19 jun. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/eua-vao-sair-de-conselho-de-direitos-humanos-da-onu-diz-agencia.shtml>>. Acesso em: jul. 2018.

MILESI, R. Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos. Texto apresentado na Mesa Redonda “Leis e políticas migratórias: o desafio dos direitos humanos”. CEAM/UnB – CSEM e UniEURO Brasília. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/por_uma_nova_lei_migracao.pdf>. 2007.

_____. Apresentação. **Refúgio, Migrações e Cidadania – Caderno Debates**, Brasília, v. 12, n. 12, 2017.

MORAES, A.; SIGNATES, L. Cidadania como Comunicação: Estudo sobre a Especificidade Comunicacional do Conceito de Cidadania. In: MORAES, A.; SIGNATES, L. (Org.). **Cidadania Comunicacional**: teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. 256 p.

NACIONAL, J. Jornal Nacional. 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/>>. Acesso em: mai. 2018.

OLIVEIRA, A. T. R. Nova lei brasileira de migrações: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 171-179, jan./abr. 2017.

OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Zahar: 1996. 992p.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p.7-24, 2006.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. Publicação seriada do SOCIUS, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>>. 2004.

PEREIRA, G.O. L. **Direitos humanos e hospitalidade**: a proteção internacional para apátridas e refugiados. São Paulo: Atlas, 2014.

PORTO, M. A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo. Cadernos do CEAM, v.2, n. 6, p. 11-32. 2001.

PRESSE, F. Entenda a crise migratória na fronteira entre Brasil e Venezuela. In: **Revista Exame**, 25 ago. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/entenda-a-crise-migratoria-na-fronteira-entre-brasil-e-venezuela/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PRIBERAM. Significado da palavra alteridade. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/ALTERIDADE>>. 2019. Acesso em: mai. 2019.

SILVA, S. A. Imigrantes hispano-americanos em São Paulo: perfil e problemática. In: BOUCAULT, C. E. A.; MALATIAN, T. (Org.). **Políticas Migratórias**: fronteiras dos direitos humanos no século XXI. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SILVEIRA, D. Brasil tem cerca de 30,8 mil imigrantes venezuelanos; somente em 2018 chegaram 10 mil, diz IBGE. In: **G1 Rio de Janeiro**, 29 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-cerca-de-308-mil->

imigrantes-venezuelanos-somente-em-2018-chegaram-10-mil-diz-ibge.ghtml>.
Acesso em: dez. 2018.

SOARES, J. Bolsonaro quer Criar Campos de Refugiados para Venezuelanos. In: **O Globo Brasil**, 24 ago. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-quer-criar-campos-de-refugiados-para-venezuelanos-23009362>>. Acesso em: dez. 2018.

SPINELLI, E. M. Jornalismo Audiovisual: Gêneros e Formatos na Televisão e Internet. **Revista AlterJor**, São Paulo, v. 2, n. 6, 2012.

TÉLEMAQUE, J. **Imigração Haitiana na Mídia Brasileira: Entre Fatos e Representações**. 2012. Monografia (Comunicação Social – Publicidade e Propaganda). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

TEMER, A. C. R. P. **Notícias e Serviços** – um estudo sobre o conteúdo dos telejornais da Rede Globo. 2001. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2001.

TEMER, A. C. R. P. Revendo elementos clássicos da pesquisa empírica: Gênero e Análise de Conteúdo como bases de pesquisas empíricas em comunicação. In: BARBOSA, M.; MORAES, O. (orgs.). **Quem tem medo da pesquisa empírica?** São Paulo: Intercom, 2011, p. 411-432.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: Por que as Notícias São como São**. Insular, 2004.

TUCHMAN, G. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, Notícia e Ideologia** - Estudos na Análise Crítica do Discurso. Campo das Letras, Porto: 2005.

VIDIGAL, L.; BRANDÃO, I.; OLIVEIRA, V. Crise na fronteira entre Brasil e Venezuela envolve colapso econômico e queda de braço judicial; entenda. In: **G1**, 18 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/18/crise-na-fronteira-entre-brasil-e-venezuela-envolve-colapso-economico-e-queda-de-braco-judicial-entenda.ghtml>>. Acesso em 24 out. 2018.

WALDMAN, T. C. Movimentos Migratórios sob a Perspectiva do Direito à Saúde: Imigrantes Bolivianas em São Paulo. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo. v. 12, n.1, p. 90-114, mar./jun. 2011.

ZANELLA, A. V. Sujeito e Alteridade: Reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 99-104, mai./ago. 2005.

ZANETTI, D. O framing e o processo de construção da notícia. **Revista PJ:BR**, ano V, n. 10, jul. de 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A – AULA PÚBLICA DENISE COGO: QUAL A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS MIGRAÇÕES? (PART. 1)

DENISE COGO: Eu sempre gosto de usar exemplos, em uma das primeiras pesquisas que eu fiz, um projeto que eu desenvolvi de pesquisa junto com professores da Universidade Autônoma de Barcelona e que a gente pesquisou, entrevistou imigrantes em Porto Alegre e na cidade de Barcelona e a gente fazia uma pergunta pros imigrantes, foram 140 imigrantes de origem...diferentes origens latinoamericanas e europeias, países diferentes. E a gente tinha uma pergunta no nosso roteiro que era a seguinte: quando você escuta a palavra imigração, o que que você se lembra? E, majoritariamente, na Espanha, as 70 respostas que a gente teve, as pessoas diziam que lembravam da chegada de imigrantes em caixotes e pateras, que são aqueles barcos pequenos, era a terminologia que se tinha na Espanha, que a gente vê os imigrantes atravessando hoje o mediterrâneo, né? E muitos migrantes naquela época, que a Espanha recebeu um fluxo migratório bem significativo, atravessavam realmente por patera, e a gente perguntava na sequência: você conheceu algum imigrante que atravessou em patera, que chegou aqui em patera? Patera não! A gente sabia, também, que a maioria dos imigrantes não chegava por patera, embora essa fosse uma imagem reiteradamente trazida pela mídia, a maioria chegava por aeroportos, né, por exemplo, latinoamericanos não chegavam em patera, patera são os imigrantes da África e que fazem fronteira. O que que esse exemplo eu uso, né, para a gente pensar sobre quem nos fala, nos informa e nos comunica sobre as migrações contemporâneas e como, né, quem nos fala se comunica, então, basicamente, o que a gente recebe, eu acho que esse exemplo da pergunta, nos leva a pensar que, majoritariamente, o que a gente recebe de informação sobre a realidade do mundo hoje chega pela mídia. Então, a mídia é quem nos oferece imagens, visões de mundo e imaginário sobre as migrações transnacionais. E eu acho que é importante a gente pensar como, né, além de pensar que a mídia, a grande mediadora hoje dessa realidade das migrações, que embora esteja nas cidades, muitos de nós aqui em São Paulo acho que podemos conviver com imigrantes né, se não temos amigos imigrantes, mas na rua, né,

talvez a gente identifique pessoas de outros países, de outras etnias, e consiga reconhecê-los, porém eu acho que um pouco como a gente pensa sobre os migrantes, né, ãh, nos chega, em grande medida, a partir de alguns enquadramentos que a gente pode dizer, algumas perspectivas que a mídia nos coloca né, e que têm algumas implicações tanto para os imigrantes que chegam, né, em cada país... Então, nas minhas pesquisas, eu acho que não só nas minhas, mas em outras pesquisas que tenho visto, tem dois enquadramentos básicos, duas dimensões que a gente percebe no modo como a mídia vai narrar o fenômeno da migração, vai nos contar ou nos trazer, que têm sido, tem tido impacto na vida dos imigrantes e também no modo como a gente percebe e recebe os imigrantes. Então acho que o primeiro enquadramento é aquele que a gente diz que é a criminalização desse fenômeno das imigrações. O que que é essa criminalização? Em grande medida, né, é trazer esse sujeito imigrante como um problema, como um conflito, e muitas vezes também como ameaça, o sujeito que é o outro, que é diferente, que tem uma cultura que às vezes pode ser um pouco próxima da nossa, muitas vezes também bastante distante, e que de alguma maneira chega como uma ameaça, ou porque está invadindo, seja porque está chegando em um momento em que a economia não está bem... Esse não é um enquadramento que é só na mídia brasileira, eu acho que até valeria um estudo para pensar o quanto eu, a gente viu esse enquadramento nessas últimas décadas, nas medidas, por exemplo, europeias, e quando o Brasil começa a receber imigrantes, não de modo tão expressivo, quanto em qualche país como o Canadá, ou Estados Unidos, e alguns países da Europa, mas sim, em 2008 a gente teve um fluxo mais intenso, né, depois de ter sido um país de imigração, porque a gente teve a Copa do Mundo, da economia, né, em ascensão e alguns controles mais rígidos de fronteira, dos destinos tradicionais de imigração, que trouxe grupos que a gente não tinha presentes no Brasil, como os haitianos, os oriundos dos países da África, refugiados e etc. Esses imigrantes, então, de alguma maneira, então, eu acho que a mídia brasileira não está fora desse alinhamento, de um modo de construir essa imigração como ameaça, acho que existe um meio transnacional como se diz, de produção, e ao mesmo tempo tem um outro enquadramento, que eu acho que é, sempre existiu, mas é mais recente, a gente observa mais agora, em função desse fluxo acelerado de refugiados que a gente tem em função da Guerra da Síria e de outras, né, que a gente vem vivenciando, que é a complacência, né, que é a vitimação desse sujeito,

então, esse sujeito, ele chega ameaçado, perseguido e nós temos que acolhê-lo assim como alguém que não tem capacidade de agência. Ele precisa ser acolhido não porque ele não é vulnerável (óbvio que o refugiado que chega perseguido vive um processo de vulnerabilidade), mas muitas vezes quando a gente o acolhe é ou para uma questão humanitária naquele sentido de acolher uma pessoa porque eu tenho uma obrigação moral de acolhê-la né, porque ele está chegando ameaçado, e nem sempre é pra conhecer sua cultura e aceitá-lo ou para assimilá-lo também, no sentido de que se ele é um sujeito meio parecido, os sírios, por exemplo, são mais parecidos com a gente porque são brancos, né, muitos vêm até de religiões cristãs, a gente aceita às vezes com mais (são classe média, têm também acesso às tecnologias do mundo urbano, como a gente têm) a gente aceita porque é mais fácil de assimilar e a gente, então olha esse refugiado, o próprio termo refugiado acaba às vezes evocando essa ideia de uma certa complascência, como uma vítima, o que também é complicado, tanto uma perspectiva quanto a outra, quando a gente entrevista os imigrantes na pesquisa, eles rejeitam, tanto uma posição de “o sujeito portador de conflito, o sujeito-problema para a sociedade” quanto o sujeito que é simplesmente só vítima e não tem nenhum espaço, nenhum protagonismo na sua própria história. Então, acho que esses dois enquadramentos – que não é só isso que a mídia faz, acho que há experiências de mídia também, que conseguem deslocar desses dois lugares, mas eles têm sido dominantes, né, mas nas pesquisas que a gente faz, e um pouco de uma demanda dos próprios imigrantes, dos movimentos migratórios, em torno na necessidade da gente sair desses lugares pra entender então a realidade das migrações, já que a mídia, esse lugar tão importante de produção, né, sobre as migrações contemporâneas, é, pra, normalizar esse migrante, né? E fazer, tornar esse sujeito alguém que tem uma história e carrega perspectivas, projetos de vida ou tradições também, como todos nós, e tentar também então humanizá-lo e de pensar também no sentido de como ele pode se inserir, né, não numa assimilação e nem numa integração, no sentido de que ele tem que se entregar conforme aquilo que a sociedade receptora tem, mas no modo de inserir esse outro como alguém que é portador de uma cultura diferenciada e que vem com todas as questões também, que chega o imigrante. A gente tende sempre a pensar que o imigrante é diferente da gente no sentido da experiência, ele chega num país diferente, ele tem que entender a lei, ele tem que se regularizar, quando ele consegue, ele tem que falar um novo idioma, ele tem que entender uma nova

cultura, muitas vezes ele tem que recomeçar, se ele tem um diploma e o diploma não é revalidado, ele tem que estudar novamente, ele tem que conseguir um trabalho, enfim... ele tem que fazer todo um processo inicial que a gente faz quando a gente é criança e jovem né? Então eu acho que ah, pensar a mídia hoje é pensar na possibilidade, é, de como a mídia tem tratado esse fenômeno, com seu lugar preponderante de colocar em debate o fenômeno, inclusive em debate a política migratória, da Lei de Migração em vários países, né, do controle, da questão política de controle dessa migração, e ao mesmo tempo de como a mídia pode, através de suas linguagens, das suas estéticas, de seus formatos, sair desses enquadramentos para trazer um espaço de debate público sobre essa imigração que contribua efetivamente, né, para que essa mobilidade humana seja encarada como um fenômeno que é histórico, né, faz parte da nossa condição humana e nunca, é, é um fenômeno que nunca vai desaparecer, né, a imigração não desaparece, ela se encrementa, inclusive com a globalização, com o capitalismo global, as tecnologias a gente vê tanto mais o encremento dessa mobilidade humana do que propriamente um retrocesso, de que isso vá se diminuir quanto aos conflitos, guerras, etc, e tudo o que a gente tem vivido nessa geopolítica internacional. Então, eu creio que esse é o papel, pensando numa ética, desse outro intercultural que a mídia poderia, junto com outras instituições, sozinha ela não pode fazer, né, eu acho que o Estado tem mais responsabilidade, os governos, a sociedade, a educação, na extensão desse outro diferente, e junto com a mídia, né?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 1 – O SURTO DE SARAMPO QUE ATINGE O ESTADO DE RORAIMA CHEGOU AO AMAZONAS

Cabeça: O surto de sarampo que atinge o estado de Roraima chegou ao Amazonas.

OFF: Carla, de 13 anos, Mateus, de 11. E Jacon, de quatro meses. São três, dos cinco filhos de dona Cintia que tiveram sarampo há menos de um mês. O bebê ainda tem marcas da doença e chegou a ser internado na UTI.

Sonora Cintia Alves (dona de casa): Um era melhorando e o outro era pegando, né, o sarampo. Pensei que ia perder meu filho, né, porque 15 dias na UTI não é fácil, ainda mais para um bebezinho como esse.

OFF: Em Manaus, já são 271 casos confirmados este ano, mais de 1800 estão sendo investigados, a Prefeitura decretou situação de emergência.

Sonora Arthur Virgílio Neto (PSDB) (Prefeito de Manaus): Contratamos inicialmente 120 pessoas, vamos dobrar, vamos para 240 agora, contratando mais 120, e faremos aquilo que seja necessário para nós oferecermos uma consistente resistência a esse mal.

OFF: O surto na cidade, segundo a Vigilância em Saúde do Amazonas, veio junto com a entrada de venezuelanos pelo Estado de Roraima. Por lá, já são 200 casos. O problema agora é convencer a população a ir aos postos de saúde. A campanha já passa dos três meses, e está abaixo da meta. O jeito foi ir pra rua.

Passagem: é um sobe ladeira, desce ladeira, um trabalho cansativo pra levar a vacina até a casa das pessoas. Mas só nesse bairro, na zona sul de Manaus, já foram 4 mil doses. É uma andança que faz diferença.

OFF: Heloísa, de seis meses, nem faz ideia, mas depois do choro vem o sorriso, com uma dose de saúde.

Sonora não-identificada: É muito importante, porque muitas pessoas não têm como, no posto de saúde, tomar essa vacina.

Nota pé: O Ministério da Saúde informou que desde o começo do ano enviou mais de 700 mil doses da tríplice viral pro Amazonas e pra Roraima. Essa vacina combate o sarampo, a caxumba e a rubéola. Segundo o Ministério, mais de 300 municípios brasileiros não vacinaram nem metade dos bebês de um ano contra a poliomielite.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 2 – DEPOIS DE BOA VISTA, AGORA É MANAUS QUE TAMBÉM SENTE NAS RUAS O IMPACTO DA ONDA IMIGRATÓRIA DE VENEZUELANOS

Cabeça: Depois de Boa Vista, agora é Manaus que também sente nas ruas o impacto da onda migratória de venezuelanos.

OFF: Há um ano, em Manaus, Luiz, que era assessor parlamentar na Venezuela, vive da venda de suco na rua.

Sonora Luiz Velasquez: Estamos buscando um novo horizonte por causa da perseguição política e da situação econômica.

OFF: Diferente dele, 687 venezuelanos, este ano, já chegaram a capitais brasileiras pelo programa de interiorização do governo federal. Pessoas com lugar certo para serem recebidas. Na capital do Amazonas, cinco abrigos atendem 400 refugiados. Para dona Mercedes, uma das abrigadas, só falta uma coisa.

Sonora Mercedes Acuña: Trabalhar, quero trabalhar.

OFF: É a vontade da maioria dos refugiados, que não param de chegar.

Sonora não-identificada: Ali na Caritas, todos os dias, nós recebemos vinte, trinta.

Sonora Orlando Barbosa (vice-presidente da Caritas do Amazonas): Nós não temos mais como abrigarmos mais nessas casas.

Passagem: A maioria dos venezuelanos que viajam para Manaus por conta própria, normalmente, chega pela rodoviária. Sem ter para onde ir, ficam por aqui mesmo, vivendo de forma completamente improvisada.

OFF: Foram quatro meses em Roraima, e agora dois dias em Manaus, sem comer. O engenheiro elétrico está dormindo sobre um papelão.

Sonora Augusto Parede: Quero trabalhar, fazer algum dinheiro e ajudar minha família na Venezuela.

OFF: O governo do Amazonas e a prefeitura de Manaus não sabem quantos são os imigrantes que vivem nas ruas da capital.

Sonora Michele Corbi (procuradora da República): Nós estamos solicitando que sejam esclarecidas as verbas federais que estão sendo destinadas, especificamente, a reforma do abrigo do Coroado para que ele possa entrar em funcionamento o mais rápido possível.

OFF: Brian reclama que, como refugiado, sofre com a discriminação e diz que um dia já viveu muito bem na Venezuela.

Sonora Brian: Hoje tá tudo legal, amanhã a gente não sabe o que pode ser.

Nota pé: O governo do Amazonas declarou que intermediou a cessão do abrigo do Coroadó, que foi citado na reportagem, e a prefeitura de Manaus afirmou que pretende concluir as obras nesse abrigo em duas semanas.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 3 – VENEZUELANOS DEIXAM RORAIMA E VÃO PARA OUTROS QUATRO ESTADOS

Cabeça: 130 venezuelanos foram levados hoje de Roraima para outros três estados e o Distrito Federal.

OFF: Nazaré já estava em Cuiabá. Hoje, recebeu mais um parente: o primo Jose. Ele é um dos 130 venezuelanos que deixaram Roraima para tentar uma vida melhor. 24 desembarcaram em Mato Grosso e, dali, o avião da FABE seguiu para Brasília.

Passagem: Esse é o sexto voo fazendo a distribuição de venezuelanos pelo país. O primeiro a aterrisar aqui em Brasília para o desembarque de 50 pessoas, das quais 20 crianças, entre elas, 7 bebês; um deles, brasileiro, porque nasceu aqui.

OFF: Hector tem apenas 3 meses e veio com os pais. Outras onze famílias seguiram juntas para o abrigo que foi preparada para recebê-las. Pelo menos no começo esse será o novo lar de venezuelanos que pediram refúgio ou visto de residência. Eles foram vacinados, passaram por exames de saúde e estão com os documentos, como CPF e carteira de trabalho. A transferência, hoje, terminou no início da noite, depois de passar por Rio e São Paulo. Já são 820 venezuelanos espalhados em abrigos pelo país. 287 em São Paulo; 86 no Rio de Janeiro; 119 em Mato Grosso; 165 no Amazonas; 69 em Pernambuco; 44 na Paraíba e 50 em Brasília. Na conta do governo, 110 mil venezuelanos entraram no Brasil nos últimos três anos fugindo da crise política e social no país governado por Nicolas Maduro, da fome na Venezuela, hiperinflação. Permanecem no Brasil mais de 50 mil, a maioria em Roraima. Segundo o governo, o processo de interiorização dos venezuelanos será permanente, mas depende da oferta de vagas de instituições de caridade.

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 4 – JUSTIÇA FEDERAL EM RORAIMA DETERMINA VACINAÇÃO COMPULSÓRIA DE VENEZUELANOS

Cabeça: A Justiça Federal em Roraima determinou a vacinação compulsória, ou seja, obrigatória, de todos os venezuelanos que estão no estado e proibiu a entrada de novos imigrantes.

OFF: A decisão do juiz Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal de Roraima, foi uma resposta à ação ajuizada pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública da União, contra o decreto assinado pela governadora de Roraima, Suely Campos, do Progressistas, na semana passada, que exigia dos venezuelanos a apresentação de passaporte para ter acesso a serviços públicos. O juiz suspendeu a cobrança do documento, como pedia a ação, e acrescentou a determinação para que todos os venezuelanos que vivem em Roraima sejam vacinados.

Passagem: O juiz ainda proibiu a entrada de mais imigrantes no estado até que os que já estão no local sejam transferidos para outras cidades do país no processo de interiorização do governo federal. Desde o início do ano, pouco mais de 800 venezuelanos foram levados para outros estados.

OFF: Mesmo com a decisão, o Instituto de Identificação de Roraima continuou a cobrar o passaporte hoje. É aqui que venezuelanos retiram a certidão de antecedentes criminais para poder se legalizar no Brasil.

Sonora Frederico Linhares (chefe da Casa Civil de Roraima): A gente está avaliando a forma como vamos reagir a essa decisão. Mas o principal efetivamente, que inclusive atende aos anseios, é exatamente o fechamento da fronteira para ingresso de novos imigrantes.

OFF: Em abril, o governo do estado ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal pedindo o fechamento temporário da fronteira. Na época, o presidente Michel Temer classificou o pedido como incogitável. Por dia, cerca de 500 venezuelanos cruzam a fronteira. Em menos de dois anos, mais de 30 mil pediram refúgio em Roraima. A Rodes conta que na fronteira não pediram o passaporte.

Sonora Rodes: Não pediram o passaporte, só a identidade.

OFF: Agora, sem o documento, o casal ficou sem atendimento.

Nota pé: A Defensoria Pública da União e a Advocacia Geral da União disseram que vão recorrer contra a decisão do juiz federal. A AGU declarou que também reiterou

um pedido para o Supremo Tribunal Federal suspender o decreto do governo de Roraima que permite a expulsão dos imigrantes.

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 5 – TRF ANULA DECISÃO DE JUIZ E FRONTEIRA COM A VENEZUELA É REABERTA

Cabeça: Depois de 17 horas de bloqueio, a fronteira com a Venezuela foi reaberta, em Roraima, para a entrada dos estrangeiros que fogem da crise no país vizinho.

OFF: Policiais federais e homens da Força Nacional de Segurança bloquearam a fronteira entre Roraima e a Venezuela ontem, no fim da tarde, cumprindo a liminar do juiz Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal de Roraima, que proibiu a entrada de venezuelanos. Brasileiros e imigrantes tiveram que se identificar.

Passagem: Só podem cruzar a fronteira os venezuelanos que apresentarem algum documento que comprove que eles estão regularizados no Brasil. Quem não tem esses documentos fica como eles: esperando.

OFF: Pelo menos cem venezuelanos foram barrados só hoje. Desespero para a Bete, que veio com a filha de três anos, doente, para encontrar o marido que está trabalhando em Boa Vista. Ela não sabia o que fazer - sem dinheiro - para voltar à Venezuela.

Sonora Bete (venezuelana): Estou sem dinheiro para voltar.

OFF: A Operação Pente Fino durou 17 horas. Só por volta das 9h da manhã a fronteira foi liberada, depois que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região derrubou a liminar, a pedido da Advocacia Geral da União. Alívio para quem veio com dinheiro contado só para chegar ao Brasil à espera de uma vida melhor.

Sonora venezuelano não-identificada: Será melhor que na Venezuela.

OFF: O TRF decidiu somente liberar a fronteira. Os outros itens da liminar continuam valendo: como a vacinação obrigatória dos venezuelanos que já vivem em Roraima. Caberá ao Ministério da Saúde avaliar a maneira de cumprir isso. O governo de Roraima está proibido de exigir o passaporte para oferecer os serviços públicos, e também não pode expulsar nem deportar imigrantes que tenham cometido algum crime. O governo disse que vai cumprir a decisão. Em abril, a governadora de Roraima, Suely Campos, do Progressistas, pediu o fechamento da fronteira ao Supremo Tribunal Federal. Ontem, o STF negou o pedido. Hoje, o centro de triagem do Governo Federal, em Pacaraima, ficou lotado. Em um dia, quase mil venezuelanos vieram buscar a permissão para entrar no Brasil.

APÊNDICE G – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 6 – ABRIGO DE VENEZUELANOS É ATACADO EM RORAIMA APÓS ASSALTO A COMERCIANTE

Cabeça: Refugiados venezuelanos foram atacados hoje por brasileiros em Roraima. Moradores de Pacaraima destruíram acampamentos, bloquearam a fronteira e expulsaram imigrantes do Brasil.

OFF: A tensão começou no início da manhã. Com bombas caseiras e pedaços de pau, moradores de Pacaraima destruíram abrigos improvisados.

Sobe Som (brasileiro falando): Estamos expulsando os venezuelanos, é desse jeito agora. Se não tem governante, se não tem autoridade por nós, nós vamos fazer nossa autoridade.

OFF: Esta venezuelana diz que teve documentos e objetos queimados e agora não sabe o que fazer.

Sonora venezuelana não-identificada: Quemarón todo, los brasileiros sacarán todas las cosa, maletas, todo que estava.

OFF: Imigrantes foram obrigados a deixar a cidade.

Passagem (repórter Franciele Venturini): Este é o principal ponto de concentração. Aqui, moradores fizeram essa barricada e, desde as dez, onze horas da manhã, estão impedindo a passagem de veículos.

OFF: Os manifestantes bloquearam a rodovia para impedir a volta dos venezuelanos para Pacaraima. Depois de mais de cinco horas de negociação, a BR 174 foi liberada.

OFF: Você está desde que horas aqui, aguardando?

Sonora (brasileiro não-identificado): Desde oito da manhã.

OFF: Dezenas de imigrantes se refugiaram no posto da Secretaria da Fazenda, a quinhentos metros da entrada da cidade. A revolta começou depois que um comerciante brasileiro foi assaltado e agredido ontem à noite. Os suspeitos seriam quatro venezuelanos. O governo Federal divulgou uma nota em que repudia a atos de vandalismo e violência contra qualquer cidadão, independente de sua nacionalidade. O governo do Estado informou que mandou reforço policial para Paracaima e pediu ao Governo Federal o envio da Força Nacional de Segurança.

Sonora: Marcelo Lopes – secretário de Relações Internacionais (RR) - Que o Governo Federal cumpra sua missão institucional aqui em Roraima, né? Essa

questão migratória que a gente entende Venezuela/Brasil, temos que entender que esse Brasil é em Roraima.

Nota pé: O presidente Michel Temer convocou uma reunião amanhã com os ministros da Segurança Pública, das Relações Exteriores e do gabinete de Segurança Institucional. O Ministério da Segurança Pública informou que vai enviar na próxima segunda-feira 60 militares da Força Nacional para Roraima. O comerciante agredido está internado em Boa Vista e a situação dele é estável.

APÊNDICE H – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 7 – GOVERNO DE RORAIMA PEDE AO SUPREMO SUSPENSÃO DE ENTRADA DE VENEZUELANOS

Cabeça: Depois da violência do fim de semana, quando brasileiros atacaram refugiados, o governo de Roraima pediu que o Supremo Tribunal Federal suspenda a imigração na fronteira do Brasil com a Venezuela.

OFF: O Governo de Roraima quer a suspensão até que seja montada uma barreira sanitária, para evitar exposição dos brasileiros e venezuelanos à uma potencial epidemia de sarampo à malária, por exemplo; e pede a instalação de hospital de campanha do exército para atender aos imigrantes e que os imigrantes sejam redistribuídos a outros Estados. A ação está com a ministra Rosa Weber, que no início do mês já havia negado o fechamento da fronteira. A insistência do governo estadual é a reação ao conflito em Pacaraima no fim de semana. O Palácio do Planalto é contra o fechamento da fronteira

Sonora Sérgio Etchegoyen (ministro do Gabinete de Segurança Institucional): É impensável, porque é ilegal. Nós temos que cumprir a lei, e a lei brasileira de Migração determina o acolhimento de refugiados e imigrantes nessa situação.

OFF: O ministro disse que o exército já está na região, reforçando o patrulhamento da fronteira. Mas, para que os militares tenham poder de polícia, o governo de Roraima tem que pedir a chamada GLO, Garantia da Lei e da Ordem. Em nota, o Governo de Roraima afirmou que o pedido do decreto para empregar as forças armadas foi feito em agosto do ano passado. O governo Temer diz que já desembolsou mais de duzentos milhões de reais para socorrer Roraima no controle e triagem de fronteira, atendimento e transporte de imigrantes para outros Estados. Ontem, o governo decidiu mandar mais 120 homens da Força Nacional para Pacaraima, 60 foram hoje e, com o apoio de hospitais universitários, serão enviados 36 voluntários de saúde.

Passagem: Hoje embarcou para Roraima uma comissão interministerial para ver de perto a situação. Uma preocupação a mais é com o potencial apagão em Roraima. Um relatório técnico fez o alerta: O fornecimento de energia é feito pela Eletrobrás em parceria com a venezuelana Corpoelec, que vem falhando. Só este ano já foram 36 black outs no Estado. O complemento vem de geração térmica à óleo diesel, caríssima. E, com o aumento do consumo por causa dos imigrantes, a situação ficou

ainda mais delicada. Roraima é o único Estado que não está interligado ao sistema elétrico nacional.

OFF: E isso depende da obra da linha de transmissão Manaus-Boa Vista. Nessa reunião à tarde, o governo decidiu dividir o licenciamento ambiental da obra. O trecho que passa em terra indígena será analisado em outro momento.

APÊNDICE I – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 8 – APÓS CONFLITOS EM PACARAIMA, HOMENS DA FORÇA NACIONAL CHEGAM A BOA VISTA

Cabeça: O primeiro grupo de homens da Força Nacional já desembarcou em Roraima.

OFF: Centenas de migrantes voltaram a cruzar hoje a fronteira do Brasil com a Venezuela. Essa venezuelana disse que vai para o Brasil sozinha, por necessidade.

Passagem: Aos poucos, o comércio aqui em Pacaraima está voltando ao normal. Desde domingo, homens das polícias militar, rodoviária federal e do exército reforçaram a segurança nas ruas.

OFF: Sessenta homens da Força Nacional desembarcaram hoje à tarde em Boa Vista e já estão à caminho da fronteira.

Sonora (brasileiro não identificado): Traz a segurança, né, daqui, né, dos cidadão que hoje estão precisando dessa segurança

Sonora (brasileira não identificada): Não somos contra os venezuelanos, aqui nós estamos não só para receber, como já ajudamos vários: tirar carteira de trabalho, CPF e tudo mais.

OFF: No sábado passado, moradores atearam fogo em barracas e pertences de venezuelanos que estavam acampados nas ruas de Pacaraima. O motivo da revolta foi a agressão sofrida por esse comerciante, durante um assalto na noite da última sexta-feira

Sonora Raimundo Nonato (Comerciante): Porque quem quer piora para a sua cidade, pro seu país? Ninguém quer! Eu acho que todo o mundo quer melhora. É algo que eu quero: terminar de criar meu filho, viver minha vida, sem agressão.

APÊNDICE J – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 9 – GOVERNO FEDERAL ANUNCIA QUE VAI INTENSIFICAR A INTERIORIZAÇÃO DE VENEZUELANOS

Cabeça: Aqui no Brasil, o Governo Federal anunciou hoje que vai intensificar o programa de interiorização de venezuelanos, que é a distribuição de imigrantes que entram por Roraima para outros Estados.

OFF: Os sessenta homens da Força Nacional, que chegaram em Pacaraima, só vão para as ruas na próxima quinta-feira.

Sonora: Na verdade, a gente vai ver isso daqui para frente, né? Se efetivamente esse aumento do reforço policial vai trazer realmente é, na prática, a segurança que a gente deseja.

OFF: Uma comitiva com representantes de onze ministérios esteve hoje na fronteira. Eles participaram de uma reunião e em seguida visitaram os postos de triagem e de acolhimento aos imigrantes. A representante da Casa Civil afirmou que mais de mil imigrantes vão ser transferidos para outros Estados.

Sonora Viviane Esse (representante da Casa Civil): A ideia é que nós tenhamos vãos já definidos, programados, sempre aos finais dos meses.

OFF: A advocacia Geral da União enviou ao Supremo Tribunal Federal uma manifestação contrária ao pedido do governo de Roraima para fechar temporariamente a fronteira do Brasil com a Venezuela. Uma das reivindicações do governo do Estado é que seja montada uma barreira sanitária, para evitar uma epidemia de sarampo e malária.

Passagem (Robson Moreira): Boa parte dos venezuelanos que cruzam a fronteira procuram o posto de vacinação logo depois de entrar no Brasil. Só nessa segunda-feira, mais de trezentos imigrantes foram imunizados, principalmente contra o sarampo e a febre amarela.

Sonora Cel. Hilel Zanatta: Todo imigrante, ou melhor, todo cidadão que passa pelo controle migratório e entra no Brasil é orientado à questão da vacinação.

OFF: Na noite de ontem, brasileiros e venezuelanos fizeram uma carreata, nas ruas de Pacaraima, pedindo paz.

Nota pé: O governo de Roraima pediu e o Ministério de Segurança Pública informou que a Força Nacional vai reforçar também o policiamento nas ruas de Boa Vista.

**APÊNDICE K – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 10 – EM RORAIMA,
MORADORES VOLTAM A PEDIR O FECHAMENTO DA FRONTEIRA COM A
VENEZUELA**

Cabeça: O sábado foi mais um dia de tensão em Roraima. Moradores voltaram a pedir o fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela.

OFF: O protesto foi tenso. Moradores de Pacaraima e índios da região cobraram providências do Governo Federal. Pediram desde o fechamento da fronteira ao controle mais rígido da entrada de venezuelanos e até uma barreira sanitária para evitar o avanço de doenças.

Sonora: Hoje a malária tá 90 por cento dentro da nossa comunidade. O sarampo, que já não existia mais, hoje nós estamos 70 por cento na nossa comunidade, e já teve até mortalidade

Passagem (Érica Figueredo): Em Pacaraima, a tranquilidade é só aparente, basta brasileiros e venezuelanos se encontrarem pros ânimos se acirarem por aqui.

OFF: Houve confusão.

Sonora (brasileira não identificada): Nós queremos paz. Queremos que a justiça se encarregue.

OFF: Este venezuelano disse que se sente humilhado depois que seus pertences foram queimados por brasileiros na semana passada.

Sobe Som: Briga entre brasileira e venezuelano

OFF: A tensão aumentou há uma semana, quando 1.200 brasileiros foram expulsos por moradores de Pacaraima e tiveram objetos pessoais queimados. A confusão aconteceu depois que um brasileiro foi assaltado e espancado. Os suspeitos do crime são venezuelanos. Essa semana, Roraima recebeu o reforço de 60 homens da Força Nacional na fronteira. Outros 60 ainda devem chegar nos próximos dias. E hoje, em uma reunião em Brasília, o presidente Michel Temer anunciou que vai enviar na segunda-feira 36 profissionais para um mutirão de saúde, para atender a população com os serviços básicos em Boa Vista e na cidade de Pacaraima.

APÊNDICE L – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 11 – VOLUNTÁRIOS FAZEM MUTIRÃO EM BOA VISTA PARA AJUDAR NO ATENDIMENTO MÉDICO DE VENEZUELANOS

Cabeça: Voluntários começaram hoje a fazer um mutirão em Boa Vista para ajudar no atendimento médico de imigrantes.

OFF: A venezuelana Ianitza tá grávida de nove meses e será mãe de uma brasileirinha. Ela vai ter o bebê aqui por falta de estrutura nos hospitais da Venezuela. Sem casa e emprego há dois meses, ela conta que não tem sido fácil.

Sonora Ianitza (não identificada por caracteres (GC)): Nó há sido fácil para mi.

OFF: Desde que chegou ao Brasil, é a primeira vez que ela foi consultada. O mutirão conta com 40 profissionais de saúde de dezessete hospitais universitários brasileiros. A Isaura veio de Mato Grosso do Sul para ajudar

Sonora Ana Isaura Correia (enfermeira): Dos atendimentos que a gente viu hoje, sem, realmente eles estão precisando de bastante ajuda mesmo.

Passagem: Os voluntários vão ficar em Roraima até sábado. Além dos abrigos em Boa Vista, na sexta-feira, eles devem visitar Pacaraima, na fronteira. A ideia é levar atendimento aos imigrantes venezuelanos que estão há muito tempo sem ir ao médico. Alguns, há, pelo menos, um ano.

OFF: Só no primeiro semestre, o atendimento a venezuelanos na rede pública de Boa Vista mais que dobrou na comparação com todo o ano passado. Durante o mutirão, também será avaliada a saúde dos imigrantes que serão transferidos para outras cidades do país. O Governo Federal prometeu para amanhã mais uma etapa do processo de interiorização.

Sonora Kleber Moraes (presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares): Amanhã tem um Boeng chegando para interiorizar essas pessoas e nossa equipe está fazendo também uma triagem para saber se essas pessoas têm condições de viajar, se estão em condições físicas, se têm alguma doença que possa impedi-la de viajar.

**APÊNDICE M – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 12 – QUASE 200
VENEZUELANOS SÃO TRANSFERIDOS DE RORAIMA**

Cabeça: Hoje, um novo grupo de imigrantes venezuelanos foi transferido de Roraima para outros Estados.

OFF: Ainda de madrugada o grupo começa a deixar os abrigos em Boa Vista com destino ao aeroporto. O Darvin veio para Roraima a procura de trabalho. Não conseguiu. Manaus é o próximo destino e esperança de, assim, trazer os três filhos que ficaram na Venezuela, e seguir adiante.

Sonora com venezuelano (sem identificação no G.C.): Seguir hacia delante.

OFF: É o mesmo sonho da Marli: Trabalhar.

Sonora com venezuelana (sem identificação no G.C.): Conseguir un trabajo.

OFF: A sexta etapa do programa de interiorização inclui 276 venezuelanos, 187 só hoje. Sessenta e cinco foram pra Manaus, 69 para João Pessoa, na Paraíba, e 53 para São Paulo. Para viajar, todos foram vacinados e tiveram que apresentar documentos brasileiros como CPF e carteira de trabalho.

Passagem: Na quinta-feira, 89 venezuelanos serão transferidos para Brasília, Rio de Janeiro e Paraná. A promessa do Governo Federal é, a partir de setembro, levar pelo menos 400 imigrantes, por semana, para outros Estados.

OFF: Em menos de dois anos, mais de trinta mil venezuelanos pediram refúgio no Brasil. O Arquimedes ensaia agora o nome do seu novo lar.

Sonora com venezuelano (não identificado no G.C.): João Pessoa, Paraíba.

OFF: Depois de viver nas ruas com a esposa e os filhos, tudo o que ele mais deseja é procurar emprego e assim ajudar o restante da família, que ainda tá na Venezuela.

Sonora com venezuelano (não identificado no G.C.): A situação ainda tá muy difícil.

**APÊNDICE N – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 13 – BRASILEIRO E
VENEZUELANO MORREM EM CONFUSÃO APÓS FURTO A MERCADO DE BOA
VISTA**

Cabeça: Um brasileiro e um venezuelano morreram ontem à noite em uma confusão que, segundo a polícia, começou por causa de um furto na capital de Roraima.

OFF: O crime aconteceu depois do furto a um supermercado em Boa Vista. Segundo testemunhas, o brasileiro Manuel Sousa tentou impedir a fuga dos suspeitos, que seriam venezuelanos. Um deles reagiu e Manuel morreu após ser esfaqueado no pescoço. Pouco depois, brasileiros agrediram o venezuelano José Rodrigues, que seria o responsável pela morte. O venezuelano foi espancado até morrer em frente a este acampamento improvisado para imigrantes. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios de Roraima, o clima é tenso, moradores querem a saída dos venezuelanos deste bairro, temendo conflitos. Homens da Força Nacional reforçaram a segurança por aqui.

**APÊNDICE O – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 14 – VENEZUELANOS
COMEÇAM A VOLTAR PRA CASA DEPOIS QUE A TENSÃO EM BOA VISTA
AUMENTOU**

Cabeça: E hoje, dois ônibus com imigrantes deixaram Boa Vista em direção à Venezuela. Há duas semanas o Governo Federal reforçou a segurança e enviou a Força Nacional para a região, mas o clima na capital de Roraima voltou a ficar tenso depois da morte de um brasileiro e de um venezuelano.

OFF: Este é o abrigo Jardim Floresta, em Boa Vista. Mais de seiscentos venezuelanos vivem aqui. Como está lotado, muitos imigrantes montam acampamento ao redor dele, à espera de uma vaga. Neste sábado, um grupo entrou no local à força. Alguns estavam com pedras, paus, e até armados. O exército, que coordena o abrigo, não conseguiu impedir a confusão. Só quando a polícia chegou, minutos depois, é que o grupo saiu. Este venezuelano disse que tentou entrar no abrigo porque corria perigo.

Sonora (venezuelano não identificado): Ascendimo al abrigo

OFF: Desde a madrugada o clima é tenso. Imigrantes alegam que o acampamento onde vivem foi atingido por tiros. Mas o comando de policiamento da capital nega o ataque.

Passagem: Com medo de conflitos, muitos imigrantes estão preferindo deixar Roraima. O consulado da Venezuela tá acompanhando esse momento. A viagem de volta deve ser custeada por organizações sociais e não governamentais e os venezuelanos serão mantidos em programas sociais.

OFF: Quase oitenta pessoas fizeram as malas.

Sonora (venezuelano não identificado): Mucho miedo. Me voy con mi família, mis hijos.

OFF: Nos ônibus, as lágrimas de quem deixou o sonho de vida nova no Brasil para trás. O clima na cidade piorou há dois dias, quando um brasileiro foi assassinado. Ele tentava evitar um furto neste supermercado de Boa Vista. O suspeito do crime é um venezuelano, que foi espancado até a morte por um grupo de brasileiros. No bairro onde os crimes aconteceram, muitos temem conflitos.

Sonora (brasileiro não identificado): É um clima de terror aqui, né?

OFF: Esta tarde, depois que o brasileiro foi enterrado, amigos e familiares protestaram e pediram justiça.

**APÊNDICE P – TRANSCRIÇÃO NOTA COBERTA 15 – VENEZUELA REABRE
MERCADO DE CÂMBIO**

Nota coberta: O governo da Venezuela decidiu reabrir o mercado de câmbio em uma tentativa desesperada de aquecer a economia. A lei aprovada ontem à noite permite a reabertura das casas de câmbio depois de quinze anos de controle exclusivo do governo. Um dólar está cotado hoje a 207 mil bolívares, isso no câmbio oficial. Esse mês, a moeda venezuelana vai perder cinco zeros.

**APÊNDICE Q – TRANSCRIÇÃO NOTA COBERTA 16 – GOVERNO DA
VENEZUELA DIZ QUE O PRESIDENTE NICOLÁS MADURO ESCAPOU DE UM
ATENTADO**

Nota coberta: O presente venezuelano, Nicolás Maduro, teve que abandonar às pressas um ato em comemoração pelos 81 anos da Guarda Nacional bolivariana no centro de Caracas. Maduro fazia um discurso sobre a economia da Venezuela, que a televisão estava transmitindo, quando todos no palanque começaram a olhar para cima. Em seguida, começou uma correria. A transmissão foi interrompida. Segundo o ministro da informação, Jorge Rodríguez, Maduro e assessores foram alvos de um ataque com drones carregados de explosivos, mas escaparam sem ferimentos. Sete soldados da Guarda Nacional ficaram feridos.

APÊNDICE R – TRANSCRIÇÃO REPORTAGEM 17 – VENEZUELANOS ENFRETAM LONGAS FILAS PARA SACAR DINHEIRO APÓS MUDANÇA DE MOEDA

Cabeça: No primeiro dia útil depois que a Venezuela mudou a moeda, opositores convocaram uma greve geral. Foi um protesto contra o novo pacote econômico que tenta conter a hiperinflação no país.

OFF: O novo Bolívar, agora soberano, começou a sair na boca do caixa. Tem cinco zeros a menos e está embaralhando a cabeça dos venezuelanos, que fizeram filas enormes para sacar dinheiro. Até ontem era necessário uma montanha de dinheiro assim para comprar um franguinho, ou seis tomates. O vendedor não sabe o que fazer: no ônibus, se você paga cem bolívares, como eles fazem para te dar o troco? Isso é incompreensível. A oposição convocou greve nacional para rejeitar as medidas econômicas do governo de Nicolás Maduro. A adesão foi parcial. Caracas amanheceu assim, mas parte da paralização foi por causa da incerteza de comerciantes e empresários: ninguém sabe como arcar com o custo da mudança. Aumento de imposto e gasolina, salários indexados ao preço do barril de petróleo, três mil e quatrocentos de aumento do salário mínimo, sem que possam repassar aos preços, que serão vigiados. Os críticos de Maduro dizem que o pacote vai quebrar as empresas e agravar o desabastecimento. A Assembleia Nacional, de maioria opositora, fez hoje uma sessão extraordinária acalorada.

Passagem: Os parlamentares criticaram a desvalorização da moeda em 1.300 por cento, da noite para o dia. Consideraram que esse é o pacote da fome e, longe de resolver o problema, vai agravar a crise econômica. Eles aprovaram um acordo com repúdio às medidas, cujos efeitos nocivos serão de responsabilidade de Maduro, com o alerta de que o poder aquisitivo dos trabalhadores está sendo destruído e um chamado à luta pela mudança da política institucional.

APÊNDICE S – TRANSCRIÇÃO NOTA COBERTA 18 – GOVERNO PERUANO DIFICULTA A ENTRADA DE IMIGRANTES DA VENEZUELA

Nota coberta: No Peru, começaram a valer hoje as regras mais rígidas para a entrada de imigrantes venezuelanos. O governo passou a exigir o passaporte dos venezuelanos que chegam pela Colômbia ou pelo Equador. O Peru alega que cédulas de identidade podem ser facilmente fraudadas e nega estar fechando a fronteira. Desde o ano passado, 400 mil venezuelanos emigraram para o Peru fugindo da fome e da crise econômica. Já no Equador, a justiça proibiu o governo de exigir o passaporte dos venezuelanos. Em resposta, as autoridades decidiram que só vão aceitar documentos de identidade autenticados pelo governo da Venezuela ou por um órgão internacional.

**APÊNDICE T – TRANSCRIÇÃO NOTA SECA 19 – GOVERNO AMERICANO TEVE
REUNIÕES SECRETAS COM VENEZUELANOS QUE QUERIAM DEPOR
MADURO**

Nota seca: O jornal The New York Times revelou hoje que representantes do governo americano se encontraram secretamente com militares rebeldes venezuelanos que queriam a queda do presidente Nicolás Maduro. Os venezuelanos procuraram a Casa Branca no ano passado depois que o presidente Donald Trump disse, em público, que não descartava uma ação militar no país. Foram três encontros, até os Estados Unidos desistirem da ajuda. A Casa Branca respondeu apenas que considera importante dialogar com os venezuelanos que querem a democracia e uma mudança positiva no país.

APÊNDICE U – TRANSCRIÇÃO NOTA COBERTA 20 – NICOLÁS MADURO JANTA EM RESTAURANTE SOFISTICADO E GERA REVOLTA NA VENEZUELA

Nota coberta: Imagens do presidente Nicolás Maduro em um restaurante sofisticado na Turquia geraram indignação na Venezuela. Elas mostram um chefe famoso apresentando a carne servida a Maduro e à mulher, e o presidente fumando um charuto oferecido em uma caixa personalizada. Opositores dizem que Maduro está desconectado da crise da Venezuela, onde milhões passam fome e a carne é artigo de luxo. Por falta de comida, 61% dos venezuelanos perderam, em média, cerca de 11kg no ano passado.